

RELATÓRIO E CONTAS DE 2007

Informação geral

O Banco Popular Portugal, S.A. foi constituído em 2 de Julho de 1991, estando matriculado na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o número 2.396. O Número de Identificação de Pessoa Colectiva (NIPC) é 502.607.084. Tem o capital social de 176.000.000 de euros. A sede social é na Rua Ramalho Ortigão, 51, em Lisboa. O Banco adoptou a actual denominação social em Setembro de 2005 em detrimento da anterior denominação BNC-Banco Nacional de Crédito, S.A.. O Banco Popular Portugal participa no Fundo de Garantia de Depósitos.

A documentação financeira e estatística constante do relatório de gestão e das contas anuais foi elaborada com critérios analíticos da máxima objectividade, detalhe, transparência informativa e homogeneidade no tempo, a partir das situações financeiras enviadas periodicamente ao Banco de Portugal. As situações financeiras são apresentadas de acordo com as normas vigentes em 2007, em particular as estabelecidas pela Instrução nº 23/2004, de 17.01.2005, do Banco de Portugal no que se refere à apresentação de informações de natureza contabilística.

O relatório de gestão, as contas anuais e os restantes documentos que os acompanham podem ser consultados na internet na página do Banco Popular Portugal: www.bancopopular.pt

Sumário	Páginas
Índice de quadros e gráficos	4
Órgãos Sociais	5
O Banco Popular Portugal em números	7
RELATÓRIO DE GESTÃO	9- 44
Posição do Banco Popular no sector bancário	10
Estratégia comercial	12
Perspectivas para 2008	14
Análise da actividade do Banco	16- 37
Recursos e aplicações	16
Resultados e rentabilidade	23
Gestão do risco	33
Sociedades participadas	38
Proposta de aplicação dos resultados	42
Nota final	43
Anexos (artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais)	44
CONTAS ANUAIS	45 - 103
Balanços, Demonstrações de Resultados, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações dos movimentos nas contas de Capital Próprio individuais e consolidados	46 - 54
Notas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas	55 - 120

Quadros

1 – Balanços consolidados	17
2 – Recursos de clientes	19
3 – Carteira dos fundos de investimento	20
4 – Crédito sobre clientes	21
5 – Carteira de crédito sobre clientes por prazos de vencimento	22
6 – Contas de resultados	23
7 – Variação da margem financeira – Análise causal	24
8 – Comissões líquidas	25
9 – Custos operacionais	26
10 – Proveitos e custos financeiros. Margens	29
11 – Rentabilidade total	31
12 – Crédito vencido e crédito em incumprimento	36

Gráficos

1 – Quotas de mercado do Banco Popular	10
2 – ROE – Comparação com a banca	11
3 – Rácio de crédito vencido – Comparação com a banca	12
4 – Eficiência operativa – Comparação com a banca	12
5 – Activos totais sob gestão	16
6 – Recursos de clientes	18
7 – Fundos de investimento	21
8 – Seguros de reforma e de investimento	21
9 – Crédito sobre clientes	22
10 – Comissões líquidas	24
11 – Eficiência operativa	27
12 – Evolução dos resultados	28
13 – Margem com clientes	30
14 – Margem financeira	30
15 – ROA e ROE	32

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Augusto Fernando Correia Aguiar-Branco - Presidente

João Carlos de Albuquerque de Moura Navega - Secretário

Conselho de Administração

João Filipe Maia de Lima Mayer - Presidente

Rui Manuel Morganho Semedo - Vice-Presidente

Adriano Manuel da Rocha Carvalho

José Manuel Piriquito Costa

Amadeo Pérez Urcola

Carlos Miguel de Paula Martins Roballo

Comissão Executiva

Rui Manuel Morganho Semedo - Presidente

Adriano Manuel da Rocha Carvalho

José Manuel Piriquito Costa

Amadeo Pérez Urcola

Carlos Miguel de Paula Martins Roballo

Conselho Fiscal

Rui Manuel Ferreira de Oliveira – Presidente

Telmo Francisco Salvador Vieira

António José Marques Centúrio Monzelo

Ana Cristina Freitas Rebelo Gouveia – Suplente

Revisor Oficial de Contas efectivo

PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.,
representada por António Alberto Henriques Assis ou por José Manuel Henriques Bernardo

Revisor Oficial de Contas suplente

Jorge Manuel Santos Costa, Revisor Oficial de Contas.

O Banco Popular Portugal em números (dados consolidados)

(milhões de euros, salvo indicação em contrário)

	2007	Variação	2006	2005	2004	2003
Volume de negócios						
Activos totais sob gestão	8 917	5,4%	8 463	7 007	5 129	4 430
Activos totais de balanço	7 967	5,6%	7 545	6 272	4 675	4 079
Recursos próprios (a)	492	12,9%	436	364	321	280
Recursos de clientes:	3 962	0,4%	3 944	3 619	2 896	2 959
<i>de balanço</i>	3 012	-0,5%	3 026	2 885	2 442	2 608
<i>outros recursos intermediados</i>	950	3,5%	918	734	454	351
Crédito concedido	6 262	7,2%	5 842	4 943	4 248	3 430
Riscos contingentes	399	13,4%	352	307	225	196
Solvência						
Rácio de solvabilidade (BP) (%)	8,7%	0,7	8,0%	9,5%	9,2%	8,6%
Gestão do risco						
Riscos totais	6 661	7,5%	6 194	5 250	4 473	3 626
Crédito vencido	123,1	17,2%	105,1	87,1	43,2	25,8
Crédito vencido há mais de 90 dias	96,9	8,6%	89,2	82,7	38,4	20,7
Rácio de crédito vencido (%)	1,97%	0,17	1,80%	1,76%	1,02%	0,75%
Imparidade de crédito	92,5	16,4%	79,5	71,5	46,5	49,6
Cobertura do crédito vencido (%)	75,1%	-0,50	75,6%	82,1%	107,6%	192,2%
Resultados						
Margem financeira	171,7	7,1%	160,4	133,5	118,0	87,5
Produto bancário	211,8	4,1%	203,5	168,6	144,1	118,2
Margem de exploração	110,7	-1,4%	112,3	83,9	73,5	55,6
Resultados antes de impostos	77,9	2,3%	76,2	55,2	50,4	30,8
Resultado líquido	57,4	2,7%	55,9	42,9	37,8	22,4
Rentabilidade e eficiência						
Activos líquidos médios	7 380	9,5%	6 740	5 223	4 377	3 452
Recursos próprios médios	419	14,8%	365	314	280	256
ROA (%)	0,78%	-6,3%	0,83%	0,82%	0,86%	0,65%
ROE (%)	13,69%	-10,6%	15,31%	13,67%	13,49%	8,77%
Eficiência operativa (Cost to income) (%)	47,8%	6,5%	44,8%	50,3%	49,0%	53,0%
(sem amortizações) (%)	42,4%	7,6%	39,5%	44,1%	43,1%	46,3%
Dados por acção (b)						
Número final de acções (milhões)	176,0	0,0%	176,0	176,0	175,9	175,928
Número médio de acções (milhões)	176,0	0,0%	176,0	176,0	175,9	175,15
Valor contabilístico da acção (€)	2,795	12,9%	2,476	2,070	1,827	1,593
Resultado por acção (€)	0,326	2,7%	0,318	0,244	0,215	0,128
Outros dados						
Número de empregados	1 241	4,7%	1 185	1 186	1 181	1 088
Número de agências	218	9,0%	200	167	137	126
Empregados por agência	5,7	-3,8%	5,9	7,1	8,6	8,6
Número de caixas automáticas (ATM)	315	1,9%	309	251	219	139

(a) Depois da aplicação dos resultados de cada exercício

NOTA:

Os valores de 2007, 2006, 2005 e 2004 estão de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade.

Os valores de 2002 estão de acordo com as normas de contabilidade então em vigor.

RELATÓRIO DE GESTÃO

O Banco Popular Portugal, S.A. é a matriz de um grupo financeiro que, no final de 2007, tinha 492 milhões de euros de capitais próprios, uma rede de 218 agências e um quadro de pessoal de 1.241 empregados. Contava com 270 mil clientes e fazia a gestão de 8.917 milhões de euros de activos totais, incluindo 3.962 milhões de euros de recursos de clientes. O seu activo líquido ascendia a 7.967 milhões de euros. Em 2007, o Banco Popular Portugal obteve um resultado consolidado de 57,4 milhões de euros, o qual se traduz numa rentabilidade dos capitais próprios de 13,69%.

A actividade do Banco tem sido desenvolvida com o apoio das seguintes sociedades financeiras que permitem disponibilizar aos clientes um leque completo de produtos e serviços financeiros:

- Gerfundos, SA, detida a 100% pelo Banco, é uma sociedade gestora de fundos de investimento que administra os fundos de investimento mobiliário comercializados pelo Banco Popular;
- Predifundos, SA, detida, igualmente, a 100% pelo Banco Popular, é uma sociedade gestora de fundos de investimento imobiliário que administra os fundos de investimento imobiliário comercializados pelo Banco;
- EUROVIDA - Companhia de Seguros de Vida, SA, participada a 100% pelo Banco Popular, é uma companhia de seguros de vida que disponibiliza e gere seguros de vida, reforma e investimento, designadamente os comercializados aos balcões do Banco.
- Popular Seguros, Companhia de Seguros, SA, participada indirectamente a 100% pelo Banco Popular, é uma companhia de seguros dos ramos não vida que disponibiliza seguros de ramos reais nomeadamente através dos balcões do Banco.
- Heller Factoring Portuguesa, SA, participada em cerca de 50% pelo Banco Popular Portugal, tendo o Banco Popular Español uma participação semelhante, é uma instituição de crédito que disponibiliza toda a gama de produtos de factoring.

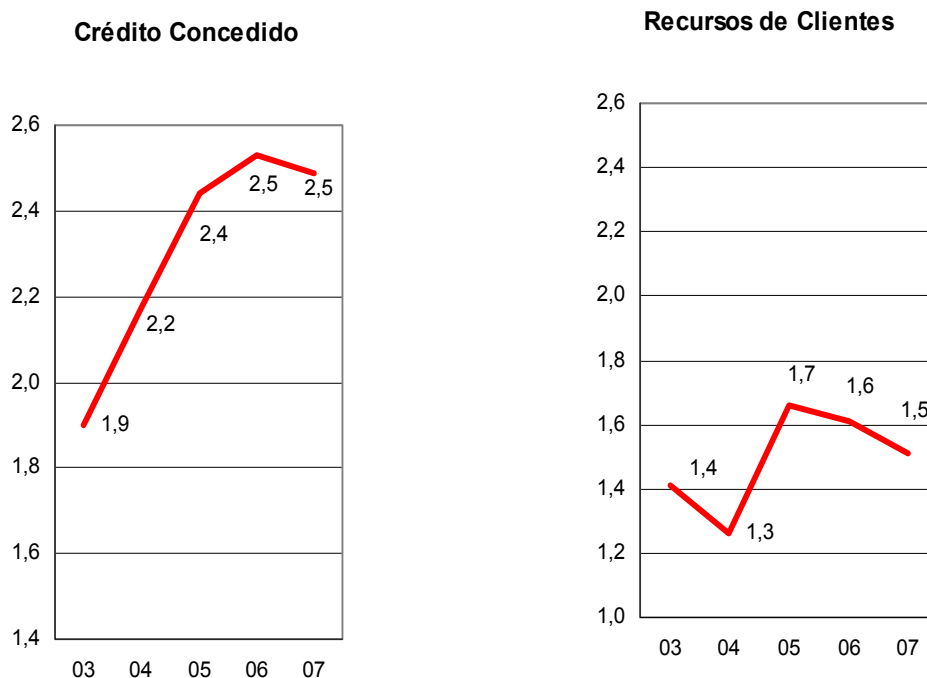
O Banco participa ainda noutras sociedades de carácter instrumental que permitem o desenvolvimento da sua actividade operacional.

Posição do Banco Popular no sector bancário

O desempenho que o Banco Popular tem registado na sua actividade tem-lhe permitido uma melhoria da sua posição no conjunto da banca portuguesa, nomeadamente ao nível do activo e do crédito a clientes, da eficiência e da rentabilidade.

Esta evolução tem-lhe permitido conquistar **quota de mercado** nos últimos cinco anos, apesar de ser ainda reduzida. No crédito concedido passou de 1,9%, em 2003, para 2,5%, em Junho de 2007. Nos recursos de balanço de clientes, depois de um significativo aumento em 2005, tem havido uma ligeira redução em resultado da opção pelo recurso a fontes de financiamento mais favoráveis em termos de custo. Em Junho de 2007, a quota de mercado dos recursos de clientes atingiu 1,5%.

Fig. 1 – Quotas de mercado do Banco Popular* (%)

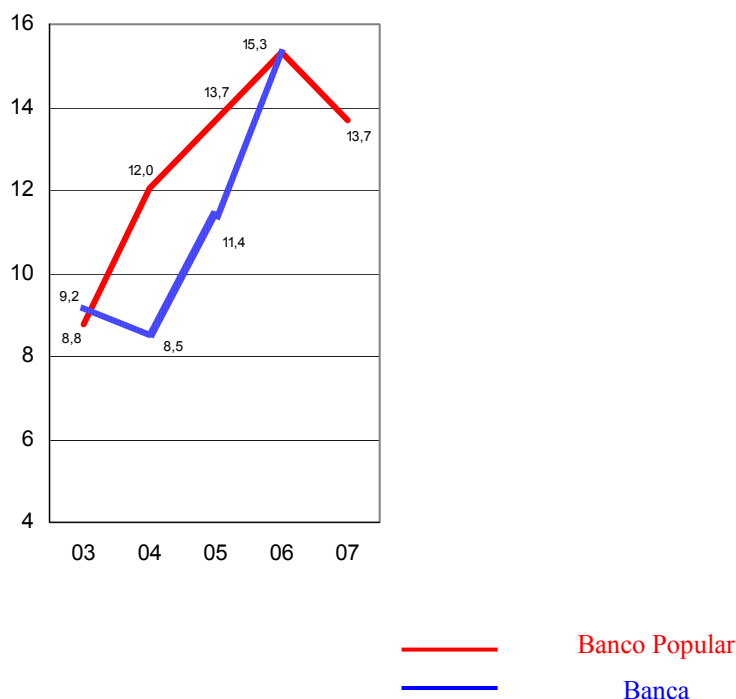


A evolução positiva da **rentabilidade dos capitais próprios**, com o ROE (resultado líquido/capitais próprios médios) a subir de 8,8% para 13,69%, nos últimos cinco anos, permitiu que o Banco Popular Portugal tenha apresentado um valor próximo ao da média do sector bancário.

Fig. 2 – ROE – Comparação com a banca*

(resultado líquido/capitais próprios médios)

(%)



Na qualidade do activo, o Banco Popular está, igualmente, ao nível do sector bancário. Comparando o rácio de crédito vencido, ou seja, a relação entre o crédito vencido e o crédito total concedido a empresas e particulares em Portugal, verifica-se que, apesar do aumento registado nos últimos anos, o valor do Banco Popular é ligeiramente superior ao do conjunto da banca,

A **eficiência operativa**, que relaciona os custos operativos (custos de funcionamento mais amortizações) com o produto bancário, tem continuado a manter uma evolução muito positiva no Banco Popular, o que lhe permite apresentar uma posição de clara vantagem no total do sector bancário. Esta melhoria traduziu-se numa redução de cerca de mais de 5 pontos percentuais nos últimos cinco anos.

* - A informação sobre o total do sector bancário foi obtida a partir das respectivas demonstrações financeiras publicadas pela Associação Portuguesa de Bancos desde 2003 até Junho de 2007, última informação disponível.

Fig. 3 – Rácio de crédito vencido

Comparação com a banca

(crédito vencido/crédito total)

(%)

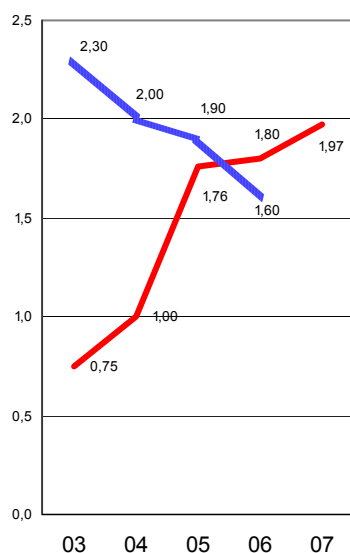
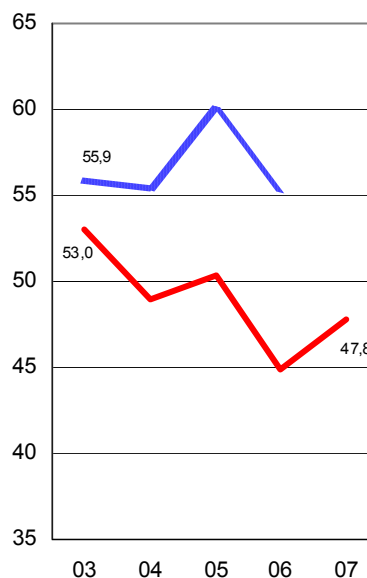


Fig. 4 – Eficiência operativa

Comparação com a banca

(custos de transformação/produto bancário)

(%)



— Banco Popular — Banca

A orientação estratégica prosseguida pelo Banco Popular tem-lhe proporcionado uma progressiva afirmação no mercado, reflectida no ganho sucessivo de quota de mercado com uma melhoria gradual da rentabilidade, a qual se encontra ao nível da média do sector, e da eficiência, variável em que atingiu já um nível mais favorável que a média do sector.

Estratégia comercial

O final do exercício de 2007 encerra o primeiro quadriénio de actividade após a aquisição do Banco Nacional de Crédito, SA pelo Grupo Banco Popular. O balanço do quadriénio resume-se na forte expansão dos resultados e da rentabilidade, bem como no aumento do volume de negócio.

Após a implementação, em 2004, de uma nova estratégia orientada para a banca de retalho e de clientes verificou-se, em 2005, a verdadeira integração na estrutura e modelo organizacional do Grupo.

Após a mudança da marca, no final de 2005, o ano de 2006 assinalou o início de uma nova etapa de crescimento caracterizado pelo alargamento da base de clientes, designadamente particulares e PME's, e aumento da quota de mercado no crédito e em recursos. Este crescimento traduziu-se no aumento significativo do nível de actividade, melhoria da qualidade do crédito e aumento da rentabilidade.

Esta estratégia assentou no que permanece a essência dos serviços prestados pelo Banco Popular; a qualidade do atendimento e a eficiência dos processos plenamente vocacionados para a satisfação de clientes através de uma oferta dirigida a diferentes segmentos e adequada às necessidades concretas de cada um através de um serviço personalizado.

Em 2006 e 2007 verificou-se um aumento significativo do número de clientes e do crédito concedido, bem como um incremento da venda cruzada. Durante o ano transacto foram lançados novos produtos dirigidos a particulares, nomeadamente de crédito habitação e de aplicação de recursos.

A actividade ao nível das empresas caracteriza-se pela dinâmica junto do sector do comércio a retalho e das PME's, segmento estratégico do modelo de negócio do Banco Popular. Destaca-se a realização de várias acções de campanha e o lançamento de novos produtos e serviços, nomeadamente ofertas integradas dirigidas aos diferentes segmentos. Para além da potenciação do crédito especializado e para investimento, refere-se o alargamento da oferta de produtos e serviços de gestão de tesouraria e de banca à distância.

A expansão da rede de agências, essencial para a consolidação do modelo de retalho, continuou em bom ritmo, elevando para 218 o número de balcões em funcionamento no final de 2007. Criada em meados de 2006, a rede de promotores de negócios registou um crescimento assinalável e contava, no final do ano transacto, com mais de 280 efectivos.

Performance Comercial

	2007	2006	Variação Valor	%
Total de clientes	270 076	232 948	37 128	15,9
Adesões internet	96 557	80 355	16 202	20,2
Número de cartões de débito	136 936	116 404	20 532	17,6
Número de cartões de crédito	39 503	34 832	4 671	13,4
Número de caixas automáticos (ATM)	315	309	6	1,9

Perspectivas para 2008

Apesar de alguns sinais de modesta retoma em 2007, os indicadores mais recentes evidenciam uma deterioração nos níveis de confiança, taxa de desemprego e consumo privado. Ao nível da indústria perspectivam-se, igualmente, algumas dificuldades decorrentes da fraca dinâmica da procura interna e desaceleração dos principais mercados de exportação.

Neste quadro de expectável desaceleração económica e persistência de elevados níveis de endividamento, o Banco Popular irá prosseguir a sua estratégia de crescimento pautado pelo alargamento da base de clientes e pela melhoria da eficiência operativa e da qualidade do crédito.

A actividade em 2008 centrar-se-á na consolidação do crescimento e da diversificação da carteira de crédito, crescimento dos recursos e dos depósitos e continuação do alargamento da rede de distribuição.

O processo de melhoria contínua da qualidade do serviço assente no apuramento da segmentação de clientes e da oferta de soluções adequadas às respectivas necessidades contribuirá, também, para o cumprimento dos objectivos de crescimento de quota de mercado.

O ano de 2008 será ainda caracterizado por um aumento importante da venda cruzada e da vinculação de clientes, concretizada através da qualidade de atendimento, alargamento e personalização da oferta de produtos e serviços.

No que se refere aos canais de distribuição, rede de agências, promotores de negócios e banca à distância, prosseguirá o respectivo processo de alargamento e consolidação da sua expansão.

Ao nível da banca de particulares destaca-se a actividade junto de colectivos, grupos homogéneos de clientes geralmente com uma profissão comum, bem como a aposta nos segmentos médio-alto, através da banca personalizada, e alto, através do serviço de banca privada.

Relativamente a empresas, refere-se a dinamização da actividade junto das grandes empresas e institucionais através do reforço da estrutura para o efeito, bem como a ampliação do já abrangente conjunto de produtos e serviços destinados a PME's.

A expansão do negócio beneficiará também do crescente contributo da actividade seguradora, através da Eurovida no ramo vida e da Popular Seguros nos ramos reais, bem como do crédito especializado, assente no alargamento da oferta e do negócio de Leasing e no crescimento da actividade da Heller Factoring.

A expansão da actividade e do produto bancário assentará no crescimento da margem de exploração e do volume de receitas, decorrentes da especialização da oferta, aposta em segmentos rentáveis, qualidade do serviço e vinculação de clientes, bem como na rentabilidade e qualidade do crédito.

De acordo com estas linhas de actuação, o Banco Popular prosseguirá, em 2008, o processo de crescimento e consolidação do seu modelo de banca de retalho e de clientes.

Análise da actividade do Banco

Recursos e aplicações

Activos totais

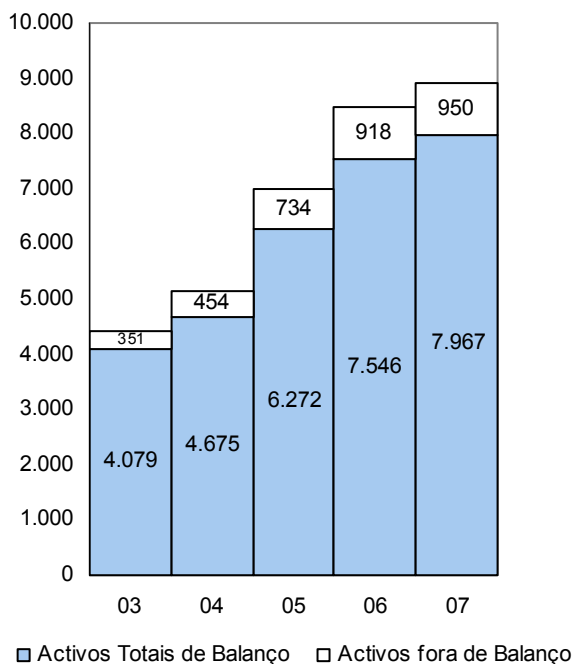
Os balanços consolidados relativos a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 são apresentados resumidamente no quadro 1. No capítulo Contas Anuais, os mesmos são apresentados de acordo com o modelo definido pelo Banco de Portugal.

No final de 2007, o activo líquido consolidado do Banco Popular ascendeu a 7.967 milhões de euros, com um aumento anual de 422 milhões de euros, equivalente a um crescimento de 5,6%. Em saldos médios, o valor do activo atingiu 7.380 milhões de euros, mais 9,5% que no ano anterior.

O Banco faz também a gestão de outros recursos de clientes aplicados em instrumentos de investimento, poupança e reforma, fora de balanço, cujo montante ascendia, no final do ano, a 950 milhões de euros, com um crescimento de 3,5%, em relação ao ano anterior.

Fig. 5 – Activos totais sob gestão

(milhões de euros)



Deste modo, os activos totais geridos pelo Banco atingiram, no final de 2007, um montante de 8.917 milhões de euros, registando um crescimento de 5,4%, relativamente ao ano transacto

Quadro 1 . Balanço consolidado

(milhares de euros)

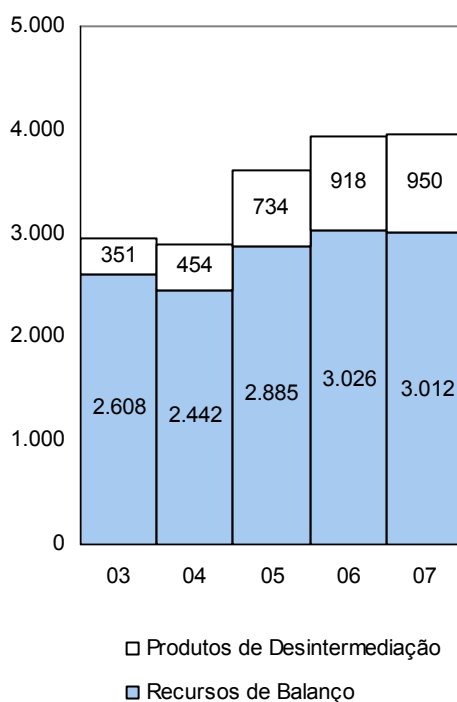
	2 007	2 006	Varição Valor	%
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	97 081	94 014	3 067	3,3
Disponibilidades em outras instituições de crédito	117 707	140 347	- 22 640	-16,1
Aplicações em instituições de crédito	411 577	724 957	- 313 380	-43,2
Crédito a clientes	6 262 287	5 841 928	420 359	7,2
(-) Imparidade	- 92 453	- 79 480	- 12 973	16,3
Activos financeiros	803 679	528 387	275 292	52,1
Propriedades de investimento	2 353	2 352	1	0,0
Imobilizado Total	133 547	131 143	2 404	1,8
Activos por impostos	25 444	11 070	14 374	129,8
Provisões técnicas de resseguro cedido	1 605	1 635	- 30	-1,8
Activos recebidos por recuperação de crédito	144 444	74 992	69 452	92,6
Outros Activos	59 581	73 305	- 13 724	-18,7
Total de Activo.....	7 966 852	7 544 650	422 202	5,6
Passivo				
Recursos de outras instituições de crédito	3 325 311	3 160 673	164 638	5,2
Recursos de clientes	2 995 529	3 004 755	- 9 226	-0,3
Responsabilidades representadas por títulos	16 281	21 544	- 5 263	-24,4
Passivos financeiros	142 204	57 278	84 926	148,3
Passivos subordinados	286 950	270 314	16 636	6,2
Provisões	2 357	2 343	14	0,6
Provisões técnicas	603 543	514 113	89 430	17,4
Passivos por impostos	27 299	19 774	7 525	38,1
Outros passivos	75 516	58 144	17 372	29,9
Total de Passivo.....	7 474 990	7 108 938	366 052	5,1
Capital				
Capital	176 000	176 000	0	0,0
Prémios de emissão	10 109	10 109	0	0,0
Reservas de reavaliação	5 094	8 151	- 3 057	-37,5
Outras reservas e resultados transitados	221 848	165 927	55 921	33,7
Lucro consolidado do exercício	57 416	55 916	1 500	2,7
Interesses minoritários	21 394	19 609	1 785	9,1
Total de Capital.....	491 862	435 712	56 150	12,9
Total de Passivo + Capital.....	7 966 852	7 544 650	422 202	5,6

Recursos de clientes

O montante global de recursos de clientes dentro e fora de balanço atingiu 3.962 milhões de euros no final de 2007, mais 0,4% que no ano anterior. A figura 6 apresenta a evolução dos recursos totais de clientes nos últimos 5 anos.

Os recursos de balanço, essencialmente, depósitos de clientes, atingiram um total de 3.012 milhões de euros, tendo-se verificado um ligeiro decréscimo de 0,5 %, relativamente ao ano anterior. Em saldos médios anuais, os recursos de clientes registaram um aumento de 7,4%, passando de 2.942 milhões de euros, em 2006, para 3.161 milhões de euros, em 2007.

Fig. 6 – Recursos de clientes
(milhões de euros)



Quadro 2 . Recursos de clientes

(milhares de euros)

	2 007	2 006	Variação Valor	%
Recursos de balanço				
Depósitos	2 965 764	2 942 229	23 535	0,8
Depósitos à ordem	634 149	778 896	- 144 747	-18,6
Depósitos a prazo	2 251 776	2 058 322	193 454	9,4
Depósitos poupança	79 414	96 629	- 17 215	-17,8
Certificados de depósito	425	8 382	- 7 957	-94,9
Obrigações em circulação	15 625	13 025	2 600	20,0
Cheques e ordens a pagar	13 890	58 857	- 44 967	-76,4
Juros a pagar e outros recursos	16 531	12 188	4 343	35,6
RECURSOS DE BALANÇO (a)	3 011 810	3 026 299	- 14 489	-0,5
Recursos de desintermediação				
Fundos de investimento	339 317	368 051	- 28 734	-7,8
Seguros de investimento e capitalização	280 487	226 128	54 359	24,0
Seguros de reforma	116 587	107 518	9 069	8,4
Gestão de carteiras	213 514	216 273	- 2 759	-1,3
RECURSOS FORA DE BALANÇO (b)	949 905	917 970	31 935	3,5
RECURSOS TOTAIS (a + b)	3 961 715	3 944 269	17 446	0,4

O crescimento dos depósitos de clientes deveu-se, exclusivamente, ao aumento dos depósitos a prazo, que registaram um acréscimo de 9,4%, o que implicou uma redução do peso relativo dos depósitos à ordem no total, o qual se fixou em 21,4% no final de 2007. No entanto, em saldos médios anuais houve uma ligeira evolução positiva dos depósitos à ordem, cujo peso relativo no total se fixou em 21,9%.

Os recursos intermediados fora de balanço, que incluem as aplicações em fundos de investimento, os planos de poupança-reforma, os recursos captados através de produtos de seguros de investimento e os patrimónios geridos através do *private banking*, registaram um crescimento de 3,5%, atingindo cerca de 950 milhões de euros no final do ano. A evolução destes recursos é apresentada no final do quadro 2.

O Banco Popular, através da Gerfundos e Predifundos, administra um total de 20 fundos, cuja carteira total ascende a 358 milhões de euros, menos 5,6% do que o valor no final de 2006. No quadro 3, é apresentada a evolução dos patrimónios dos fundos de investimento

geridos. Merecem especial destaque os novos fundos, que atingiram globalmente mais de 30 milhões de euros. Em sentido inverso evoluíram os restantes fundos como corolário da crise verificada a nível mundial nesta indústria.

Quadro 3 . Carteira dos fundos de investimento

(em milhares de euros)

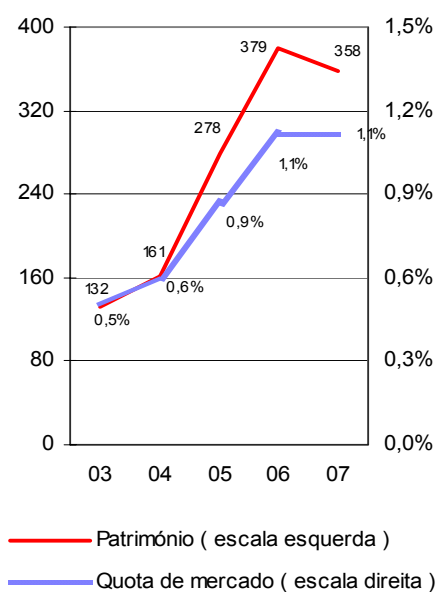
Fundos	2 007	2 006	Variação Valor	%
Rendimento	17 412	29 818	- 12 405	-41,6
Valor	27 907	36 288	- 8 381	-23,1
Acções	11 067	13 970	- 2 902	-20,8
Euro Taxa Fixa	2 927	3 634	- 707	-19,5
Poupança Acções	1 216	1 449	- 234	-16,1
Global 25	50 684	71 507	- 20 823	-29,1
Global 50	17 989	16 322	1 666	10,2
Global 75	8 475	8 569	- 93	-1,1
Oportunidades Globais	6 364	8 036	- 1 672	-20,8
Tesouraria	19 290	35 775	- 16 485	-46,1
Cabaz Mundial	5 309	9 014	- 3 705	-41,1
Popular Imobiliário FEI	73 526	63 914	9 612	15,0
Eurovalor Protegido	13 208	13 310	- 102	-0,8
Rendimento Protegido	13 346	12 955	392	3,0
Popular Eurodividendo Protegido	13 541	0	13 541	
Popular Refúgio Ouro	2 579	0	2 579	
Imourbe	14 242	0	14 242	
Imopopular	5 061	2 336	2 725	116,6
Imoportugal	28 369	25 772	2 597	10,1
Predifundo	25 387	26 348	- 961	-3,6
Total	357 901	379 018	- 21 117	-5,6

O Banco Popular comercializa planos de poupança-reforma e os seguros de investimento da Eurovida, da qual detém a totalidade do capital. A captação de recursos de clientes através destes produtos registou uma evolução muito positiva em 2007, com um crescimento de 8,4%, nos planos de poupança-reforma, e de 24%, nos seguros de investimento e capitalização, conforme se pode verificar na parte final do quadro 2.

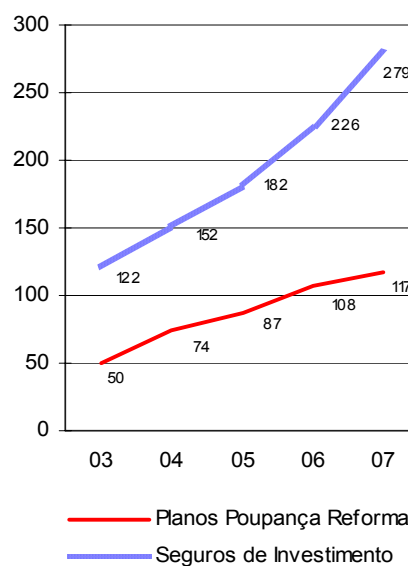
A gestão de patrimónios está essencialmente direccionada para o segmento de clientes private. No final de 2007, o Banco tinha sob gestão uma carteira total de cerca de 214 milhões de euros, valor semelhante ao atingido no ano anterior.

Fig. 7 – Fundos de investimento

(milhões de euros e %)

**Fig. 8 – Seguros de reforma e de investimento**

(milhões de euros)



Crédito concedido

O crédito concedido a clientes representa a componente de maior peso no activo do Banco, correspondendo a cerca de 79% do total do activo. O quadro 4 apresenta a composição do crédito concedido a clientes nos finais de 2007 e 2006.

Quadro 4 . Crédito sobre clientes

(milhares de euros)

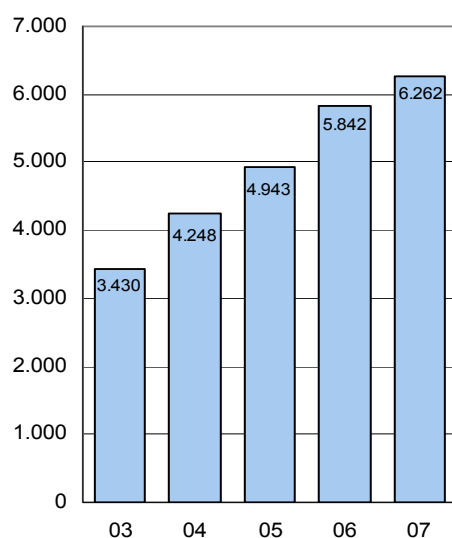
	2 007	2 006	Variação	
			Valor	%
Crédito concedido (a)				
Empresas e Administrações Públicas	4 681 881	4 385 529	296 352	6,8
Particulares	1 293 469	1 240 813	52 656	4,2
Habitação	873 955	844 060	29 895	3,5
Consumo	147 758	150 422	- 2 664	-1,8
Outras finalidades	271 756	246 331	25 425	10,3
Total (a)	5 975 350	5 626 342	349 008	6,2
Outros créditos (Titulados) (b)	140 200	89 250	50 950	57,1
Juros e comissões a receber (c)	23 618	21 261	2 357	11,1
Crédito e juros vencidos (d)				
Até 90 dias	26 179	15 871	10 308	64,9
Mais de 90 dias	96 940	89 204	7 736	8,7
Total (d)	123 119	105 075	18 044	17,2
Total (a + b + c + d)	6 262 287	5 841 928	420 359	7,2
Menos: (e)				
Imparidade de crédito	92 453	79 480	12 973	16,3
Total (a + b + c + d - e)	6 169 834	5 762 448	407 386	7,1

O saldo de crédito concedido ascendeu a 6.262 milhões de euros no final de 2007, registando um aumento de 420 milhões de euros, o que equivale a um crescimento de 7,2%, relativamente ao ano anterior. Em saldos médios, o total de crédito a clientes foi de 5.996 milhões de euros, correspondente a um acréscimo de 10%. O crédito financiado por recursos de clientes representa 48,1% do total, valor inferior ao do ano anterior.

O crédito a empresas e administrações públicas representa 78,9% do total, enquanto o crédito a particulares corresponde apenas a 21,1% do total. No crédito a particulares, destaca-se o crédito à habitação, que atingiu 874 milhões de euros, e representa 67,6% deste crédito e 14,2% do total.

Fig. 9 – Crédito sobre clientes

(milhões de euros)



O quadro 5 apresenta a distribuição e a evolução do crédito a clientes segundo o respectivo prazo de vencimento. No final de 2007, o crédito contratado a mais de um ano representava 57,4% do total, tendo registado um decréscimo do seu peso relativo no total.

Quadro 5 - Carteira de crédito sobre clientes por prazos de vencimento

(milhares de euros)

	2 007	2 006	2 005	2 004	2 003
Até 3 meses	2 119 448	1 066 181	968 070	984 537	818 862
De 3 meses a 1 ano	551 560	1 219 495	1 109 452	943 565	1 062 242
De 1 a 5 anos	1 520 355	1 685 358	1 571 685	1 373 397	1 093 191
Mais de 5 anos	1 924 187	1 744 559	1 196 889	893 197	429 629
Duração indeterminada (vencidos)	123 119	105 075	87 148	43 201	25 784
Juros e comissões a receber	23 618	21 261	9 737	10 373	0
Total	6 262 287	5 841 928	4 942 981	4 248 270	3 429 708

Resultados e rentabilidade

Contas de resultados

As contas de resultados consolidados são apresentadas, de forma sintética, no quadro 6. Nas Contas Anuais, são apresentadas as demonstrações de resultados individuais e consolidados nos dois últimos anos de acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal.

Quadro 6 - Contas de resultados

(milhares de euros)

	2007	2 006	variação	
			valor	%
1 Juros e rendimentos similares	406 523	321 382	85 141	26,5
2 Juros e encargos similares	234 792	161 017	73 775	45,8
3 Margem financeira (1-2)	171 731	160 365	11 366	7,1
4 Comissões líquidas	42 074	40 385	1 689	4,2
5 Outros resultados de exploração	- 2 022	2 746	- 4 768	-173,6
6 Produto da actividade (3+4+5)	211 783	203 496	8 287	4,1
7 Custos com pessoal	54 806	48 863	5 943	12,2
8 Gastos gerais administrativos	35 085	31 423	3 662	11,7
9 Amortizações	11 232	10 956	276	2,5
10 Margem de exploração (6-7-8-9)	110 660	112 255	- 1 595	-1,4
11 Imparidade do crédito	25 130	26 488	- 1 358	-5,1
12 Imparidade de outros activos	6 283	7 366	- 1 083	-14,7
13 Provisões	1 530	2 246	- 716	-31,9
14 Diferenças de consolidação	33	0	33	0,0
15 Resultados de associadas	136	0	136	0,0
15 Resultado antes de impostos (10-11-12-13+14)	77 886	76 154	1 732	2,3
16 Impostos	18 633	20 238	- 1 605	-7,9
17 Resultado após impostos (15-16)	59 253	55 916	3 336	6,0
18 Interesses minoritários	1 836	0	1 836	0,0
19 Resultado líquido do exercício (17-18)	57 416	55 916	1 500	2,7

A margem financeira resulta da diferença entre os juros e rendimentos similares e os juros e encargos similares. Os primeiros correspondem aos juros recebidos pelas aplicações e às comissões recebidas associadas ao custo amortizado e os segundos dizem respeito aos juros pagos pelos recursos alheios e às comissões pagas associadas ao custo amortizado.

Em 2007, a margem financeira ascendeu a 171,7 milhões de euros, evidenciando um crescimento de 7,1% e aumentando cerca de 11,4 milhões de euros, relativamente ao ano anterior.

A melhoria da margem financeira ficou a dever-se ao aumento do volume da actividade comercial que compensou a redução da margem financeira em 5 pontos base. Assim, de acordo com o quadro 7, o acréscimo de 11,4 milhões de euros na margem financeira

correspondeu ao efeito positivo, de 22,5 milhões de euros, do aumento do volume de actividade, o qual compensou o efeito negativo, de 11,2 milhões de euros, resultante da redução da margem financeira.

Quadro 7 - Variação da margem financeira - Análise causal

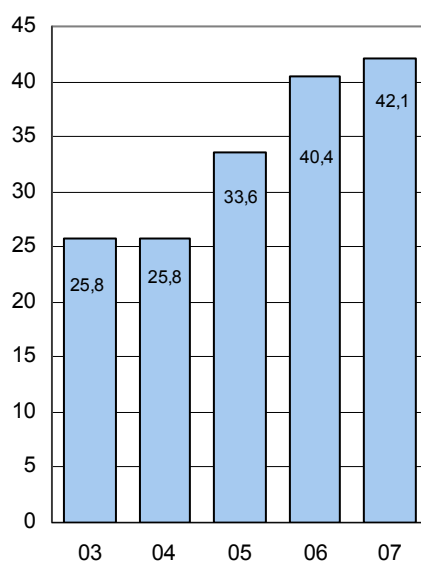
(milhares de euros)

Variação em:	Por variação do volume de actividade	Por variação nas taxas de juro	Variação total
Crédito concedido	30 886	45 985	76 871
Aplicações em instituições de crédito	- 1 615	2 272	657
Activos financeiros	6 167	- 2 035	4 132
Outros activos	- 9	3 490	3 481
Total de aplicações	35 429	49 712	85 141
Depósitos de clientes	5 767	24 763	30 530
Recursos de instituições de crédito	7 899	32 264	40 163
Passivos subordinados	- 782	3 871	3 089
Recursos próprios	-	-	-
Outros passivos	0	- 7	- 7
Total de recursos	12 884	60 891	73 775
Margem financeira	22 546	- 11 179	11 366

As comissões líquidas cobradas aos clientes pela colocação de produtos e prestação de serviços atingiram 42,1 milhões de euros, ou seja, mais 4,2% que no ano anterior. Este valor confirma a tendência do crescimento que se tem verificado nos últimos anos, conforme o demonstra a figura 10.

Fig. 10 – Comissões líquidas

(milhões de euros)



As comissões de meios de cobrança e pagamento, que representam cerca de 47,6% do total, são as que têm um peso relativo mais importante. Estas comissões registaram um crescimento anual de 10%, sendo de destacar as de cartões de débito e crédito com um crescimento 12,9%. Seguem-se as comissões de gestão de activos, com 27,4%, tendo registado um crescimento de 18,6%. O quadro 8 apresenta a composição das comissões líquidas e a sua evolução relativamente ao ano anterior.

Quadro 8 - Comissões líquidas

(milhares de euros)

	2 007	2 006	variação %
Comissões de operações de crédito	7 822	7 806	0,2
Comissões de garantias	5 205	4 585	13,5
Comissões de meios de cobrança e pagamento	20 040	18 215	10,0
Comissões de gestão de activos	11 538	9 727	18,6
Comissões de venda de seguros	84	216	-61,2
Comissões de manutenção de contas	1 902	1 747	8,9
Comissões de processamento	1 024	957	7,0
Outras	2 448	1 947	25,8
Comissões pagas	- 7 988	- 4 815	65,9
Total	42 075	40 385	4,2

O produto da actividade, soma da margem financeira e das comissões e outros proveitos de exploração, elevou-se a 211,8 milhões, o que corresponde a um crescimento anual de 4,1%.

Os custos operacionais, que englobam os custos com pessoal, os gastos gerais administrativos e as amortizações do exercício, totalizaram 101,1 milhões de euros, registando um incremento de 10,8%. O quadro 9 apresenta os custos operacionais dos dois últimos anos nas suas diversas componentes.

Os custos com pessoal ascenderam a 54,8 milhões de euros, apresentando um crescimento de 12,2% decorrente do aumento do quadro de pessoal em 56 elementos, colocados essencialmente nos 18 balcões abertos durante o ano.

O total dos gastos gerais administrativos fixou-se em 35,1 milhões de euros, com um acréscimo de 11,7%, face ao ano anterior. Este crescimento deveu-se, essencialmente, ao crescimento da actividade e da rede de agências, estando ainda influenciado por custos decorrentes da implementação de uma maior automatização de processos. Nos serviços especializados, destacam-se os custos com serviços de informática, com cerca de 4 milhões de

euros e um crescimento de 14%, e os custos com alguns serviços contratados em outsourcing com cerca de 2,4 milhões de euros.

Quadro 9 - Custos operacionais

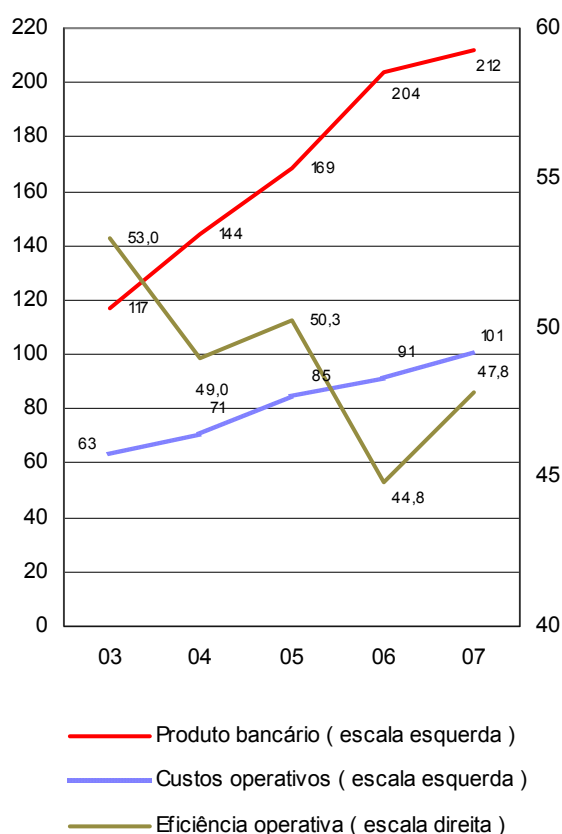
(milhares de euros)

	2 007	2 006	variação %
Custos com pessoal (a)	54 806	48 863	12,2
Remunerações	39 968	35 512	12,5
Encargos sociais	7 044	6 051	16,4
Fundo de pensões	6 964	6 435	8,2
Outros custos	830	865	-4,1
Gastos gerais administrativos (b)	35 085	31 423	11,7
Fornecimentos de terceiros	3 196	3 269	-2,2
Rendas e alugueres	3 818	4 024	-5,1
Comunicações e desp. de expedição	3 668	3 485	5,2
Deslocações, est. e representação	1 632	1 842	-11,4
Publicidade e ed. de publicações	1 623	1 639	-1,0
Conservação e reparação	3 755	3 772	-0,4
Transportes	1 622	1 871	-13,3
Formação de Pessoal	470	503	-6,6
Seguros	521	426	22,4
Serviços especializados	14 318	9 789	46,3
Outros serviços	462	803	-42,5
Custos de funcionamento (c=a+b)	89 891	80 285	12,0
Amortizações do exercício (d)	11 232	10 956	2,5
Total (c+d)	101 123	91 241	10,8

. As dotações para amortizações do imobilizado atingiram 11,2 milhões de euros, mais 2,5% que em 2006, aumento este decorrente das amortizações relativas à área informática e às instalações para as novas agências.

O rácio de eficiência operativa, que corresponde à parte do produto bancário consumida pelos custos operativos, fixou-se, em 2007, em 47,8%, valor superior ao do ano anterior. A evolução dos últimos 5 anos tem sido, no entanto, muito positiva como pode ser observado na figura 11. Não considerando as amortizações do exercício, este rácio baixa para 42,4%, valor superior ao registado no ano anterior, mas que revela, igualmente, uma melhoria importante nos últimos cinco anos.

Fig. 11 – Eficiência operativa



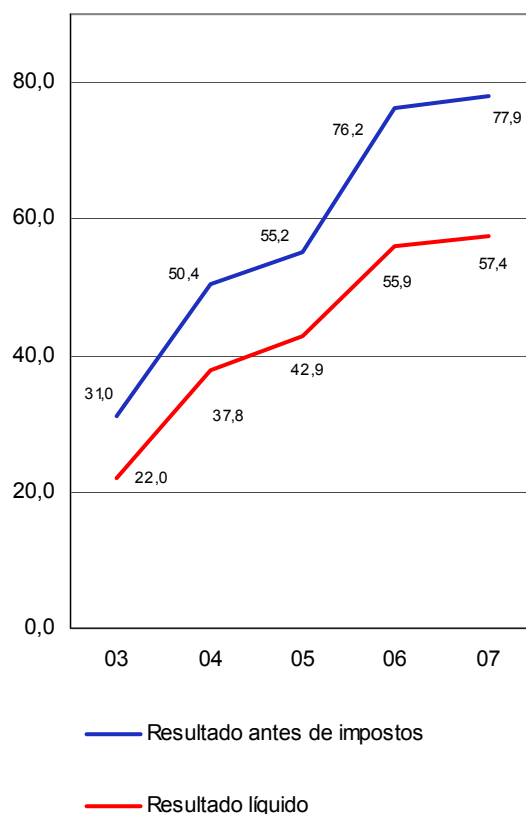
O peso dos custos com pessoal no produto bancário fixou-se em 25,9% no final de 2007, valor superior aos 24% verificados no ano anterior.

A margem de exploração, que resulta da diferença entre o produto bancário e os custos operativos, ascendeu, em 2007, a 110,7 milhões de euros, valor ligeiramente inferior ao ano anterior.

O resultado bruto obtido (antes de deduzir os impostos sobre os lucros) fixou-se, no final de 2007, em 77,9 milhões de euros, mais 2,3% que no ano anterior. A este montante deve ser deduzido o imposto sobre os lucros, no valor de 18,6 milhões de euros, e os interesses minoritários, no valor de 1,8 milhões de euros, chegando-se a um resultado líquido de 57,4 milhões de euros, o que equivale a um crescimento de 2,7%, relativamente ao ano anterior. Este valor corresponde a 0,326 euros por acção, comparado com 0,318 euros por acção em 2006. A figura 12 mostra a evolução nos últimos cinco anos do resultado antes de impostos e do resultado líquido.

Fig. 12 – Evolução dos resultados

(milhões de euros)



Rentabilidade

A análise conjunta da conta de resultados e do balanço permite avaliar a rentabilidade da actividade financeira do Banco Popular Portugal, comparando os proveitos e custos e respectivas margens com as aplicações e os recursos que lhes dão origem.

De acordo com o apresentado no quadro 10, verifica-se que o crédito concedido a clientes continuou a ser a principal componente do activo médio do Banco, representando 81% do total. O activo foi financiado em 43% por recursos de cliente e em 38% por recursos de instituições de crédito, principalmente recursos do Grupo Banco Popular. Este quadro fornece, ainda, informação sobre as taxas médias anuais das aplicações e recursos, bem como as margens com clientes e financeira.

Quadro 10 - Capitais e taxa médias anuais. Margens

(milhares de euros e %)

	2007				2006			
	Saldo Médio	Dist. (%)	Proveitos ou custos	Taxa Média (%)	Saldo Médio	Dist. (%)	Proveitos ou custos	Taxa Média (%)
Crédito concedido (a)	5 991 895	81	368 826	6,16	5 445 987	81	291 955	5,36
Aplicações em Instituições de crédito	453 102	6	16 917	3,73	500 240	7	16 260	3,25
Activos financeiros	607 799	8	17 246	2,84	397 518	6	13 114	3,30
Outros activos	327 567	4	3 534	1,08	395 883	6	53	0,01
Total do Activo (b)	7 380 363	100	406 523	5,51	6 739 628	100	321 382	4,77
Recursos de clientes (c)	3 160 970	43	103 370	3,27	2 942 694	44	72 840	2,48
Recursos de Instituições de crédito	2 797 046	38	119 243	4,26	2 559 913	38	79 080	3,09
Passivos subordinados	269 971	4	12 166	4,51	293 551	4	9 077	3,09
Contas de capital	468 410	6			391 457	6		
Outros passivos	683 966	9	13	0,00	552 013	8	20	0,00
Total do Passivo e Capitais Próprios (d)	7 380 363	100	234 792	3,18	6 739 628	100	161 017	2,39
Margem com clientes (a - c)				2,89				2,89
Margem financeira (b - d)				2,33				2,38

Em 2007, o activo líquido médio atingiu 7.380 milhões de euros, fixando-se a sua rentabilidade global em 5,51%, mais 74 pontos base que no ano anterior. Por outro lado, o custo médio do total dos recursos afectos ao financiamento do activo registou um aumento de 79 pontos base, atingindo 3,18%. Esta evolução implicou uma redução de 5 pontos base da margem financeira anual, a qual se fixou em 2,33%. O aumento das taxas médias das aplicações e dos recursos é o corolário da evolução ascendente da Euribor verificada durante todo o ano de 2007.

Por sua vez, o crédito a clientes registou um aumento de 80 pontos base na sua taxa média, passando de 5,36%, em 2006, para 6,16%, em 2007, enquanto que o custo médio dos recursos de clientes se fixou em 3,27%, valor muito superior aos 2,48% verificados no ano anterior. No entanto, a margem com clientes manteve-se em 2,89%.

Pela análise da figura 13, verifica-se que a evolução da margem com clientes nos últimos cinco anos se tem pautado por uma razoável estabilidade, registando uma pequena variação de 2,86%, em 2003, para 2,89%, em 2007. Quanto à margem financeira, a sua evolução nos últimos cinco anos tem sido caracterizada por reduzidas quebras anuais, a última das quais foi de 5 pontos base em 2007. Conforme reflectido na figura 14, a margem financeira passou de 2,54%, em 2003, para 2,33%, no último ano.

Fig.13 – Margem com clientes
(%)

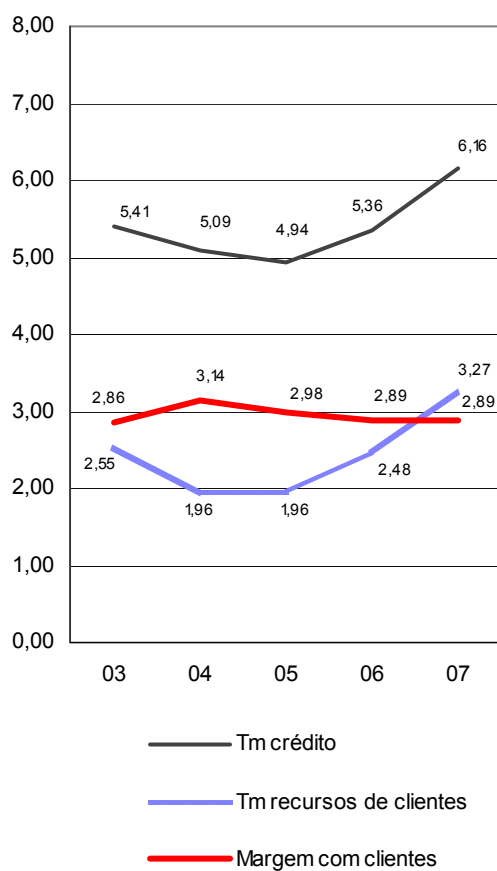
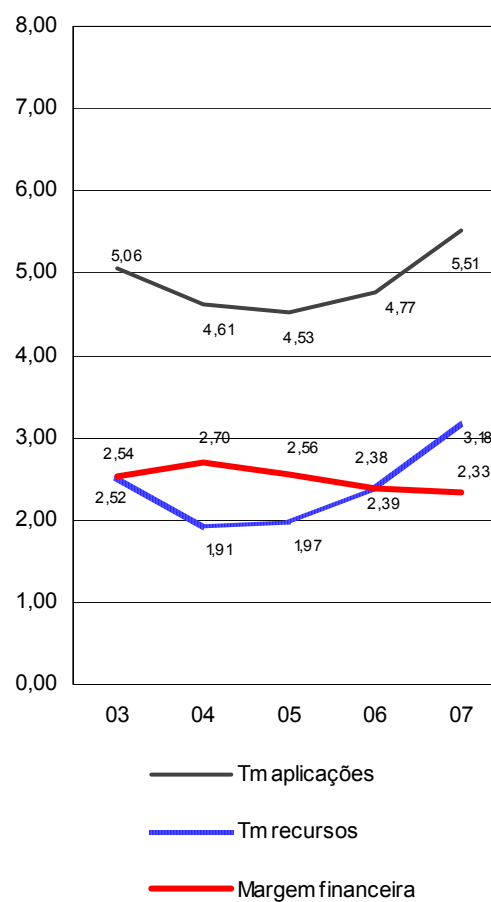


Fig. 14 - Margem financeira
(%)



No quadro 11 são apresentadas as contas de resultados dos anos de 2007 e 2006 com indicação das suas componentes em percentagem do activo médio total.

Quadro 11 - Rentabilidade total

(valores em milhares de euros e em % dos activo líquido médio)

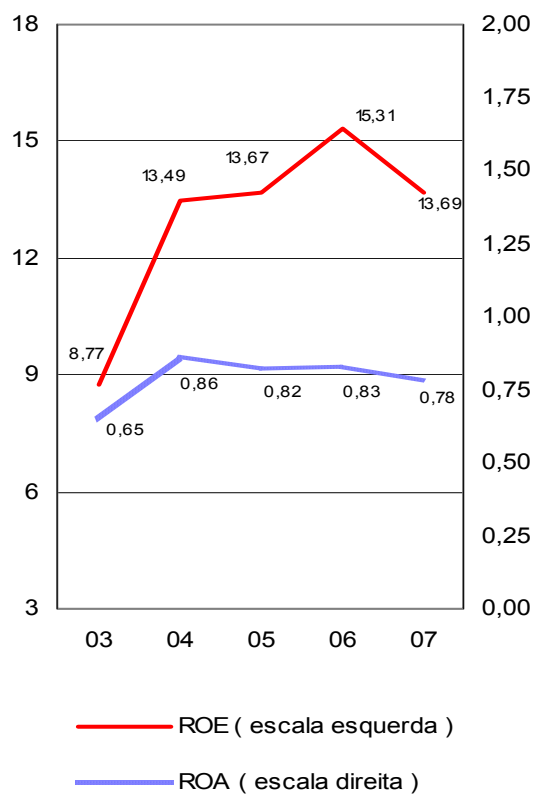
	2007		2006		Variação	
	valores	%	valores	%	em valor	%
Proveitos das aplicações	406 523	5,51	321 382	4,77	85 141	0,74
Custos dos recursos	234 792	3,18	161 017	2,39	73 775	0,79
Margem financeira	171 731	2,33	160 365	2,38	11 366	-0,05
Comissões líquidas	42 074	0,57	40 385	0,60	1 689	-0,03
Outros resultados de exploração	- 2 022	-0,03	2 746	0,04	- 4 768	-0,07
Produto da actividade	211 783	2,87	203 496	3,02	8 287	-0,15
Custos com pessoal	54 806	0,74	48 863	0,73	5 943	0,02
Gastos gerais administrativos	35 085	0,48	31 423	0,47	3 662	0,01
Amortizações	11 232	0,15	10 956	0,16	276	-0,01
Rentabilidade de exploração	110 660	1,50	112 255	1,67	- 1 595	-0,17
Imparidade do crédito	25 130	0,34	26 488	0,39	- 1 358	-0,05
Imparidade de outros activos	6 283	0,09	7 366	0,11	- 1 083	-0,02
Provisões	1 530	0,02	2 246	0,03	- 716	-0,01
Diferenças de consolidação	33	0,00	0	0,00	33	0,00
Resultados de associadas	136		0	0,00	136	
Rentabilidade antes de impostos	77 886	1,06	76 154	1,13	1 732	-0,07
Impostos	18 633	0,25	20 238	0,30	- 1 605	-0,05
Rentabilidade após impostos	59 253	0,80	55 916	0,83	3 336	-0,03
Interesses minoritários	1 836	0,02	0	0,00	1 836	0,02
Rentabilidade líquida final (ROA)	57 416	0,78	55 916	0,83	1 500	-0,05
Por memória:						
Activo líquido médio (€ milhões)	7 380		6 740		640	9,5
Recursos próprios médios (€ milhões)	419		365		54	14,7
Rentabilidade líquida dos capitais próprios - ROE (%)	13,69		15,31			-1,62
(resultado líquido/capitais próprios médios)						
Rentabilidade bruta dos capitais próprios (%)	18,59		20,85			-2,26
(resultado antes de impostos/capitais próprios médios)						
Cost to income (%)	42,4		39,5			2,90

A rentabilidade de exploração atingiu, em 2007, 1,50%, menos 17 pontos base que no ano anterior. Esta redução deveu-se essencialmente ao efeito da quebra verificada na rentabilidade do produto da actividade em 15 pontos base.

A rentabilidade do activo (ROA), definida como a relação do resultado líquido com o activo líquido médio, baixou 5 pontos base relativamente ao ano anterior, fixando-se em 0,78%.

Como corolário do fraco aumento do resultado líquido, a rentabilidade final dos recursos próprios (ROE), definida como a relação entre o resultado líquido e os recursos próprios médios, registou uma redução, passando de 15,31%, em 2006, para 13,69%, em 2007. A figura 15, evidencia a evolução destes indicadores de rentabilidade nos últimos cinco anos.

Fig. 15 – ROA e ROE
(%)



Gestão do risco

No Banco Popular, a gestão do risco inerente à sua actividade assenta fundamentalmente na análise da natureza e composição dos riscos e das garantias estabelecidas e nos mecanismos de controlo nas suas diversas fases: análise das novas operações, seguimento dos riscos assumidos e gestão dos riscos em dificuldade. Dado que o crédito representa, em termos médios, mais de 80% do activo, o risco do crédito é aquele que assume uma maior importância na gestão do risco. Outros riscos assumidos igualmente pelo Banco no decorrer da sua actividade, nomeadamente, os riscos de mercado, de taxa de juro e de liquidez são tratados nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Risco de crédito

O Risco de Crédito associado à possibilidade de efectivo incumprimento da contraparte, traduzido no não reembolso atempado, parcial ou total, de importâncias mutuadas a clientes (crédito por desembolso) ou na necessidade de assumir compromissos não cumpridos por clientes junto de terceiros e garantidos pelo Banco (crédito por assinatura) continua a ser o risco mais relevante de toda a actividade do Banco Popular.

Na gestão deste risco o Banco utiliza um sistema de gestão e de controlo que assenta num conjunto de princípios que têm como referencial as internacionalmente designadas como “boas práticas”.

Os princípios básicos da política creditícia apontam para:

- a separação entre as áreas originadoras de negócio e as áreas de controlo e de decisão, admitindo-se a decisão partilhada entre as áreas comerciais e as áreas especializadas na análise de risco;
- a prioridade em relação a políticas que visem garantir a estabilidade do Banco, assegurar a viabilidade a curto, médio e longo prazos, e a maximização da relação rendibilidade-risco, em linha com as políticas do Grupo Banco Popular ;
- o cumprimento escrupuloso da legalidade vigente, em todos os seus aspectos;
- a adopção gradual do Método de Notações Internas, do Novo Acordo de Basileia, como política de riscos. Tal supõe a introdução de alterações sensíveis nos sistemas de informação do Banco, entretanto iniciadas;

- a solução de acordo com as necessidades dos clientes, em função da sua vinculação ao Banco, do risco que se assume e da rentabilidade obtida;
- a rapidez na resposta sem menosprezo da eficácia das decisões;
- a busca do máximo equilíbrio entre os investimentos e os recursos;
- a diversificação do risco de crédito;
- o crescimento rentável e de qualidade.

A aprovação específica dos créditos respeita os preceitos e os procedimentos estabelecidos na regulamentação em vigor no Banco.

Estão claramente definidos os níveis hierárquicos competentes para a aprovação de créditos de acordo com as suas características próprias, com a preocupação da salvaguarda das necessárias, independência, colegialidade e descentralização das decisões, capazes de garantir a celeridade e a eficácia de todo o processo. Sempre que possível, as operações de crédito realizadas com clientes enquadram-se nos limites previamente estabelecidos e deverão sempre garantir os pretendidos níveis de rentabilidade, segurança e liquidez dos capitais utilizados.

Os critérios utilizados para definir os níveis hierárquicos competentes para a decisão são o tipo de crédito, o montante, o prazo, o preço, o tipo de contra garantia assim como a notação do cliente ou da operação.

No processo de aceitação do risco vem o Banco ampliando a aplicação de instrumentos de análise standardizada e de apoio à decisão.

Assim, e além de contar com aplicações que integram em suporte electrónico, a informação relevante acerca da qualidade do risco, que abrange a posição actual e histórica da relação com o Banco e com o sistema financeiro, e da relação com outras entidades, conta-se também com um conjunto, cada vez mais abrangente, de propostas em suporte electrónico que tendencialmente cobrirão todos os tipos de operações, com as vantagens inerentes, e tem-se neste momento a quase integralidade das decisões de operações crédito de retalho com inclusão de análises scoring.

No sistema de gestão de crédito o Banco dispõe de órgãos que actuam consoante o estágio do ciclo de vida dos créditos.

Assim, dispõe de um órgão especializado na análise do risco de crédito que actua antes da decisão, colaborando com a Administração na definição, transmissão e acompanhamento das políticas de assumpção de risco adoptadas e decide sobre as operações ou analisa, informa, veicula e apresenta as que são decididas ao nível da Administração.

Conta também com um órgão vocacionado para a análise, prevenção e acompanhamento do risco de crédito que gere a manutenção de mecanismos de seguimento e de detecção atempada de sinais de erosão da qualidade dos créditos, e a participação activa nas decisões que envolvem clientes em lista de acompanhamento.

Numa óptica agregada compete-lhe a análise periódica da carteira de crédito do Banco, com vista ao cálculo da imparidade da carteira de crédito, e a estimação das PD's (probabilidades de default) por segmentos da carteira.

Na actual conjuntura, o Banco Popular conta com áreas específicas, que actuam de forma activa na gestão previsional do Crédito Vencido e, em fase mais adiantada, na gestão dos activos adquiridos por liquidação de créditos.

Em 2007 entendeu-se conveniente reforçar as áreas de gestão de crédito irregular. Assim, foram constituídas equipas vocacionadas para a gestão de créditos irregulares em situação de pré default, isto é, créditos vencidos com menos de 90 dias. Em articulação com a rede comercial, com as áreas de recuperação de crédito e de prevenção, estes núcleos controlam o crédito vincendo a 90 dias de vista bem como o crédito irregular, tendo como objectivo assegurar a cobrança ou a reformulação atempada dos créditos sob critérios exigentes.

Quanto ao processo de decisão de crédito, foi efectuado o teste de uso de scoring de habitação, e merecem destaque :

- uma maior selectividade na concessão de crédito;
- as restrições introduzidas quanto a políticas de produto por segmento de clientes.

O montante do crédito e juros vencidos atingiu, no final de 2007, um total de 123,1 milhões de euros, o que corresponde a um crescimento de 17,2%, relativamente ao ano anterior. De acordo com o observado no quadro 12, este crédito representava 1,97% do crédito total, valor superior ao registado no ano anterior. Considerando apenas o crédito vencido há mais de 90 dias, estes indicadores baixam para 1,55%, em 2007, e 1,53%, em 2006.

Quadro 12 - Crédito vencido e Crédito em incumprimento

(milhares de euros)

	2 007	2 006	Variação	
			valor	%
Crédito e juros vencidos	123 119	105 075	18 044	17,2
Crédito vencido há mais de 90 dias (a)	96 940	89 203	7 737	8,7
Crédito de cobrança duvidosa reclassificado como vencido (b)	26 634	13 571	13 063	96,3
Crédito em incumprimento (a+b)	123 574	102 774	20 800	20,2
Crédito vencido / crédito total (%)	1,97	1,80		
Crédito vencido há mais de 90 dias / crédito total (%)	1,55	1,53		
Crédito em incumprimento / crédito total (%)	1,97	1,76		
Crédito em incumprimento, líquido / crédito total, líquido (%)	0,81	0,72		
Imparidade sobre crédito a clientes	92 453	79 480	12 973	16,3
Cobertura do crédito vencido (%)	75,1	75,6		
Cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias (%)	95,4	89,1		
Cobertura do crédito em incumprimento (%)	74,8	77,3		
por memória:				
Crédito total	6 262 287	5 841 928	420 359	7,2

O Banco de Portugal define o conceito de crédito em incumprimento para avaliar a qualidade do crédito das instituições de crédito, correspondendo este à soma do crédito vencido há mais de noventa dias com o crédito de cobrança duvidosa reclassificado como vencido para efeitos de provisionamento (aplicação da alínea a) do nº1 do nº4 do Aviso nº 3/95). Este crédito corresponde às prestações vincendas de uma mesma operação em que se verifique, relativamente às respectivas prestações vencidas de capital e juros, pelo menos uma das condições: (i) excedam 25% do capital em dívida, acrescido dos juros vencidos; (ii) estejam em incumprimento há mais de 6 meses, nas operações com prazo inferior a 5 anos, 12 meses, nas operações com prazo igual ou superior a 5 e inferior a 10 anos, e 24 meses, nas operações com prazo igual ou superior a 10 anos.

Conforme apresentado no quadro 12, o total do crédito em incumprimento do Banco Popular ascendia, no final de 2007, a 123,6 milhões de euros, mais 20,8 milhões de euros que em 2006, representando 1,97% do crédito total.

Em termos consolidados, o valor da imparidade sobre crédito a clientes ascendia, no final de 2007, a 92,5 milhões de euros, mais 16,3% que no ano anterior. Este valor garantia uma cobertura de 75,1% do crédito vencido total e de 74,8% do crédito em incumprimento.

Em termos individuais, o Banco constitui provisões de acordo com as normas do Banco de Portugal para fazer face aos riscos do crédito. No final de 2007, estas provisões ascendiam a 129,8 milhões de euros, garantindo uma cobertura de 105,4% do crédito vencido total e de 105% do crédito em incumprimento.

Sociedades participadas

O Grupo Banco Popular Portugal inclui outras sociedades especializadas que cobrem muitos dos serviços financeiros não desenvolvidos directamente pelo Banco.

Nas áreas dos seguros de vida e planos de reforma, o Banco Popular participa a 100% no capital da EUROVIDA – Companhia de Seguros de Vida, SA, sendo o principal canal de distribuição dos seus produtos através da rede de agências. Esta seguradora detém, por sua vez, a totalidade do capital da Popular Seguros, Companhia de Seguros, SA que actua na área dos seguros não vida.

Na gestão de fundos de investimento, o Banco actua através da Gerfundos e da Predifundos, sociedades gestoras de fundos de investimento onde detém a totalidade do capital.

Na área do factoring, o Banco intervém através da Heller Factoring Portuguesa, SA, sociedade que já integrava o Grupo Banco Popular e da qual o Banco Popular Portugal adquiriu, em Dezembro de 2006, cerca de 50% do capital.

Nos quadros seguintes são apresentados os balanços e contas de resultados destas sociedades relativos aos dois últimos anos.

EUROVIDA, Companhia de Seguros de Vida, S.A.

(milhares de euros)

Balanço			Conta de Exploração		
	31.12.07	31.12.06		31.12.07	31.12.06
Activo					
Imobilizações	396	597	Prémios líquidos de resseguro	175 913	124 136
Investimentos	638 384	538 287	+ Outros proveitos financeiros (líquidos)	21 068	17 891
Provisões técnicas de resseguro cedido	1 511	1 627	- Custos com sinistros líquidos de resseguro	95 727	52 272
Devedores	2 810	2 682	- Provisões técnicas (variação)	86 809	77 887
Depósitos em bancos e caixas	0	610	- Comissões e outros portes (líquidos)	4 028	4 847
Acréscimos e diferimentos	3 612	3 381	- Gastos administrativos	2 610	2 506
Total do Activo	646 714	547 184	= Resultado da Conta Técnica	7 808	4 515
			+ Resultados de investimentos	671	1 730
Passivo + Capital			+ Outros proveitos (líquidos)	- 3	132
Provisões técnicas	603 275	514 127	+ Resultados extraordinários	142	- 999
Outras provisões	198	177	= Resultado antes de impostos	8 618	5 379
Fundo para dotações futuras	6 087	5 774	- Imposto sobre lucros	2 664	1 543
Depósitos recebidos de resseguradoras	526	341	= Resultado Líquido	5 955	3 835
Credores	7 829	3 944			
Acréscimos e diferimentos	892	893			
Passivos subordinados	4 000	4 000			
Recursos próprios	17 953	14 094			
Resultado do exercício	5 955	3 835			
Total do Passivo + Capital	646 714	547 184			

Popular Seguros, Companhia de Seguros, S.A.

(milhares de euros)

Balanço			Conta de Exploração		
	31.12.07	31.12.06		31.12.07	31.12.06
Activo					
Imobilizações	146	143	Prémios líquidos de resseguro	130	- 16
Investimentos	7 767	7 384	+ Outros proveitos financeiros (líquidos)	2	0
Provisões técnicas de resseguro cedido	94	8	- Custos com sinistros líquidos de resseguro	19	6
Devedores	45	32	- Provisões técnicas (variação)	7	6
Depósitos em bancos e caixas	0	0	- Comissões e outros portes (líquidos)	73	34
Acréscimos e diferimentos	74	0	- Gastos administrativos	118	42
Total do Activo	8 126	7 568	= Resultado da Conta Técnica	- 85	- 105
			+ Resultados de investimentos	325	81
Passivo + Capital			+ Outros proveitos (líquidos)	- 35	0
Provisões técnicas	268	29	+ Resultados extraordinários	- 18	0
Outras provisões	0	0	= Resultado antes de impostos	186	- 24
Fundo para dotações futuras	0	0	- Imposto sobre lucros	43	0
Depósitos recebidos de resseguradoras	0	0	= Resultado Líquido	143	- 24
Credores	214	62			
Acréscimos e diferimentos	6	2			
Passivos subordinados	0	0			
Recursos próprios	7 500	7 500			
Reservas e resultados transitados	- 5	0			
Resultado do exercício	143	- 24			
Total do Passivo + Capital	8 126	7 568			

Gerfundos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA
(milhares de euros)

Balanco			Conta de Exploração		
Activo	31.12.07	31.12.06		31.12.07	31.12.06
Caixa e disponibilidades s/ inst. de crédito	2 092	1 391	+ Juros e proveitos equiparados	85	39
Outro créditos sobre instituições de crédito	0	1 506	- Juros e custos equiparados	0	0
Outros activos	1 000	616	= Margem Financeira	85	39
Total do Activo	3 092	3 514	+ Comissões e out. result. expl. líq.	2 582	2 315
			= Produto Bancário	2 667	2 355
Passivo + Capital			- Custos operacionais	159	172
Outros passivos	202	343	= Margem de Exploração	2 508	2 183
Contas de regularização	0	0	+ Resultados extraordinários	0	0
Capital subscrito	300	300	= Resultados antes de impostos	2 508	2 183
Reservas e resultados transitados	747	1 288	- Impostos s/lucros	664	600
Lucro do exercício	1 843	1 583	= Resultado Líquido	1 843	1 582
Total do Passivo + Capital	3 092	3 514			
<i>Patrimónios sob gestão</i>	<i>284 841</i>	<i>324 561</i>			

Predifundos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA
(milhares de euros)

Balanco			Conta de Exploração		
Activo	31.12.07	31.12.06		31.12.07	31.12.06
Caixa e disponibilidades s/ inst. de crédito	1 498	647	+ Juros e proveitos equiparados	45	28
Outro créditos sobre instituições de crédito	0	1 004	- Juros e custos equiparados	0	0
Outros activos	44	41	= Margem Financeira	45	28
Contas de regularização	0	0	+ Comissões e out. result. expl. líq.	481	400
Total do Activo	1 542	1 692	= Produto Bancário	526	428
			- Custos operacionais	15	44
Passivo + Capital			= Margem de Exploração	511	384
Outros passivos	64	39	+ Resultados extraordinários	0	0
Capital subscrito	375	375	= Resultados antes de impostos	511	384
Reservas e resultados transitados	727	999	- Impostos s/lucros	135	106
Lucro do exercício	375	278	= Resultado Líquido	375	278
Total do Passivo + Capital	1 542	1 692			
<i>Patrimónios sob gestão</i>	<i>73 060</i>	<i>54 457</i>			

Heller Factoring Portuguesa, SA

(milhares de euros)

Balanço			Conta de Exploração		
Activo	31.12.07	31.12.06		31.12.07	31.12.06
Caixa e disponibilidades s/ inst. de crédito	0	1	+ Juros e proveitos equiparados	12 571	10 392
Outro créditos sobre instituições de crédito	0	0	- Juros e custos equiparados	5 906	4 321
Crédito a clientes	194 556	191 482	= Margem Financeira	6 665	6 071
Imobilizado	347	2 527	+ Comissões e out. result. expl. líq.	- 182	- 375
Outros activos	349	414	= Produto Bancário	6 482	5 695
Total do Activo	195 252	194 424	- Custos com pessoal	1 774	1 872
			- Gastos gerais administrativos	617	654
			- Amortizações	132	237
Passivo + Capital			= Margem de Exploração	3 959	2 933
Recursos de instituições de crédito	136 823	145 965	- Provisões e correcções de valor	197	- 139
Outros passivos	16 453	9 949	= Resultados antes de impostos	3 762	3 072
Provisões	1 410	1 089	- Impostos s/lucros	748	908
Capital subscrito	12 813	12 813	= Resultado Líquido	3 014	2 164
Reservas e resultados transitados	24 739	22 444			
Lucro do exercício	3 014	2 164			
Total do Passivo + Capital	195 252	194 424			

Proposta de aplicação dos resultados

Em conformidade com o Artigo 24º dos Estatutos e tendo em consideração a conveniência de maximizar o autofinanciamento dos capitais próprios, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício de 2007 do Banco Popular Portugal, S.A., no montante de Euros 50.072.048,45, tenha a seguinte aplicação:

- Para Reserva Legal	euros	5.008.000,00
- Para Outras Reservas	euros	45.064.048,45

Nota final

Em 25 de Janeiro de 2007, renunciou ao cargo de vogal do Conselho de Administração Jesus Rodríguez Fernández. No mesmo dia, foram cooptados para o Conselho de Administração os senhores Amadeo Pérez Urcola e Carlos Miguel de Paula Martins Roballo, os quais passaram igualmente a integrar a Comissão Executiva, tendo sido ratificada a sua eleição na Assembleia Geral, realizada em 7 de Maio de 2007.

Em 2 de Novembro de 2007 renunciou ao cargo de vice-presidente do Conselho de Administração e presidente da Comissão Executiva António Pedro Pujol González. Na Assembleia Geral realizada em 5 de Novembro de 2007, foi eleito para o mesmo cargo Rui Manuel Morganho Semedo.

O Conselho de Administração expressa o seu reconhecimento às autoridades monetárias e de supervisão, ao accionista Banco Popular Español e ao Conselho Fiscal, pela valiosa cooperação no acompanhamento da actividade do Banco Popular Portugal.

O Conselho manifesta igualmente o seu agradecimento aos clientes pela confiança depositada e aos trabalhadores o seu apreço pelo empenhamento profissional no exercício das suas funções e contribuição para o desenvolvimento do Banco.

Lisboa, 27 de Março de 2008

O Conselho de Administração

Posição accionista dos membros dos órgãos de administração e fiscalização

(Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais)

Nada a reportar

Participações qualificadas

(Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais e Artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários)

Accionistas	Nº Acções	Participação no Capital social %	Direitos de voto %
Banco Popular Español, SA	176 000 000	100%	100%

BANCO POPULAR PORTUGAL, S.A.

Balanço Individual NCA em 31 DE DEZEMBRO de 2007

(milhares de euros)

	Notas/ Quadros anexos	Ano			Ano anterior
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	
		1	2	3 = 1 - 2	
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	17	97 081		97 081	94 011
Disponibilidades em outras instituições de crédito	18	108 727		108 727	130 487
Activos financeiros detidos para negociação	19	7 498		7 498	10 980
Outros activos financ. justo valor através de resultados	20	30 851		30 851	32 364
Activos financeiros disponíveis para venda	21	152 800		152 800	15 169
Aplicações em instituições de crédito	22	528 653		528 653	721 134
Crédito a clientes	23	5 999 533	79 714	5 919 819	5 510 125
Outros activos tangíveis	24	175 787	65 518	110 269	105 110
Activos intangíveis	25	18 849	17 715	1 134	2 412
Investimento em filiais e associadas	26	56 237	899	55 338	55 194
Activos por impostos correntes		0		0	1 197
Activos por impostos diferidos	27	22 228		22 228	6 916
Outros activos	28	170 018	18 989	151 029	138 320
Total de Activo		7 368 262	182 835	7 185 427	6 823 419
Passivo					
Passivos financeiros detidos para negociação	19	3 426		3 426	1 797
Outros activos financ. justo valor através de resultados	20	138 778		138 778	55 481
Recursos de outras instituições de crédito	29	3 313 474		3 313 474	3 082 599
Recursos de clientes	30	3 007 904		3 007 904	3 066 216
Responsabilidades representadas por títulos	31	16 281		16 281	21 544
Provisões	32	53 464		53 464	49 254
Passivos por impostos correntes		17 340		17 340	10 131
Passivos por impostos diferidos	27	4 077		4 077	4 356
Outros passivos subordinados	33	170 285		170 285	130 950
Outros passivos	34	46 750		46 750	33 803
Total de Passivo		6 771 779	0	6 771 779	6 456 131
Capital					
Capital	37	176 000		176 000	176 000
Prémios de emissão	37	10 109		10 109	10 109
Reservas de reavaliação	38	3 477		3 477	4 317
Outras reservas e resultados transitados	39	173 990		173 990	130 433
Resultado do exercício		50 072		50 072	46 429
Total de capital		413 648	0	413 648	367 288
Total de Passivo + Capital		7 185 427	0	7 185 427	6 823 419

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BANCO POPULAR PORTUGAL, S.A.

Demonstração de Resultados Individual NCA em 31 DE DEZEMBRO de 2007

(milhares de euros)

	Notas/ Quadros anexos	Ano	Ano anterior
Juros e rendimentos similares	6	365 472	292 575
Juros e encargos similares	6	228 551	157 464
Margem financeira		136 921	135 111
Rendimento de instrumentos de capital	7	2 732	1 846
Rendimentos de serviços e comissões	8	58 808	53 431
Encargos com serviços e comissões	8	- 6 811	- 3 829
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	9	- 745	- 690
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)		0	0
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	10	1 779	1 454
Resultados de alienação de outros activos		- 49	140
Outros resultados de exploração		378	1 816
Produto bancário		193 013	189 279
Custos com pessoal	14/40	50 084	46 042
Gastos gerais administrativos	14	32 451	29 194
Depreciações e amortizações	24/25	9 620	10 036
Provisões líquidas de reposições e anulações	32	4 462	6 316
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líq. de reposições e anulações)	23	25 645	27 672
Imparidade outros activos financ. líquida de reversões e recuperações		0	0
Imparidades de outros activos líquida de reversões e recuperações	28	6 964	7 894
Resultado antes de impostos		63 787	62 125
Impostos		13 715	15 696
Correntes	15	29 003	16 203
Diferidos	15	- 15 288	- 507
Resultado após impostos		50 072	46 429
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		0	0
Resultado líquido do exercício		50 072	46 429
Resultado por acção (euro)		0,28	0,26

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BANCO POPULAR PORTUGAL, S.A.**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS****EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006**

(em milhares de euros)

	Notas	2007	2006
Actividades Operacionais			
Juros e comissões recebidos		419 804	331 137
Juros e comissões pagos		- 220 368	- 139 186
Recuperação de crédito e juros vencidos		5 542	1 827
Pagamento a empregados e fornecedores		- 73 706	- 70 777
Contribuições para o fundo de pensões	35	- 10 067	- 9 752
<i>Resultados operacionais antes de alterações nos fundos operacionais</i>		<i>121 205</i>	<i>113 249</i>
(Aumentos)/diminuições dos activos operacionais			
Créditos sobre instituições de crédito		1 022	19 025
Depósitos em bancos centrais		10 965	- 8 040
Crédito sobre clientes		- 471 665	- 804 164
Activos financeiros		3 027	- 4 464
Outros activos operacionais		1 694	- 22 536
Aumentos/(diminuições) dos passivos operacionais			
Débitos para com instituições de crédito		227 051	693 241
Débitos para com clientes		- 62 632	162 795
Débitos representados por títulos		- 5 357	- 1 430
Passivos financeiros		97 638	- 2 270
Outros passivos operacionais		3 859	26 142
<i>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais antes de impostos sobre lucros</i>		<i>- 73 193</i>	<i>171 548</i>
Impostos pagos sobre lucros		- 20 597	- 5 625
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		- 93 790	165 923
Actividades de Investimento			
Dividendos recebidos		3 713	3 599
Compra de participações em empresas filiais		- 145	- 35 471
Liquidação de empresas filiais		0	18 677
Activos financeiros disponíveis para venda		- 137 957	22 300
Vendas de activos não correntes detidos para venda		8 608	2 522
Compra de imobilizações		- 13 415	- 10 966
Valores recebidos na venda de imobilizações		170	473
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		- 139 026	1 134
Actividades de Financiamento			
Emissão de dívida subordinada	33	50 000	0
Juros e amortizações de dívida subordinada	33	- 17 436	- 19 195
Emissão de dívida não subordinada		0	26 087
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		32 564	6 892
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		1 229	7 035
Aumento líquido em caixa e seus equivalentes		- 199 023	180 984
Caixa e seus equivalentes no início do período	42	876 541	695 557
Caixa e seus equivalentes no fim do período	42	677 518	876 541
		- 199 023	180 984

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BANCO POPULAR PORTUGAL, S.A.**Demonstração Individual dos movimentos nas contas de Capital Próprio****(milhares de euros)**

	Capital Social	Prémio de emissão	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total
Balanço em 01 de Janeiro de 2006	176 000	10 109	123 084	- 17 642	27 294	318 845
Transferência para resultados transitados				27 294	- 27 294	0
Incorporação de filial			4 677			4 677
Responsabilidades pensões de reforma (Transição IFRS)				- 2 871		- 2 871
Variações em investimentos disponíveis p/ venda, liq. de imposto			208			208
Transferência para reserva legal			2 730	- 2 730		0
Transferência para outras reservas			24 564	- 24 564		0
Resultado líquido do exercício					46 429	46 429
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	176 000	10 109	155 263	- 20 513	46 429	367 288
Transferência para resultados transitados				46 429	- 46 429	0
Responsabilidades pensões de reforma (Transição IFRS)				- 2 872		- 2 872
Variações em investimentos disponíveis p/ venda, liq. de imposto			- 840			- 840
Transferência para reserva legal			4 643	- 4 643		0
Transferência para outras reservas			41 785	- 41 785		0
Resultado líquido do exercício					50 072	50 072
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	176 000	10 109	200 851	- 23 384	50 072	413 648

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BANCO POPULAR PORTUGAL, S.A.

Balanço Consolidado NIC/NIRF em 31 de DEZEMBRO de 2007

(milhares de euros)

	Notas/ Quadros anexos	Ano			Ano anterior
		A. Perímetro consolidação NIC/NIRF			Perímetro consolidação NIC/NIRF
		1 Valor antes de imparidade e amortizações	2 Imparidade e amortizações	3 = 1 - 2 Valor líquido	
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	17	97 081		97 081	94 014
Disponibilidades em outras instituições de crédito	18	117 707		117 707	140 347
Activos financeiros detidos para negociação	19	60 124		60 124	38 128
Outros activos financ. justo valor através de resultados	20	463 013		463 013	348 003
Activos financeiros disponíveis para venda	21	280 542		280 542	142 256
Aplicações em instituições de crédito	22	411 577		411 577	724 957
Crédito a clientes	23	6 262 287	92 453	6 169 834	5 762 448
Propriedades de investimento		2 353		2 353	2 352
Outros activos tangíveis	24	190 376	67 422	122 954	118 014
Activos intangíveis	25	31 671	21 078	10 593	13 129
Investimento em filiais e associadas	26	288		288	0
Activos por impostos correntes		1 166		1 166	1 928
Activos por impostos diferidos	27	24 278		24 278	9 142
Provisões técnicas de resseguro cedido		1 605		1 605	1 635
Outros activos	28	225 310	21 573	203 737	148 297
Devedores por seguro directo e resseguro		1 689		1 689	1 819
Outros		223 621	21 573	202 048	146 478
Total de Activo		8 169 378	202 526	7 966 852	7 544 650
Passivo					
Passivos financeiros detidos para negociação	19	3 426		3 426	1 797
Outros passivos financ. justo valor através de resultados	20	138 778		138 778	55 481
Recursos de outras instituições de crédito	29	3 325 311		3 325 311	3 160 673
Recursos de clientes	30	2 995 529		2 995 529	3 004 755
Responsabilidades representadas por títulos	31	16 281		16 281	21 544
Provisões	32	2 357		2 357	2 343
Provisões técnicas	32	603 543		603 543	514 113
Passivos por impostos correntes		20 413		20 413	12 152
Passivos por impostos diferidos	27	6 886		6 886	7 622
Outros passivos subordinados	33	286 950		286 950	270 314
Outros passivos	34	75 516		75 516	58 144
Credores por seguro directo e resseguro		1 094		1 094	749
Outros passivos		74 422		74 422	57 395
Total de Passivo		7 474 990	0	7 474 990	7 108 938
Capital					
Capital	37	176 000		176 000	176 000
Prémios de emissão	37	10 109		10 109	10 109
Reservas de reavaliação	38	5 094		5 094	8 151
Outras reservas e resultados transitados	39	221 849		221 849	165 927
Resultado do exercício		57 416		57 416	55 916
Interesses minoritários		21 394		21 394	19 609
Total de capital		491 862	0	491 862	435 712
Total de Passivo + Capital		7 966 852	0	7 966 852	7 544 650

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BANCO POPULAR PORTUGAL, S.A.

Demonstração Consolidada de Resultados NIC/NIRF em 31 de DEZEMBRO de 2007

(milhares de euros)

	Notas/ Quadros anexos	Ano	Ano anterior
		Perímetro consolidação NIC/NIRF	Perímetro consolidação NIC/NIRF
Juros e rendimentos similares	6	406 523	321 382
Juros e encargos similares	6	234 792	161 017
Margem financeira		171 731	160 365
Rendimento de instrumentos de capital	7	58	54
Rendimentos de serviços e comissões	8	50 063	45 200
Encargos com serviços e comissões	8	- 7 988	- 4 815
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	9	3 161	7 866
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)		642	128
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	10	1 851	1 426
Resultados de alienação de outros activos		- 44	145
Prémios líquidos de resseguro	11	176 183	124 136
Custos com sinistros líquidos de resseguro	12	- 93 124	- 51 489
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro	13	- 89 806	- 79 605
Outros resultados de exploração		- 944	85
Produto da actividade		211 783	203 496
Custos com pessoal	14/40	54 806	48 863
Gastos gerais administrativos	14	35 085	31 423
Depreciações e amortizações	24/25	11 232	10 956
Provisões líquidas de reposições e anulações	32	1 530	2 246
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	23	25 130	26 488
Imparidade outros activos financ. líquida de reversões e recuperações		0	0
Imparidades de outros activos líquida de reversões e recuperações	28	6 283	7 366
Diferenças de consolidação negativas		33	0
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos		136	0
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários		77 886	76 154
Impostos		18 633	20 238
Correntes	15	33 270	18 452
Diferidos	15	- 14 637	1 786
Resultado após impostos antes de interesses minoritários		59 253	55 916
Interesses minoritários		1 837	0
Resultado consolidado do exercício		57 416	55 916
Resultado por acção (euro)		0,33	0,32

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BANCO POPULAR PORTUGAL, S.A.**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006**

(em milhares de euros)

	Notas	2007	2006
Actividades Operacionais			
Juros e comissões recebidos		437 069	351 258
Juros e comissões pagos		- 222 750	- 137 866
Recuperação de crédito e juros vencidos		5 551	1 827
Pagamento a empregados e fornecedores		- 81 550	- 73 945
Contribuições para o fundo de pensões	35	- 10 067	- 9 752
Prémios líquidos da actividade seguradora		83 438	205 715
<i>Resultados operacionais antes de alterações nos fundos operacionais</i>		<i>211 691</i>	<i>337 237</i>
(Aumentos)/diminuições dos activos operacionais			
Créditos sobre instituições de crédito		1 022	26 244
Depósitos em bancos centrais		10 965	- 8 040
Crédito sobre clientes		- 517 612	- 759 097
Activos financeiros		- 125 445	- 66 201
Outros activos operacionais		9 879	- 5 313
Aumentos/(diminuições) dos passivos operacionais			
Débitos para com instituições de crédito		160 875	651 060
Débitos para com clientes		- 13 528	122 852
Débitos representados por títulos		- 5 357	- 1 430
Passivos financeiros		85 919	0
Outros passivos operacionais		19 650	25 428
<i>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais antes de impostos sobre lucros</i>		<i>- 161 941</i>	<i>322 740</i>
Impostos pagos sobre lucros		- 24 248	- 7 550
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		- 186 189	315 190
Actividades de Investimento			
Dividendos recebidos		58	54
Compra de participações em empresas filiais		0	- 23 720
Activos financeiros disponíveis para venda		- 135 747	- 71 283
Vendas de activos não correntes detidos para venda		9 005	2 730
Compra de imobilizações		- 13 653	- 13 811
Valores recebidos na venda de imobilizações		445	491
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		- 139 892	- 105 539
Actividades de Financiamento			
Emissão de dívida subordinada	33	50 000	0
Juros e amortizações de dívida subordinada	33	- 45 530	- 47 654
Emissão de dívida não subordinada		0	26 087
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		4 470	- 21 567
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		1 301	5 914
Aumento líquido em caixa e seus equivalentes		- 320 310	193 998
Caixa e seus equivalentes no início do período	42	890 226	696 228
Caixa e seus equivalentes no fim do período	42	569 916	890 226
		- 320 310	193 998

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BANCO POPULAR PORTUGAL, S.A.

Demonstração Consolidada dos movimentos nas contas de Capital Próprio

(milhares de euros)

	Capital Social	Prémio de emissão	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Interesses minoritários	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2006	176 000	10 109	132 917	2 425	42 940	0	364 391
Transferência para resultados transitados				42 940	- 42 940		0
Incorporação de filial			1 933	- 1 908			25
Transferência para reserva legal			3 119	- 3 119			0
Transferência para outras reservas			24 565	- 24 565			0
Dif critérios contabilização (IFRS)				- 3 590			- 3 590
Variações em investimentos disponíveis p/ venda, liq. de imposto			- 639				- 639
Resultado líquido Consolidado					55 916		55 916
Interesses minoritários						19 609	19 609
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	176 000	10 109	161 895	12 183	55 916	19 609	435 712
Transferência para resultados transitados				55 916	- 55 916		0
Transferência para reserva legal			5 214	- 5 214			0
Transferência para outras reservas			41 785	- 41 785			0
Dif critérios contabilização (IFRS)				5			5
Variações em investimentos disponíveis p/ venda, liq. de imposto			- 3 154				- 3 154
Activos próprios de uso próprio ao justo valor			98				98
Resultado líquido Consolidado					57 416		57 416
Interesses minoritários						1 785	1 785
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	176 000	10 109	205 838	21 105	57 416	21 394	491 862

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

INVENTÁRIO DE TÍTULOS EM BASE INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 (em euros)

Natureza e espécie	Categoria de Activo Instrução nº 23/2004	Tipo de emissão	País do emissor	Cotado/ Não cotado	Mercado organizado relevante	Cotação	Quantidade	Valor Nominal	Cálculo Valoremétrico	Valor de balanço	Valias (+/-)	Correcções de valor		% de participação	
												Importância	Outras	Capital	Direitos de voto
Instrumentos de dívida															
De dívida pública															
OT Junho 2003/2014	Activos fin. justo valor através de result.	IC	Portugal	S	Portugal	6.540.660,00	652.500.000	6.525.000,00	Justo valor	6.695.517,01	200.818,05	0,00	154.857,01		
De outros emissores															
Outros															
Dívida não subordinada															
Siempse, SA - 2º	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		50	2.500.000,00	Justo valor	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00		
Mundoteel-Industrias Tereos, SA - 7º Emissão	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		50	2.500.000,00	Justo valor	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00		
Mundoteel-Industrias Tereos, SA - 12º Emissão	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		20	1.000.000,00	Justo valor	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Trocen - Treflaria do centro, SA - 3º Emissão	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		10	500.000,00	Justo valor	500.000,00	0,00	0,00	0,00		
Trocen - Treflaria do centro, SA - 4º Emissão	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		10	500.000,00	Justo valor	500.000,00	0,00	0,00	0,00		
Trocen - Treflaria do centro, SA - 9º Emissão	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		10	500.000,00	Justo valor	500.000,00	0,00	0,00	0,00		
Interchapa - Industria de Ferro e Chapa, SA - 3º Emissão	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		10	500.000,00	Justo valor	500.000,00	0,00	0,00	0,00		
Interchapa - Industria de Ferro e Chapa, SA - 4º Emissão	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		10	500.000,00	Justo valor	500.000,00	0,00	0,00	0,00		
3 Marcas - Industrias Metalicas, SA - 2º Emissão	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		10	500.000,00	Justo valor	500.000,00	0,00	0,00	0,00		
3 Marcas - Industrias Metalicas, SA - 3º Emissão	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		10	500.000,00	Justo valor	500.000,00	0,00	0,00	0,00		
Sardinha & Leite, SA - 4º Emissão	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		50	2.500.000,00	Justo valor	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00		
Edifer - 8º Emissão	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		100	5.000.000,00	Justo valor	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Marina Ferreira - Comercio de Produtos Siderurgicos, SA - 2º	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		30	1.500.000,00	Justo valor	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00		
Anonim Turismo, SGPS, SA - 8º Emissão	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		144	7.200.000,00	Justo valor	7.200.000,00	0,00	0,00	0,00		
Safina - Sociedade Industrial de Alcañices - 2º Emissão	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		20	1.000.000,00	Justo valor	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Metalurgica Ideal Mondego, SA - 4º Emissão	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		18	900.000,00	Justo valor	900.000,00	0,00	0,00	0,00		
Plastada, SA - 2º Emissão	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		50	2.500.000,00	Justo valor	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00		
Graphicalcderpackaging - 2º Emissão	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		25	1.250.000,00	Justo valor	1.250.000,00	0,00	0,00	0,00		
Antero & CA, SA - 9º Emissão	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		10	500.000,00	Justo valor	500.000,00	0,00	0,00	0,00		
Antero & CA, SA - 10º Emissão	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		10	500.000,00	Justo valor	500.000,00	0,00	0,00	0,00		
Antero & CA, SA - 11º Emissão	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		10	500.000,00	Justo valor	500.000,00	0,00	0,00	0,00		
Antero & CA, SA - 12º Emissão	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		10	500.000,00	Justo valor	500.000,00	0,00	0,00	0,00		
Inqpa - Investimentos, Participações e Gestão, SA - 2º	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		100	5.000.000,00	Justo valor	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Barraqueiro, SGPS, SA - 3º Emissão	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		100	5.000.000,00	Justo valor	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Meistre Maco - 2º Emissão	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		100	5.000.000,00	Justo valor	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Estuval - Companhia Port de Estuval, SA - 3º	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		20	1.000.000,00	Justo valor	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Estuval - Companhia Port de Estuval, SA - 4º	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		20	1.000.000,00	Justo valor	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Sagol, SA - 2º Emissão	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		80	3.000.000,00	Justo valor	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
MMP - Construtões, Lda	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		40	2.000.000,00	Justo valor	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Galp Energia, SGPS - 11º emissão	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		5000	25.000.000,00	Justo valor	25.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Nadaster - Armazem de Ferro, SA - 9º	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		20	1.000.000,00	Justo valor	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Açol-A-Rodrigues Correa Lopes, Bebidas e Alimentação	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		60	3.000.000,00	Justo valor	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Riberiales, SGPS, SA - 4º Emissão	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		60	3.000.000,00	Justo valor	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Riberiales, SGPS, SA - 7º Emissão	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		20	1.000.000,00	Justo valor	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Riberiales, SGPS, SA - 8º Emissão	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		20	1.000.000,00	Justo valor	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Riberiales, SGPS, SA - 9º Emissão	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		20	1.000.000,00	Justo valor	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Riberiales, SGPS, SA - 9º Emissão	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		20	1.000.000,00	Justo valor	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Charmarin Imobiliária, SGPS, SA - 7º	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		300	15.000.000,00	Justo valor	15.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Fernando Oliveira - Cortiças, Lda - 1º	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		50	2.500.000,00	Justo valor	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00		
Cork Supply Portugal, SA - 1º	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		10	500.000,00	Justo valor	500.000,00	0,00	0,00	0,00		
Cork Supply Portugal, SA - 2º	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		10	500.000,00	Justo valor	500.000,00	0,00	0,00	0,00		
Vieira Imobiliária, SGPS, SA	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		80	4.000.000,00	Justo valor	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Grupo Vitoria, SGPS, SA	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		100	5.000.000,00	Justo valor	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Landir - Comércio de Pronto a Vestr, SA - 1º	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		25	1.250.000,00	Justo valor	1.250.000,00	0,00	0,00	0,00		
Landir - Comércio de Pronto a Vestr, SA - 2º	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		10	500.000,00	Justo valor	500.000,00	0,00	0,00	0,00		
Landir - Comércio de Pronto a Vestr, SA - 3º	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		10	750.000,00	Justo valor	750.000,00	0,00	0,00	0,00		
Bi-Silique	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		40	2.000.000,00	Justo valor	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Moves Vinato, SA - 1º	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		10	500.000,00	Justo valor	500.000,00	0,00	0,00	0,00		
Açol - Industria e Comercio de Ferro e Aços, SA	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		40	2.000.000,00	Justo valor	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Açol - Gás, SA	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		40	2.000.000,00	Justo valor	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Barif GO, SA	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		20	1.000.000,00	Justo valor	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Ribas II - Rolhas de Champagne, SA - 1º	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		30	1.500.000,00	Justo valor	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00		
CI&E - Construtões e Manutenção Electromecanica, SA - 1º	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		47	2.350.000,00	Justo valor	2.350.000,00	0,00	0,00	0,00		
F Ramada - Aços e Industrias, SA - 1º	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		80	4.000.000,00	Justo valor	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Ramos Catimao, SA - 1º	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		30	1.500.000,00	Justo valor	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00		
Oliveira & Imilias, SA - 1º	Creditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		30	1.500.000,00	Justo valor	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00		
ITA IM Cidades O.B.P. - 4.26 0214	Activos fin. justo valor através de result.	OIF	Espanha	S	Espanha	23.258.328,00	240	24.000.000,00	Justo valor	24.155.309,13	-520.904,88	0,00	897.911,13		
IM GBP Empresas 2 FT	Activos fin. disponíveis para venda	OIF	Espanha	S	Espanha	140.000.000,00	1.400	140.000.000,00	Justo valor	140.501.612,22	-500.000,00	0,00	801.612,22		
Dívida Subordinada															
Banco Fianta 2001/2012 - Obrig. Subordinadas	Activos fin. disponíveis para venda	IC	Portugal	N	Portugal		200.000	10.000.000,00	Justo valor	9.725.941,67	-520.000,00	0,00	245.941,67		
Total										321.278.440,83					
Instrumentos de Capital															
Finangept - Emp. Fin. Gestão e Desenv. SA	Activos fin. disponíveis para venda	OIF	Portugal	N	Portugal		100	500,00	Justo valor	1.165,00	-830,19	0,00%	0,00%		
Sile - Soc. Inters. de Servicos, SA	Activos fin. disponíveis para venda	OIF	Portugal	N	Portugal		25.680	128.400,00	Justo valor	1.946.544,00	725.406,49	0,521%	0,521%		
Unicre - Cambio Intern. de Credito, SA	Activos fin. disponíveis para venda	OIF	Portugal	N	Portugal		5.882	29.410,00	Justo valor	624.550,76	250.452,34	0,290%	0,290%		
Vias Europe Limited	Activos fin. disponíveis para venda	OIF	Reino Unido	N	Portugal		1	10,00	Justo valor	10,00	0,00	0,00%	0,00%		
Gerfundos - S.G.F.I., SA	Investimentos em filiais	OIF	Portugal	N	Portugal		60.000	300.000,00	Custo Histórico	300.000,00	0,00	100,00%	100,00%		
Piedifundos - S.G.F.I.I., SA	Investimentos em filiais	OIF	Portugal	N	Portugal		75.000	375.000,00	Custo Histórico	375.000,00	0,00	100,00%	100,00%		
Consultim, S.A.	Investimentos em filiais	OIF	Portugal	N	Portugal		55.140	623.497,37	Custo Histórico	623.497,37	0,00	100,00%	100,00%		
Populargest - Gestio de Imóveis, Soc. Unipessoal, LDA	Investimentos em filiais	OIF	Portugal	N	Portugal		1	12.295.175,35	Custo Histórico	12.295.175,35	0,00	100,00%	100,00%		
Eurovida - Comp. de Seguros de Vida, S.A.	Investimentos em filiais	S	Portugal	N	Portugal		1.500.000	13.500.000,00	Custo Histórico						

BANCO POPULAR PORTUGAL, S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 de DEZEMBRO de 2007 e 2006

(Valores expressos em milhares de euros)

1. GRUPO FINANCEIRO

1.1 Actividade

O Banco, sob a designação de BNC – Banco Nacional de Crédito Imobiliário, foi constituído em 2 de Julho de 1991, na sequência de autorização concedida pela Portaria do Ministério das Finanças n.º 155/91, de 26 de Abril. Em 12 de Setembro de 2005, alterou a sua designação para Banco Popular Portugal, S.A..

O Banco está autorizado a operar de acordo com as directrizes reguladoras da actividade bancária, vigentes em Portugal, tendo por objecto a obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, conjuntamente com os seus recursos próprios, na concessão de crédito ou em outros activos, prestando ainda outros serviços bancários no País e no estrangeiro.

A empresa mãe do Grupo é o Banco Popular Español, S.A., com sede em Madrid, na Calle Velázquez nº 34, Espanha.

O Banco não está cotado em bolsa.

1.2 Estrutura do Grupo

O Banco detém participações em empresas coligadas (filiais), cujas aquisições foram efectuadas com intenção de intervenção na gestão das empresas, quer pela existência de ligações quer pela complementaridade com a sua actividade.

São consideradas filiais as participações de capital superiores a 50%, e/ou em que seja exercido controlo pelo Banco.

Com referência a 31 de Dezembro de 2007, a estrutura do grupo de empresas nas quais o Banco detém uma participação efectiva de controlo é a seguinte:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	% de participação efectiva	% de participação directa
Predifundos-SGFII, SA	Lisboa	375 000	EUR	Gestão de Fundos Imobiliários	100	100
Gerfundos-SGFI, SA	Lisboa	300 000	EUR	Gestão de Fundos Mobiliários	100	100
Popular Gest, Gestão de Imóveis, Lda	Lisboa	12 000 000	EUR	Serviços auxiliares	100	100
Consulteam - Consultores de Gestão, SA	Lisboa	300 000	EUR	Serviços auxiliares	100	100
Eurovida - Companhia de Seguros de Vida, SA	Lisboa	7 500 000	EUR	Seguros	100	100
Popular Seguros, Companhia de Seguros, SA	Lisboa	7 500 000	EUR	Seguros	100	0
Heller Factoring Portuguesa, SA (a)	Lisboa	12 812 500	EUR	Factoring	50,06	48,84

(a) O Banco detém o controlo desta entidade através de acordo parassocial estabelecido com o outro accionista maioritário.

As subsidiárias acima são apresentadas nas contas consolidadas do Banco pelo método de consolidação integral.

2. Resumo das Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos aplicados na preparação destas demonstrações financeiras são indicados abaixo. Estas políticas foram aplicadas, consistentemente, a todas os anos apresentados, excepto nos casos devidamente assinalados.

2.1 Bases de apresentação

Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais do Banco Popular Portugal foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro e definidas nas instruções n.º 9/2005 e n.º 23/2004.

As NCA correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia (EU) no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, excepto quanto às seguintes matérias:

- Valorimetria dos créditos a clientes e outros valores a receber – Na data do reconhecimento inicial são registados pelo valor nominal, sendo a componente de juros, comissões e custos externos imputáveis às respectivas operações subjacentes reconhecida segundo a regra de “*pró rata temporis*”, quando se trate de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês;
- Provisionamento de créditos a clientes e outros valores a receber – As provisões para esta classe de activos financeiros encontram-se sujeitas a um quadro mínimo de referência para constituição de provisões específicas, gerais e risco-país, nos termos definidos no Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal.
- Activos tangíveis – Na data do reconhecimento inicial são registados ao custo de aquisição, mantendo-se subsequentemente ao custo histórico, salvo quando se verifiquem reavaliações legalmente autorizadas; e,
- o impacto ao nível das responsabilidades por pensões de reforma, resultante da aplicação da IAS 19 com referência a 31 de Dezembro de 2005, poderá ser reconhecido em resultados transitados, através de um plano de prestações uniformes por um prazo de 5

anos, com excepção da parte relativa a responsabilidades por cuidados médicos pós-emprego e alteração dos pressupostos relativos à tábua de mortalidade, para as quais o prazo se estende até aos 7 anos, conforme definido nos Avisos do Banco de Portugal n.º 4/2005 e n.º 12/2005, de 21 de Fevereiro e 22 de Dezembro, respectivamente.

As IFRS são as normas e interpretações adoptadas pelo International Accounting Standards Board (IASB) que compreendem as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) ou pelo anterior Standard Interpretation Committee (SIC).

Normas contabilísticas com aplicação obrigatória a partir do exercício de 2007:

- IFRS 7, Instrumentos financeiros: Divulgações de informações e respectivas alterações à IAS 1;
- IFRIC 10, Relato financeiro intercalar e imparidade;
- IFRS 4, Contratos de seguro.

Normas contabilísticas com aplicação obrigatória em 2007 não relevantes para o Banco:

- IFRIC 7, Aplicação da abordagem pela reexpressão segundo a IAS 29 – Relato financeiro em economias hiper inflacionárias;
- IFRIC 9, Reavaliação de derivados embutidos;
- IFRIC 8, Âmbito de aplicação da IFRS 2.

Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas sem aplicação obrigatória em 2007:

- IAS 23 (Alterações), Custos de empréstimos;
- IFRS 8, Segmentos operacionais;
- IFRIC 14, IAS 19 – Limites de benefícios definidos, requisitos mínimos de financiamento e a sua interacção;
- IFRIC 11, IFRS 2, Transacções de acções próprias e do grupo;
- IFRIC 12, Acordos de concessão de serviços;
- IFRIC 13, Programas de fidelidade de clientes.

A aplicação destas novas normas e interpretações não terão um impacto material nas demonstrações financeiras do Banco.

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Banco Popular Portugal foram preparadas em conformidade com as IFRS adoptadas pela União Europeia, conforme estabelecido pelo Regulamento (CE) n.º 1606/2002, de 19 de Julho, transposto para o normativo nacional através do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS exige o uso de estimativas e pressupostos contabilísticos. Exige de igual modo que a gestão utilize o seu juízo e conhecimento profissional no processo de aplicação das políticas contabilísticas da instituição. As áreas que envolvem um grau de complexidade ou julgamento superior, ou aquelas em que as suposições e estimativas assumidas são relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas, são divulgadas na Nota 4.

2.2 Consolidação

a) Filiais

Filiais são todas as entidades (incluindo Entidades de finalidade especial “ SPE “), onde o Grupo, directa ou indirectamente, tem poder para deliberar sobre as políticas financeiras e operacionais, sendo geralmente acompanhadas por uma participação que lhe dá direito a mais de metade dos direitos de voto. As filiais são consolidadas pelo método integral desde a data de transferência de controlo para o Grupo e deixam de o ser a partir da data em que este controlo cesse.

O método da compra é usado para contabilizar as aquisições de filiais pelo Grupo. O custo de aquisição é dado pelo justo valor dos activos entregues, acções emitidas ou passivos incorridos ou assumidos até à data de aquisição, acrescido de custos directamente associados à aquisição. Os activos e passivos identificáveis adquiridos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são inicialmente mensurados ao seu justo valor à data da aquisição, sem consideração pela extensão de quaisquer interesses minoritários. O excesso do custo de aquisição sobre a participação do Grupo no justo valor do património líquido das adquiridas é reconhecido como Goodwill (ver Nota 2.10). Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor do património líquido da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente na demonstração de resultados.

O reconhecimento inicial do método de compra de uma filial pode ser determinado provisoriamente no final do exercício em que a aquisição ocorreu. O Banco terá um período de até doze meses após a data de aquisição para reconhecer qualquer tratamento a esses valores provisórios, conforme previsto na IFRS 3.

Os proveitos e custos das filiais são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco desde a data da sua aquisição, conforme o definido na IFRS 3.

Transacções intra-grupo, saldos e ganhos não realizados em transacções entre empresas do grupo, são eliminados. Perdas não realizadas são também eliminadas, a não ser que a transacção apresente evidência que o activo transferido se encontrava em imparidade.

Quando necessário, as políticas contabilísticas das filiais são alteradas de modo a assegurar a consistência com as políticas contabilísticas adoptadas pelo Grupo.

b) Associadas

Associadas são entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não de controlo e geralmente detém uma participação que lhe dá direito a deter entre 20 e 50% dos direitos de voto. O investimento em associadas é contabilizado pelo método da equivalência patrimonial e é reconhecido inicialmente ao custo

A percentagem de ganhos e perdas, pós-aquisição, equivalente às participações detidas pelo Grupo nas associadas, é reconhecida na demonstração de resultados, da mesma forma, os movimentos pós-aquisição nas reservas, são reconhecidos em reservas. Os movimentos acumulados, pós-aquisição, são ajustados por contrapartida do valor de balanço do investimento. Quando a percentagem das perdas, equivalente à participação do Grupo na associada igualar ou exceder o investimento na associada, o Grupo não reconhece mais perdas, a não ser que tenha incorrido em obrigações ou feito pagamentos em nome da associada.

2.3 Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um grupo de activos e operações utilizados para providenciar produtos ou serviços, sujeitos a riscos e a benefícios, diferentes dos verificados noutros segmentos. Um segmento geográfico está associado à oferta de produtos ou serviços num ambiente económico específico, caracterizado por ter riscos e benefícios distintos aos verificados em segmentos que operam em outros ambientes económicos.

2.4 Operações em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada entidade do Grupo são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico primário em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação do Grupo.

b) Transacções e Saldos

Transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional com base nas taxas de câmbio indicativas à data das transacções. Ganhos e perdas resultantes da conversão de transacções em moeda estrangeira, resultantes da sua liquidação e da conversão de activos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras à taxa de câmbio do final de cada exercício, são reconhecidos na demonstração de resultados, excepto quando façam parte de relações de cobertura de fluxos de caixa ou investimento líquido em moeda estrangeira, que são diferidas em capital.

As diferenças de conversão em itens não monetários, tais como instrumentos de capital mensurados ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, são registadas como ganhos e perdas de justo valor. Em itens não monetários como sejam instrumentos de capital, classificados como disponíveis para venda, as diferenças de conversão são registadas em capital, na reserva de justo valor.

2.5 Instrumentos financeiros derivados

Os Instrumentos financeiros derivados são registados ao justo valor, na data em que o Grupo negoceia os contratos e subsequentemente são remensurados ao justo valor. Os justos valores são obtidos através de preços de mercados cotados em mercado activos, incluindo transacções de mercado recentes, e modelos de avaliação, nomeadamente: modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções. Os derivados são considerados como activos quando o seu justo valor é positivo e como passivos quando o seu justo valor é negativo.

Certos derivados embutidos em outros instrumentos financeiros, como seja a indexação da rentabilidade de instrumentos de dívida ao valor das acções ou índices de acções, são bifurcados e tratados como derivados, quando o seu risco e características económicas não sejam íntima e claramente relacionadas com os do contrato hospedeiro e este não for mensurado ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Estes derivados embutidos são mensurados ao justo valor, com as variações subsequentes reconhecidas na demonstração de resultados.

O Grupo só possui derivados de negociação, os quais são mensurados ao justo valor, sendo as alterações no seu valor reconhecidas imediatamente em resultados.

2.6 Reconhecimento de juros e rendimentos similares e juros e encargos similares

Os proveitos e custos relacionados com juros são reconhecidos na demonstração de resultados para todos os instrumentos mensurados ao custo amortizado, de acordo com o princípio dos acréscimos, utilizando o método da taxa efectiva ou pela regra *pro rata temporis*, consoante sejam demonstrações financeiras consolidadas ou individuais.

O método da taxa de juro efectiva é um método de cálculo do custo amortizado de um activo ou passivo financeiro e de acrescer os proveitos ou custos com juros aos respectivos períodos relevantes. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta, de forma exacta, os recebimentos ou

pagamentos futuros estimados, ao longo da vida útil esperada do instrumento financeiro, ou quando apropriado, um período menor para o valor líquido de balanço do activo ou passivo financeiro. Quando calcula a taxa efectiva, o Grupo estima os fluxos de caixa, considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo tendo em conta cláusulas de reembolso antecipado), ignorando perdas de crédito futuras. Este cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas por ambas as partes envolvidas nos contratos, que sejam uma parte integral do método de taxa efectiva e ainda custos de transacção e outros prémios ou descontos.

Quando for identificada imparidade num activo ou num conjunto de activos financeiros, os juros recebidos desse activo, ou conjunto de activos, devem ser reconhecidos usando a taxa de juro utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros, aquando da mensuração da perda de imparidade.

2.7 Proveitos com comissões

As comissões são geralmente reconhecidas de acordo com o princípio dos acréscimos, à medida em que os serviços vão sendo prestados. As comissões das linhas de crédito concedidas, em que é provável que o crédito seja originado, são diferidas (conjuntamente com quaisquer custos directamente relacionados) e reconhecidas como um ajustamento à taxa de juro efectiva. As comissões resultantes de negociações, ou participações na negociação de uma transacção por uma terceira parte – tais como a compra de acções ou venda ou compra de um negócio – são reconhecidas quando a transacção subjacente se encontra finalizada. As comissões de gestão de carteiras e outros aconselhamentos de gestão são reconhecidas de acordo com os serviços contratados – normalmente são reconhecidas numa base proporcional de acordo com o tempo decorrido. As comissões de gestão de activos relacionados com os fundos e investimento são especializados durante o período em que o serviço é prestado.

2.8 Activos financeiros

Os activos financeiros são reconhecidos no balanço do Grupo na data de negociação ou contratação, que é a data em que o Grupo se compromete a adquirir ou a alienar o activo. No momento inicial, os activos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para os activos ao justo valor através de resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados. Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

Os activos e passivos financeiros são compensados e apresentados pelo valor líquido, quando e só quando, o Grupo tem o direito a compensar os montantes reconhecidos e tem a intenção de liquidar pelo valor líquido.

O Grupo classifica os seus activos financeiros nas seguintes categorias: activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados, créditos e contas a receber e activos financeiros disponíveis para venda. A gestão determina a classificação dos seus investimentos no reconhecimento inicial.

a) Activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados

Esta categoria está subdividida em duas categorias: Activos financeiros detidos para negociação e Activos financeiros designados na opção de justo valor. Um activo financeiro é classificado nesta categoria, se o principal objectivo associado à sua aquisição for a venda no curto prazo ou se for

designado na opção de justo valor pela gestão. Os instrumentos financeiros derivados também são classificados nesta categoria, como activos financeiros detidos para negociação, excepto quando fazem parte de uma relação de cobertura.

Apenas podem ser considerados na opção de justo valor, os Activos e Passivos financeiros que cumpram um dos seguintes requisitos:

- Permite a redução de inconsistências significativas na mensuração, no caso em que derivados associados fossem tratados como detidos para negociação e os instrumentos financeiros subjacentes estiverem ao custo amortizado, tal como empréstimos e adiantamentos de clientes ou bancos e títulos de dívida;
- Alguns investimentos, tais como investimentos de capital, que são geridos e avaliados ao justo valor de acordo com a gestão do risco ou a estratégia de investimento e são reportados à gestão nessa base; e
- Instrumentos financeiros, como títulos de dívida detidos, contendo um ou mais derivados embutidos que modificam significativamente os fluxos de caixa, são designados pelo justo valor através de resultados.

A avaliação destes activos é efectuada diariamente ou em cada data de reporte, com base no justo valor. No caso das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, o valor de balanço inclui o montante de juros corridos e não pagos.

Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor são reconhecidos em resultados, onde se incluem os montantes de rendimentos de juros e o recebimento de dividendos para os activos de negociação e para os passivos ao justo valor. Os rendimentos de juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados estão registados na margem financeira.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor dos derivados que são geridos em conjunto com os activos e passivos financeiros designados são incluídos na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

b) Créditos e contas a receber

O crédito e valores a receber abrange os créditos concedidos pelo Banco a Clientes e a Instituições de Crédito, operações de locação financeira, operações de factoring, participações em empréstimos sindicados e créditos titulados (papel comercial e obrigações emitidas por Empresas) que não sejam transaccionadas num mercado activo e para os quais não haja intenção de venda.

Os empréstimos e créditos titulados transaccionados num mercado activo são classificados como activos financeiros disponíveis para venda.

No momento inicial os créditos e valores a receber são registados ao justo valor. Em geral, o justo valor no momento inicial corresponde ao valor de transacção e inclui comissões, taxas ou outros custos e proveitos associados às operações de crédito.

Posteriormente, os empréstimos e contas a receber são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e sujeitos a testes de imparidade.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. As comissões recebidas por compromissos de crédito são reconhecidas de forma diferida e linear durante a vida do compromisso.

O Banco classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos que sejam, no máximo, trinta dias após o seu vencimento. Nos créditos em contencioso são consideradas vencidas todas as prestações de capital (vincendas e vencidas).

O Banco procede ao abate de créditos ao activo (write-offs) das operações que considera irrecuperáveis e cujas provisões (de acordo com as NCA), estabelecidas pelo Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, e imparidades estejam constituídas pelo valor total do crédito no mês anterior ao do abate.

Factoring

O crédito a clientes inclui os adiantamentos efectuados nas operações de *factoring* com recurso e o valor das facturas cedidas para cobrança sem recurso, cuja intenção não é a venda no curto prazo, sendo registado na data de aceitação das facturas cedidas pelos Aderentes.

As facturas ou outros documentos cedidos pelos Aderentes para cobrança sem recurso bem como a parte adiantada das facturas tomadas com recurso, são registadas no activo, na rubrica de Créditos sobre clientes. Como contrapartida, é movimentada a rubrica de Outros passivos.

As tomadas de facturas com recurso em que o adiantamento de fundos por conta dos respectivos contratos ainda não se verificou, são registadas nas contas extrapatrimoniais pelo valor das facturas tomadas. A conta extrapatrimonial vai sendo regularizada à medida que o adiantamento das facturas for realizado.

Os compromissos resultantes de linhas de créditos concedidas a aderentes e ainda não utilizadas são registados nas contas extrapatrimoniais.

Crédito titularizado não desreconhecido

O Banco nas contas consolidadas não desreconhece do activo os créditos vendidos na operação de titularização, dado que:

- Mantém o controlo sobre as operações;
- Continua a receber parte substancial da sua remuneração;
- Mantém parte substancial do risco sobre os créditos.

Os créditos vendidos e não desreconhecidos são sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito.

Os fundos recebidos pela operação de titularização são registados, na data de liquidação, na rubrica de “ganhos em investimentos em filiais”. Os juros e comissões associadas a este passivo são periodificadas com base na remuneração cedida pelo Banco e de acordo com o período correspondente à vida média da operação de titularização à data do seu lançamento.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em contas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em contas de resultados ao longo da vida das operações. Estas operações são sujeitas a testes de imparidade.

c) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas categorias acima referidas.

Esta rubrica inclui:

- Títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação nem carteira de crédito;
- Títulos de rendimento variável disponíveis para venda; e
- Suprimentos e prestações suplementares de capital em activos financeiros disponíveis para venda.

Os activos classificados como disponíveis para venda são avaliados ao justo valor, excepto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado ou estimado, que permanecem registados ao custo.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações ao justo valor de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos directamente nos capitais próprios na rubrica “Reservas de reavaliação de justo valor”, excepto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de activos monetários, até que o activo seja vendido, no momento em que o ganho ou perda anteriormente reconhecido no capital próprio é registado em resultados.

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto), são registados em resultados, de acordo com o método da taxa efectiva.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável (dividendos no caso de acções) são registados em resultados, na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

Em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa e prolongada do justo valor do título ou de dificuldade financeira do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados.

As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, se houver uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidades relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas. No caso de títulos para os quais tenha sido reconhecida imparidade, posteriores variações negativas de justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

As variações cambiais de activos não monetários (instrumentos de capital próprio) classificados na carteira de disponíveis para venda são registadas em reservas de justo valor. As variações cambiais dos restantes títulos são registadas em resultados.

2.9 Imparidade de activos financeiros

a) Activos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia a cada data de balanço, se existe evidência objectiva de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros. Um activo ou grupo de activos financeiros encontra-se em imparidade e as perdas de imparidade já foram incorridas, se e só se, existir evidência objectiva de imparidade em resultado de um ou mais eventos ocorridos após a mensuração inicial do activo, e esse evento (ou eventos) tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do activo ou grupo de activos financeiros e estes podem ser estimados com fiabilidade. Evidência objectiva que um activo ou grupo de activos

financeiros se encontra em imparidade, inclui dados observáveis, que o Grupo tenha conhecimento, sobre os seguintes eventos de perda:

- (i) dificuldades financeiras significativas do emitente;
- (ii) incumprimento do contrato, como por exemplo atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- (iii) facilidades concedidas ao devedor decorrentes das suas dificuldades financeiras, que não existiriam noutras circunstâncias;
- (iv) probabilidade elevada de falência ou de reorganização financeira do devedor;
- (v) desaparecimento de mercado activo para um activo financeiro devido a dificuldades financeiras; ou
- (vi) informação indicativa que ocorrerá uma diminuição mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados de um conjunto de activos financeiros desde o seu reconhecimento inicial, embora essa diminuição não seja ainda identificável individualmente nos activos do grupo, incluindo:
 - alterações adversas nas condições e/ou capacidade de pagamentos do grupo;
 - as condições económicas nacionais ou locais correlacionáveis com o incumprimento de activos de um grupo.

Inicialmente, o Grupo avalia se existe evidência objectiva de imparidade, para activos financeiros que individualmente sejam significativos, e individualmente ou em grupo para activos financeiros que não são individualmente significativos. Se o Grupo determinar que não existe evidência objectiva de imparidade para um activo financeiro analisado individualmente, seja este significativo ou não, inclui esse activo num grupo de activos financeiros com risco de crédito similar e analisa em grupo a existência de imparidade.

Se existir evidência objectiva de que o Grupo incorreu numa perda de imparidade em créditos e contas a receber, ou investimentos detidos até à maturidade, o montante das perdas é determinado através da diferença entre o valor de balanço desses activos e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de imparidade futuras que ainda não tenham sido incorridas), descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. O valor de balanço do activo é reduzido através da utilização de uma conta de provisões e o montante da perda é reconhecido na demonstração de resultados. O Grupo pode ainda determinar as perdas de imparidade, através do justo valor dos instrumentos, recorrendo a preços de mercado observáveis.

Na análise da existência de imparidade em base de portfólio, o Grupo estima a probabilidade de uma operação ou cliente em situação regular entrar em incumprimento durante o período emergente (período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação). Em geral, o período emergente utilizado pelo Grupo é de cerca de 12 meses.

Para a análise de existência de imparidade em grupos de activos, os activos financeiros são agrupados tendo por base características de risco de crédito similares (ie, tendo por base o processo de classificação do Grupo que considera o tipo de activos, localização geográfica, tipo de garantia recebida, incumprimento e outros factores considerados relevantes). Essas características são relevantes para a estimativa dos fluxos de caixa futuros de grupos de activos financeiros, uma vez que são indicativos da capacidade do devedor fazer face aos montantes a pagar, de acordo com os termos contratuais dos activos a serem avaliados.

Os fluxos de caixa futuros de um grupo de activos financeiros, avaliados em conjunto para efeitos de imparidade, são estimados tendo por base os fluxos de caixa contratuais dos activos do grupo e dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares aos

que integram o grupo. Os dados históricos são ajustados tendo por base dados correntes observáveis, afim destes reflectirem os efeitos das condições correntes que não afectaram o período em que os dados históricos foram recolhidos e para remover os efeitos de condições que existiam quando os dados históricos foram recolhidos, mas que não existem correntemente.

Se, num período subsequente, o montante das perdas de imparidade diminuir e essa diminuição possa ser atribuída a um evento que tenha ocorrido depois de ter sido registada a imparidade (como por exemplo uma melhoria no rating de crédito do devedor), o montante previamente reconhecido é revertido através do ajustamento da conta de provisões. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados.

b) Activos mensurados ao justo valor

O Grupo avalia, a cada data de balanço, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou um grupo de activos está em imparidade. No caso dos investimentos em instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, um declínio no justo valor, abaixo do seu custo de aquisição, significativo ou prolongado é tido em consideração para determinar se os mesmos se encontram em imparidade. Se existir evidência de imparidade em activos classificados como disponíveis para venda, as perdas acumuladas – determinadas através da diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, menos qualquer perda de imparidade nesse activo financeiro, que tenha sido reconhecida anteriormente em resultados – é transferida de capitais próprios para a demonstração de resultados.

Perdas de imparidade em instrumentos de capital próprio, que tenham sido reconhecidas na demonstração de resultados, não são reversíveis. Se num período posterior, o justo valor de um instrumento de dívida classificado como disponível para venda, aumentar e esse acréscimo estiver objectivamente relacionado com um evento ocorrido depois da perda de imparidade ter sido reconhecida em resultados, a perda de imparidade é revertida através do seu registo na demonstração de resultados.

2.10 Activos intangíveis

a) Goodwill

O goodwill representa o excesso do custo de uma aquisição acima do justo valor da participação adquirida pelo Grupo nos activos líquidos da subsidiária, à data de aquisição. O goodwill na aquisição de subsidiárias é registado no balanço como um activo intangível. O goodwill é mensurado ao custo menos perdas de imparidade, sendo os testes de imparidade efectuados anualmente. Os ganhos e perdas na venda de uma entidade incluem os valores de balanço do goodwill relativo à entidade vendida.

b) Software informático

As licenças de software adquiridas são capitalizadas de acordo com os custos incorridos para a sua aquisição e para a sua entrada em funcionamento. Estes custos são amortizados segundo a vida útil esperada.

Os custos associados ao desenvolvimento ou manutenção de software são reconhecidos como custos do exercício quando incorridos. Os custos directamente associados à produção de produtos de software únicos e identificáveis, controlados pelo Grupo e que provavelmente irão gerar benefícios

económicos futuros, por mais de um ano e que excedem os custos, são reconhecidos como activos intangíveis.

Os custos de desenvolvimento de software reconhecidos como activos são amortizados durante a sua vida útil, utilizando o método das quotas constantes.

2.11 Activos tangíveis

Os imóveis são compostos essencialmente por escritórios e balcões do Grupo. Todos os activos tangíveis são mensurados ao custo histórico menos amortizações. O custo histórico inclui despesas directamente atribuíveis à aquisição dos activos.

Os custos subsequentes são incluídos no valor de balanço do activo ou reconhecidos como outro activo, apenas se for provável que associado à detenção desse activo, o Grupo tenha benefícios económicos futuros e ainda que o custo do activo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os restantes custos associados a operações de manutenção e reparação são imputados à demonstração de resultados, no período em que são incorridos.

Os terrenos não são amortizados. A amortização dos restantes activos tangíveis é calculada seguindo o método das quotas constantes, durante a sua vida útil estimada, de modo a reduzir o seu custo até ao seu valor residual, como segue:

	Anos de vida útil
Edifícios de uso próprio	50
Obras em edifícios arrendados	10, ou durante o período de arrendamento se este for inferior a 10 anos
Mobiliário e material	5 a 8
Equipamento informático	3 e 4
Equipamento de transporte	4
Outro equipamento	4 a 10

Os activos tangíveis sujeitos a amortização são submetidos a testes de imparidade sempre que eventos ou alterações em certas circunstâncias indiquem que o seu valor de balanço poderá não ser recuperável. O valor de balanço de um activo é imediatamente ajustado para o seu valor recuperável, se o seu valor de balanço for superior ao valor estimado de recuperação. O montante recuperável é o maior justo valor do activo, menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Os ganhos e perdas resultantes de alienações resultam da comparação do valor de realização e o valor de balanço. Estes ganhos e perdas são registados na demonstração de resultados.

2.12 Activos não correntes para venda

Os activos (imóveis, equipamentos e outros bens) recebidos em dação em cumprimento de operações de crédito são registados na rubrica “Activos tangíveis detidos para venda” pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do imóvel, à data da dação.

A política do Grupo para este tipo de activos é de proceder à sua alienação, no prazo mais curto em que tal seja praticável.

Estes imóveis são objecto de avaliações periódicas que dão lugar a perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados (ver nota 28).

As mais-valias potenciais em activos não correntes detidos para venda não são reconhecidas no balanço.

2.13 Locações

a) Como locatário

As locações efectuadas pelo Grupo são essencialmente realizadas sobre equipamentos de transporte, sendo que existem contratos classificados como locações financeiras e outros como locações operacionais.

Os pagamentos efectuados nas locações operacionais são registados na demonstração de resultados.

Quando uma locação operacional é cessada antes que o período de locação tenha expirado, qualquer pagamento requerido pelo locador, a título de indemnização, é reconhecido como um custo no período em que a operação seja cessada.

Os contratos de locação financeira são registados nas datas do seu início, na respectiva rubrica de activos tangíveis ou intangíveis, por contrapartida da rubrica de Outros passivos, pelo mínimo entre (i) o justo valor do activo e (ii) valor actual dos pagamentos mínimos da locação financeira. Os custos incrementais pagos na locação são adicionados ao activo reconhecido. Os activos tangíveis são amortizados de acordo com o definido na Nota 2.11. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em custos e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzido à rubrica Outros passivos. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. No entanto, se não houver certeza razoável de que o Grupo obterá a posse no fim do prazo da locação, o activo deve ser totalmente depreciado durante o prazo da locação ou da sua vida útil, o que for mais curto.

b) Como locador

Os activos detidos sob locação financeira são registados como créditos concedidos, pelo valor actual dos pagamentos a efectuar na locação. A diferença entre o valor bruto a receber e o valor actual do saldo a receber é reconhecido como um proveito financeiro a receber.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados em proveitos, enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor global do crédito inicialmente concedido. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.14 Provisões

Provisões para outros riscos e encargos

As provisões para custos de reestruturação e processos legais, são reconhecidas sempre que: o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva resultante de acontecimentos passados; sempre que for mais provável existir uma saída de recursos (do que não existir essa saída de recursos), para liquidar uma obrigação; e o montante possa ser estimado com fiabilidade.

Provisões para riscos específicos e gerais de crédito

Nas demonstrações financeiras individuais, a carteira de crédito e garantias está sujeita à constituição de provisões nos termos do Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, nomeadamente para:

- crédito vencido e crédito de cobrança duvidosa;
- riscos gerais de crédito; e
- risco-país.

Estas provisões incluem:

(i) uma provisão específica para crédito e juros vencidos apresentada no activo como dedução à rubrica Créditos a clientes, calculada mediante a aplicação de taxas que variam entre 0,5% e 100% sobre os saldos de crédito e juros vencidos, em função da classe de risco e da existência ou não de garantias (ver nota 23);

(ii) uma provisão específica para créditos de cobrança duvidosa, apresentada no activo a deduzir à rubrica Créditos a clientes, que corresponde à aplicação das taxas previstas para as classes de incumprimento, às prestações reclassificadas como vencidas de uma mesma operação de crédito, assim como a aplicação, aos créditos vincendos de um mesmo cliente em que se verifique que as prestações em mora de capital e juros excedem 25% do capital em dívida acrescido dos juros vencidos, de metade das taxas de provisionamento aplicáveis aos créditos vencidos (ver nota 23);

(iii) uma provisão genérica para riscos gerais de crédito, evidenciada no passivo, na rubrica provisões para riscos e encargos, correspondente a um mínimo de 1% do total do crédito não vencido pelo Banco, incluindo o representado por garantias e avales prestados, excepto para o crédito ao consumo em que a taxa de provisão ascende a um mínimo de 1,5% do referido crédito e para o crédito garantido por hipoteca sobre imóvel destinado à habitação do mutuário, em que se aplica a taxa mínima de 0,5% (ver nota 32); e

(iv) uma provisão para risco-país, constituída para fazer face ao risco imputado aos activos financeiro e elementos extra patrimoniais sobre residentes de países considerados de risco, conforme Instrução do Banco de Portugal nº 94/96 (ver nota 23 e 32).

2.15 Benefícios a empregados

a) Responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência

Face às responsabilidades assumidas no âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Grupo constituiu um Fundo de Pensões destinado a cobrir as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência, relativamente à totalidade do pessoal, calculadas em função dos salários projectados do pessoal no activo. O fundo de pensões é suportado através de contribuições efectuadas, com base nos montantes determinados por cálculos actuariais periódicos. Um plano de pensões de benefícios definidos é um plano de pensões que define o montante de benefícios com pensões que um empregado irá receber quando se reformar, estando normalmente dependente de um ou mais factores nomeadamente, idade, anos de serviço e compensações.

O Banco determina anualmente o valor das responsabilidades com serviços passados através de cálculos actuariais pelo método "Projected Unit Credit" para as responsabilidades com serviços passados por velhice e método de "Prémios Únicos Sucessivos" para o cálculo dos benefícios de invalidez e sobrevivência. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas à data de balanço para o crescimento dos salários e das pensões e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população do Banco. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, de prazo semelhante ao da

liquidação das responsabilidades. Os pressupostos são mutuamente compatíveis. O valor das responsabilidades inclui, para além dos benefícios com pensões de reforma, os benefícios com cuidados médicos pós-emprego (SAMS) e com subsídio de morte na reforma.

O Banco reconhece o valor acumulado líquido (após 1 de Janeiro de 2004) dos ganhos e perdas actuariais resultantes de alterações nos pressupostos actuariais e financeiros e de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados, na rubrica “Outros activos ou Outros passivos – Desvios actuariais”.

São enquadráveis no corredor, os ganhos ou perdas actuariais acumuladas que não excedam 10% do valor das responsabilidades com serviços passados ou 10% do valor do fundo de pensões, dos dois o maior. Os valores que excedam o corredor são amortizados em resultados pelo período de tempo médio até à idade esperada de reforma dos trabalhadores abrangidos pelo plano.

Os acréscimos de responsabilidades por serviços passados decorrente da passagem de trabalhadores à situação de reforma antecipada são integralmente reconhecidos como custo nos resultados do exercício em que se verificam.

Os acréscimos de responsabilidades por serviços passados decorrentes de alterações das condições dos Planos de Pensões são integralmente reconhecidos como custo no caso de benefícios adquiridos, ou amortizados durante o período que decorre até os benefícios se tornarem adquiridos. O saldo dos acréscimos de responsabilidades ainda não relevados como custo está registado na rubrica de “Outros activos”.

A cobertura das responsabilidades com serviços passados (benefícios pós-emprego) é assegurada por um fundo de pensões. O valor dos fundos de pensões corresponde ao justo valor dos seus activos à data do balanço.

O regime de financiamento pelo fundo de pensões está definido no Aviso n.º 4/2005, do Banco de Portugal, que determina:

- a obrigatoriedade de financiamento integral das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo;
- o estabelecimento de um período transitório para o financiamento do acréscimo de responsabilidades resultante da aplicação da IAS 19 em 31 de Dezembro de 2004. Este acréscimo de responsabilidades pode ser financiado através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes, até 31 de Dezembro de 2009, com excepção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e a alterações de pressupostos actuariais relativos à tabela de mortalidade, para as quais o plano de financiamento poderá ir até 31 de Dezembro de 2011.

Nas demonstrações financeiras do Grupo, o valor das responsabilidades com serviços passados por pensões de reforma, líquido do valor do fundo de pensões, está registado na rubrica “Outros passivos”.

Os resultados consolidados do Grupo incluem os seguintes custos relativos a pensões de reforma e sobrevivência:

- custo do serviço corrente;
- custo dos juros da totalidade das responsabilidades;
- rendimento esperado dos fundos de pensões;
- custos com acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas;
- amortização de desvios actuariais ou de alterações de pressupostos fora do corredor;

- custos (ou amortização) resultantes da alteração das condições do Plano de Pensões.

Na data da transição, o Grupo adoptou a possibilidade permitida pela IFRS 1 de não recalculer os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos (opção designada por *reset*). Deste modo, os ganhos e perdas actuariais diferidos registados nas contas do Grupo em 31 de Dezembro de 2003, foram integralmente anulados por contrapartida de resultados transitados na data da transição – 1 de Janeiro de 2004.

b) Prémios de antiguidade

O Banco ao aderir ao Acordo Colectivo de Trabalho para o Sector Bancário Português assume o compromisso de atribuir aos trabalhadores no activo que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respectivamente, a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva no ano da atribuição.

O Banco determina anualmente o valor actual dos benefícios com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais pelo método “Projected Unit Credit”. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas à data de balanço para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população do Banco. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades. Os pressupostos são mutuamente compatíveis.

As responsabilidades por prémios de antiguidade são registadas na rubrica “Outros passivos”.

Os resultados do Banco incluem os seguintes custos relativos a responsabilidades por prémios de antiguidade:

- custo do serviço corrente (custo do ano);
- custo dos juros;
- ganhos e perdas resultantes de desvios actuariais, de alterações de pressupostos ou da alteração das condições dos benefícios.

2.16 Impostos diferidos

Os impostos diferidos são registados utilizando o método da dívida de balanço, baseado nas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos para preparação de demonstrações financeiras e os montantes apurados para tributação. Os impostos diferidos são calculados utilizando a taxa efectiva de imposto sobre os lucros apurada à data de balanço e que é expectável que venha a ser aplicada quando os referidos impostos diferidos activos sejam realizados ou os impostos diferidos passivos sejam liquidados.

São reconhecidos impostos diferidos activos, se for provável que no futuro existam impostos sobre lucros suficientes para que possam ser utilizados.

Os impostos sobre os lucros, baseados na aplicação das taxas legais em cada jurisdição são reconhecidos como custo no período em que os lucros sejam originados. Os efeitos fiscais dos prejuízos fiscais reportáveis são reconhecidos como um activo quando é provável que os futuros lucros tributáveis sejam suficientes para que os prejuízos fiscais reportáveis sejam utilizados.

Os impostos diferidos relacionados com a reavaliação do justo valor de um investimento disponível para venda, que é debitado ou creditado directamente em capital próprio, também são creditados ou debitados directamente em capital próprio e subsequentemente são reconhecidos na demonstração de resultados juntamente com os ganhos ou perdas diferidos.

2.17 Passivos financeiros

O grupo classifica os seus passivos financeiros nas seguintes categorias: passivos financeiros detidos para negociação, outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados, recursos de outras instituições de crédito, recurso de clientes e responsabilidades representadas por títulos. A gestão determina a classificação dos seus investimentos no reconhecimento inicial.

a) Passivos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados

Esta rubrica inclui essencialmente depósitos com rendimento indexado a cabazes de acções ou índices. A avaliação destes passivos é efectuada com base no justo valor. O valor de balanço inclui o montante dos juros corridos e não pagos.

b) Recursos de outras instituições de crédito e de clientes

Após o reconhecimento inicial, os depósitos e recursos financeiros de clientes e de instituições de crédito são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

c) Responsabilidades representadas por títulos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor, sendo este o seu montante de emissão líquido de custos de transacção incorridos. Os empréstimos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado e qualquer diferença entre o montante líquido recebido na transacção e o valor de reembolso é reconhecido na demonstração de resultados durante o período do empréstimo utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Se o Grupo adquirir a sua própria dívida, esse montante é retirado ao valor do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o montante dispendido na aquisição é registado em resultados

2.18 Contratos de Seguro

Sempre que um contrato efectuado inclua um risco de seguro significativo, aceitando compensar o beneficiário no caso de um acontecimento futuro incerto específico afectar adversamente o segurado, é classificado como contrato de seguro. Todos os contratos emitidos foram registados como contratos de seguro.

Os activos financeiros detidos para cobertura de responsabilidades decorrentes de contratos de seguro são classificados e contabilizados da mesma forma que os restantes activos financeiros do grupo.

Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento, de acordo com o princípio da especialização do exercício.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados mas ainda não liquidados no final do exercício. Esta provisão é determinada como segue:

- i) a partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade restante nessa data; e
- ii) pela provisão de cerca de 1% do valor dos custos com sinistros do exercício, exceptuando vencimentos e resgates, de forma a fazer face a responsabilidades com sinistros declarados após o fecho do exercício.

Provisão para riscos e encargos

A provisão para riscos e encargos corresponde ao montante estimado para cobrir responsabilidades associadas a riscos de natureza específica e provável a suportar após o termo do exercício.

Provisão Matemática do ramo Vida e Provisão para participação nos resultados

A provisão matemática para o ramo vida tem como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras relativamente às apólices emitidas e é calculada mediante tabelas e fórmulas actuariais enquadradas no normativo do Instituto de Seguros de Portugal. As provisões técnicas relativas a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro registam o valor actual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente às apólices emitidas da correspondente natureza, o qual corresponde ao montante relevado na rubrica do activo, investimentos relativos a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro.

A provisão para participação nos resultados tem como objectivo registar a especialização da Participação nos Resultados adquirida mas não distribuída.

Ajustamento para recibos por cobrar

O ajustamento para recibos por cobrar tem por objectivo ajustar o montante dos prémios em cobrança para o seu valor estimado de realização.

O cálculo deste ajustamento é efectuado com base na probabilidade de cobrança de recibos de prémios por cobrar dos produtos de risco no final do exercício, enquadrado nos critérios estabelecidos pelo normativo do Instituto de Seguros Portugal.

3. Gestão do risco financeiro

3.1 Estratégia usada em instrumentos financeiros

Face à actividade que desenvolve, o Banco capta recursos essencialmente através de depósitos de clientes e de operações de mercado monetário indexadas à taxa Euribor.

Para além da actividade de concessão de crédito, o Banco aplica ainda os recursos captados em investimentos financeiros, em particular, num conjunto de instrumentos que compõem a actual carteira de títulos do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2007, a carteira de títulos do Banco era composta essencialmente por obrigações de taxa variável e taxa fixa e por cédulas hipotecárias. Para fazer face ao risco de taxa de juro, o Banco efectuou operações de *swap* de taxa de juro e operações de mercado monetário, procurando assim controlar a variabilidade dos fluxos gerados por estes activos.

a) Cobertura do justo valor

Como referido anteriormente, o Banco cobre parte do seu risco de taxa de juro, resultante de qualquer potencial decréscimo no justo valor de activos de taxa de juro fixa, usando *swaps* de taxa de juro. O justo valor destes *swaps* a 31 de Dezembro de 2007 era de 249 milhares de euros.

b) Cobertura de cash flow

O Banco possui algum risco de *cash-flow* no que se refere a posições em aberto em moeda estrangeira. No entanto, face à escassa materialidade da posição global normalmente existente (€ 192 214 em 31 de Dezembro de 2007), não são efectuadas quaisquer operações de cobertura da mesma.

3.2 Justo valor de activos e passivos financeiros

A Administração do Banco considera que à data de 31/12/2007, o justo valor dos activos e passivos financeiros ao custo amortizado não difere significativamente do correspondente valor de balanço.

Na determinação do justo valor de um activo ou passivo financeiro, se existir um mercado activo, o preço de mercado é aplicado. No caso de não existir um mercado activo, o que é o caso para alguns dos activos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 o justo valor dos activos e passivos financeiros do Banco, que se encontram reconhecidos ao custo amortizado, era o seguinte:

	Individual			
	Valor de Balanço		Justo Valor	
	2007	2006	2007	2006
Activos				
Disponib. em outras inst. De crédito	108 727	130 487	108 727	130 487
Aplicações em instituições de crédito	528 653	721 134	528 653	721 134
Crédito a clientes	5 919 819	5 510 125	6 178 370	5 569 352
	6 557 199	6 361 746	6 815 750	6 420 973
Passivos				
Recursos de outras instit. de crédito	3 313 474	3 082 600	3 313 474	3 082 600
Recursos de clientes	3 024 185	3 087 760	3 005 523	3 070 116
Passivos subordinados	170 285	130 950	165 681	131 096
	6 507 944	6 301 310	6 484 678	6 283 812

Para alguns tipos de derivados mais complexos são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são directamente observáveis em mercado, para os quais o Grupo utiliza estimativas e pressupostos internos. A rubrica de resultados financeiros líquidos – valorização ao justo valor de instrumentos financeiros não qualificados como de cobertura, inclui um valor de 2 121 milhares de euros (2006: 1 472 milhares de euros), de derivados para os quais o justo valor é determinado tendo em conta alguns dados ou pressupostos não observáveis no mercado.

Assim, a variação de justo valor reconhecida em resultados no período analisa-se como segue:

	Individual			
	2007		2006	
	Justo Valor	Variação	Justo Valor	Variação
Activos financeiros ao justo valor através de resultados				
Derivados de negociação				
Swaps de taxa de juro	1 255	1 470	358	403
Opções	472	- 1 548	173	110
Activos financeiros disponíveis para venda				
Instrumentos de dívida emitidos por residentes	9 726	-	11 795	-
Instrumentos de capital emitidos por residentes	2 572	-	3 374	-
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados				
Derivados de negociação				
Swaps de taxa de juro	1 006	- 948	681	1 735
Depósitos estruturados	112 001	3 030	42 087	- 445
Títulos de dívida emitidos	26 777	117	13 393	- 331
		2 121		1 472

3.3 Risco de crédito

O Grupo assume exposições de risco de crédito, que é o risco de uma contraparte não ser capaz de pagar a totalidade dos montantes quando devidos. O Grupo estrutura os níveis de risco de crédito que assume através de limites estabelecidos de montantes de risco aceitável em relação ao mutuário ou grupo de mutuários e a segmentos geográficos e industriais.

A exposição ao risco de crédito é gerida através de uma análise regular da capacidade de mutuários e potenciais mutuários de satisfazer obrigações de pagamento de capital e juros, e por alterar estes limites de empréstimos quando apropriado. Exposições a risco de crédito são também geridas em parte pela obtenção de colaterais e garantias pessoais ou empresariais.

- Colaterais

O grupo utiliza uma diversidade de políticas e práticas de forma a mitigar o risco de crédito. A mais tradicional é a obtenção de garantias colaterais aquando do adiantamento de fundos. O Grupo implementa orientações em relação à aceitabilidade de classes específicas de colateral ou de mitigação do risco de crédito. Os principais tipos de colateral para créditos e valores a receber são:

- Hipotecas sobre imóveis;
- Penhores de aplicações efectuadas no Banco;
- Penhor de activos como instalações, inventários e contas a receber;
- Penhor sobre instrumentos financeiros, como títulos de dívida e acções.

Financiamentos de longo prazo a entidades empresariais e individuais, são geralmente garantidos; créditos individuais de baixo valor e recorrentes geralmente não têm garantia. Adicionalmente, com o intuito de minimizar a perda, no momento em que existem indicadores de imparidade para os créditos e valores a receber, o Grupo procura colaterais adicionais das contrapartes relevantes.

O colateral detido para activos financeiros, que não empréstimos e adiantamentos, é determinado pela natureza do instrumento. Instrumentos de dívida, tesouro e outros títulos geralmente não se encontram colaterizados.

- Compromissos de concessão de crédito

O objectivo principal destes instrumentos é assegurar que os fundos são disponibilizados a um cliente à medida que este os requirite. Compromissos de extensão de crédito representam partes não utilizadas de autorizações para estender o crédito na forma de empréstimos, garantias ou letras de crédito. Relativamente ao risco de crédito em compromissos de extensão de crédito, o Grupo está potencialmente exposto a uma perda no montante igual ao total dos seus compromissos não utilizados. Contudo, o montante provável de perda é muito menor que a soma dos compromissos não utilizados em virtude dos compromissos de extensão de crédito serem revogáveis e estarem dependentes dos clientes manterem uma qualidade de crédito específica. O Grupo monitoriza o prazo de vencimento de compromissos de crédito pois os compromissos de longo-prazo têm geralmente um maior grau de risco de crédito do que compromissos a curto-prazo.

- Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a exposição máxima ao risco de crédito analisa-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Balanco				
Disponib. em outras instit. de crédito	108 727	130 487	117 707	140 347
Activos financeiros detidos para negociação	7 498	10 980	60 124	38 128
Outros activos fin. justo valor através resultados	30 851	32 364	463 013	348 003
Activos financeiros disponíveis para venda	152 800	15 169	280 542	142 256
Aplicações em instituições de crédito	528 653	721 134	411 577	724 957
Crédito a clientes	5 940 636	5 527 717	6 192 309	5 781 823
Outros activos	31 585	21 448	28 144	21 448
	6 800 750	6 459 299	7 553 416	7 196 962
Fora de Balanco				
Garantias financeiras	324 313	292 539	324 309	292 539
Outras garantias	42 437	39 675	42 437	39 675
Compromissos de concessão de crédito	1 758 802	1 732 538	1 957 333	1 471 019
Créditos documentários	32 044	19 541	32 044	19 541
Outros	5	5	5	5
	2 157 601	2 084 298	2 356 128	1 822 779
Total	8 958 351	8 543 597	9 909 544	9 019 741

O quadro acima representa o pior cenário a nível de exposição do Grupo a risco de crédito a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para activos no balanço, a exposição acima é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do Balanço.

Tal como se pode ver no quadro, 85,9% do total da exposição máxima, em base individual, resulta de crédito a clientes (2006: 85%).

A gestão está confiante na sua capacidade de continuar a controlar e manter uma exposição mínima ao risco de crédito do Grupo, que resulta maioritariamente da sua carteira de a clientes, baseando-se no seguinte:

- 63,4% do montante de crédito a clientes têm garantias reais (2006: 68,4%);
- 98,3% do portfólio de crédito a clientes não se encontra vencido (2006: 98,5%).

- Concentração por sector de actividade de activos financeiros com risco de crédito

O quadro abaixo apresenta a exposição do Grupo de acordo com os valores de balanço dos activos, discriminados por sector de actividade:

Individual - 2007	Instituições	Sector	Construção	Outras	Particulares	
	Financeiras	Público	e Act. Imob.	Indústrias	Serviços	Habitação O. Créditos
Disponib. em outras instit. de crédito	108 727					
Activos financeiros detidos p/ negociação	7 498					
Out. act. fin. justo valor através resultados	24 155	6 696				
Activos financeiros disponíveis para venda	152 800					
Aplicações em instituições de crédito	528 653					
Crédito a clientes	45 549	403	2 801 612	806 404	1 120 750	767 909 431 251
Outros activos	1 605	24 235				5 745
	868 987	31 334	2 801 612	806 404	1 120 750	767 909 436 996

Individual - 2006	Instituições	Sector	Construção	Outras	Particulares	
	Financeiras	Público	e Act. Imob.	Indústrias	Serviços	Habitação O. Créditos
Disponib. em outras instit. de crédito	130 487					
Activos financeiros detidos para negociaç	10 980					
Out. act. fin. justo valor através resultad	25 038	7 326				
Activos financeiros disponíveis para venc	14 338				831	
Aplicações em instituições de crédito	721 134					
Crédito a clientes	7 678	553	2 633 880	749 814	1 038 471	714 904 407 339
Outros activos	213	19 559			3	5
	909 868	27 438	2 633 880	749 814	1 039 305	714 904 407 344

Consolidado - 2007	Instituições	Sector	Construção	Outras	Particulares		Actividade
	Financeiras	Público	e Act. Imob.	Indústrias	Serviços	Habitação O. Créditos	Seguradora
Disponib. em outras instit. de crédito	117 707						
Activos financeiros detidos p/ negociação	7 680						52 443
Out. act. fin. justo valor através resultados	24 155	6 696					432 162
Activos financeiros disponíveis para venda	152 800						127 742
Aplicações em instituições de crédito	411 577						
Crédito a clientes	45 549	36 978	2 842 908	862 769	1 130 040	888 769 431 655	
Outros activos	1 605	24 235				5 745	
	761 073	67 909	2 842 908	862 769	1 130 040	888 769 437 400	612 347

Consolidado - 2006	Instituições	Sector	Construção	Outras	Particulares		Actividade
	Financeiras	Público	e Act. Imob.	Indústrias	Serviços	Habitação O. Créditos	Seguradora
Disponib. em outras instit. de crédito	140 347						
Activos financeiros detidos p/ negociação	11 348						26 781
Out. act. fin. justo valor através resultados	25 038	7 326					315 639
Activos financeiros disponíveis para venda	14 338				831		127 087
Aplicações em instituições de crédito	724 957						
Crédito a clientes	7 678	65 998	2 670 901	807 550	1 001 213	859 688 407 638	
Outros activos	213	19 559			3	5	
	923 919	92 883	2 670 901	807 550	1 002 047	859 688 407 643	469 507

3.4 Segmentação geográfica de activos, passivos e extra patrimoniais

O Grupo opera na sua quase totalidade no mercado nacional, não sendo relevante a apresentação por segmento geográfico, visto que não existe uma componente identificável dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos ou benefícios diferenciáveis de outros.

3.5 Risco de mercado

No seguimento da estratégia do Grupo Banco Popular, de concentrar o risco de mercado na casa-mãe, a carteira de títulos do Banco Popular Portugal, no montante de 385 Milhões de euros, é composta: (i) em 43% por obrigações titularizadas com rating AAA, cuja emissão é integralmente detida pelo Grupo Banco Popular, para efeitos de operações de tesouraria, (ii) em 36% por papel comercial, que não se encontra cotado em bolsa, e cerca de 15% em participações financeiras de empresas, também, não cotadas em bolsa.

Assim, cerca de 48% da carteira encontra-se investida em valores mobiliários mais expostos a variação de preços, sendo que 44,5% se referem a obrigações de longo prazo, essencialmente para servir de apoio a operações de tesouraria, dos quais 18% têm cobertura de mercado através de swaps de taxa de juro.

- *Análise de sensibilidade*

O Banco não tem acções em carteira, tendo apenas um montante reduzido de unidades de participação de fundos de investimento mais expostos aos mercados bolsistas, que no final de 2007 ascendiam a cerca de 3,2 milhões de euros.

Do referido valor, 1 milhão de euros encontra-se investido num fundo que apenas investe em acções até ao montante máximo de 25% do seu património, 300 mil euros num fundo que apenas investe em acções até 50% e 500 mil euros num fundo que investe até 75% do seu património em acções. Adicionalmente, os referidos fundos investem em diferentes áreas geográficas e em diferentes sectores, o que permite a diversificação do risco.

Assim, num cenário de variação dos mercados accionistas em 10%, o impacto nos resultados antes de impostos do Banco será em torno de 0,3%.

3.6 Risco de taxa de câmbio

O contravalor, em milhares de euros, dos elementos à vista do activo e do passivo expressos em moeda estrangeira decompõe-se como segue:

31 de Dezembro de 2007	Individual				Consolidado			
	USD	GBP	CHF	Outros	USD	GBP	CHF	Outros
Activos								
Caixa	350	421	163	112	350	421	163	112
Disponib. em O.I.C.'s	2 555	2 070	174	692	2 555	2 070	174	692
Outros activos financ. Ao justo valor	-	-	-	-	3 090	3 699	-	2
Aplicações em instit. de crédito	38 750	1 038	-	436	38 750	1 038	-	436
Crédito a clientes	6 191	-	297	1 280	6 191	-	297	1 280
Outros activos	346	19	1	-	346	19	1	-
	<u>48 192</u>	<u>3 548</u>	<u>635</u>	<u>2 520</u>	<u>51 282</u>	<u>7 247</u>	<u>635</u>	<u>2 522</u>
Passivos								
Recursos de O.I.C.'s	62 191	-	393	1 294	62 191	-	393	1 294
Recursos de clientes	23 844	3 132	38	1 245	23 844	3 132	38	1 245
Outros passivos	155	22	-	485	155	22	-	485
	<u>86 190</u>	<u>3 154</u>	<u>431</u>	<u>3 024</u>	<u>86 190</u>	<u>3 154</u>	<u>431</u>	<u>3 024</u>
Posições de balanço líquidas	<u>- 37 998</u>	<u>394</u>	<u>204</u>	<u>- 504</u>	<u>- 34 908</u>	<u>4 093</u>	<u>204</u>	<u>- 502</u>
Operações cambiais a prazo	37 832	-	-	-	37 428	-	-	-
Posições líquidas	<u>- 166</u>	<u>394</u>	<u>204</u>	<u>- 504</u>	<u>2 520</u>	<u>4 093</u>	<u>204</u>	<u>- 502</u>

31 de Dezembro de 2006								
Total de activos	47 866	3 037	1 183	744	51 134	3 185	1 183	847
Total de passivos	84 504	3 040	1 023	1 361	84 506	3 143	1 023	1 402
Posições de balanço líquidas	<u>- 36 638</u>	<u>- 3</u>	<u>160</u>	<u>- 617</u>	<u>- 33 372</u>	<u>42</u>	<u>160</u>	<u>- 555</u>
Operações cambiais a prazo	36 580	-	-	22	36 580	-	-	22
Posições líquidas	<u>- 58</u>	<u>- 3</u>	<u>160</u>	<u>- 595</u>	<u>3 208</u>	<u>42</u>	<u>160</u>	<u>- 533</u>

- Análise de sensibilidade

A actividade do Banco Popular Portugal em moeda estrangeira consiste em efectuar transacções tendo por base operações com clientes. Neste quadro, a posição cambial global do Banco é tendencialmente nula.

Assim, como se pode constatar, qualquer que seja o impacto em termos cambiais nos preços das moedas, o impacto em termos de resultados para o Banco é financeiramente imaterial.

3.7 Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro associado aos fluxos de caixa, é o risco de alterações nos fluxos de caixa futuros dos instrumentos financeiros devido a variações no justo valor de um instrumento financeiro decorrentes de variações nas taxas de juro do mercado. O grupo encontra-se exposto ao risco de flutuações das taxas de juro de mercado para os riscos de fluxos de caixa e justo valor.

O risco de taxa de juro do balanço consolidado é medido por um modelo de *repricing gap* sobre os activos e passivos susceptíveis a variações de taxa de juro. De um modo sucinto, este modelo agrupa os activos e passivos sensíveis a variações em intervalos de tempo fixos (datas de vencimento ou de primeira revisão de taxa de juro, quando a mesma está indexada), a partir dos quais se calcula um impacto potencial sobre a margem de intermediação. A Administração determina limites para os níveis de repricing da taxa de juro que podem ser assumidos pelo Grupo, que são monitorizados diariamente pelo departamento financeiro.

No Quadro seguinte apresenta-se o balanço consolidado da Actividade Bancária do Grupo, em 31 de Dezembro de 2007, agrupado por prazos e respectivos *gaps*, da Actividade Bancária do Grupo:

Gap de vencimentos e reavaliações da Actividade bancária do Grupo em 31 de Dezembro de 2007

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	de 1 a 5 anos	Insensível	Total
Mercado Monetário						
Caixa e saldos em bancos centrais	53 092				43 988	97 080
Disponib. e aplicações em I.C.'s	495 728	23 330				519 058
Crédito	1 789 307	1 923 883	2 240 525	203 257	14 485	6 171 457
Mercado de Capitais						
Títulos disponíveis para venda	10 047	25 000	145 851		10 433	191 331
Participações financeiras					20 092	20 092
Outros activos					356 111	356 111
Total do Activo	2 348 174	1 972 213	2 386 376	203 257	445 109	7 355 129
Mercado Monetário						
Recursos de I.C.'s	596 000	1 937 311	746 000	46 000		3 325 311
Recursos de Clientes	1 505 260	581 732	511 654	91 320	472 669	3 162 635
Mercado de Capitais						
Obrig. de Caixa e Passivos Subord.		286 950				286 950
Outros passivos e Situação Líquida					580 233	580 233
Total do Passivo	2 101 260	2 805 993	1 257 654	137 320	1 052 902	7 355 129
Gap	246 914	- 833 780	1 128 722	65 937	- 607 793	
Gap Acumulado	246 914	- 586 866	541 856	607 793		
Gap de vencimentos e reavaliações em 31 de Dezembro de 2006						
Gap	-56 390	-449 937	985 774	-325 004	-154 443	
Gap Acumulado	- 56 390	- 506 327	479 447	154 443		

- Análise de sensibilidade

No Banco, o risco de taxa de juro do balanço é medido por um modelo que considera os activos e passivos susceptíveis de variações de taxa de juro. De um modo sucinto, este modelo agrupa aqueles activos e passivos em intervalos de tempo fixos (datas de vencimento ou de primeira revisão de taxa de juro, quando indexada), a partir dos quais calcula um impacto potencial sobre a margem financeira.

No quadro abaixo, este modelo considera um cenário em que existe um impacto imediato nas taxas de juro, pelo que, na data de revisão das taxas de juro, quer das operações activas quer das operações passivas, as novas taxas passam a incorporar este efeito.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	Mais de 12 meses	Insensível	Total
Caixa e Dep. à ordem no BdP	53 092				43 988	97 080
Aplicações em instit. de crédito	495 728	23 330			0	519 058
Activos financeiros	10 047	25 000	145 851		10 433	191 331
Crédito	1 789 307	1 923 883	2 240 525	203 257	13 390	6 170 362
Outros activos	0				377 298	377 298
Total do Activo	2 348 174	1 972 213	2 386 376	203 257	445 109	7 355 129
Passivos financeiros	80 885	10 675	39 832	10 812		142 204
Recursos de inst. de crédito	596 000	1 937 311	746 000	46 000		3 325 311
Depósitos de clientes	1 424 375	571 057	471 822	80 508	472 669	3 020 431
Emissão de títulos	0	286 950		0		286 950
Outros passivos e cap. Próprios	0			0	580 233	580 233
Total do Passivo + Cap. Próprios	2 101 260	2 805 993	1 257 654	137 320	1 052 902	7 355 129
Gap	246 914	- 833 780	1 128 722	65 937	- 607 793	
Gap acumulado	246 914	- 586 866	541 856	607 793		
Impacto com Aumento de 1%	206	- 949	2 696			
Impacto Acumulado	412	- 743	1 953			
Efeito Acumulado	1.953					
Margem Financeira	155 187					
Gap Acumulado	1,26%					

3.8 Risco de liquidez

Este conceito pressupõe a possibilidade de uma instituição de crédito dispor de fundos líquidos para fazer face, a cada momento, às suas obrigações de pagamento. O Grupo está exposto a pedidos diários de recursos monetários disponíveis de contas correntes, empréstimos e garantias, necessidades de contas margem e outras relacionadas com derivados liquidados em dinheiro. O Grupo não detém recursos monetários para satisfazer todas estas necessidades, pois a sua experiência revela que a proporção de fundos que irão ser reinvestidos na maturidade pode ser previsto com um elevado nível de certeza. A Gestão define limites para a proporção mínima de fundos disponíveis para satisfazer os pedidos e para o nível mínimo de facilidades interbancárias e outros empréstimos que devem estar disponíveis para cobrir os levantamentos e níveis inesperados de procura.

O processo de gestão de liquidez, como efectuado no Banco, inclui:

- As necessidades de funding diárias que são geridas pela monitorização dos fluxos de caixa futuros de modo a garantir que os requisitos são cumpridos. Isto inclui reposição de fundos à medida que maturam ou são emprestados a clientes;
- Manutenção de uma carteira de activos com elevada liquidez que possam ser facilmente liquidados como protecção contra qualquer interrupção imprevista de fluxos de caixa;
- Monitorização de rácios de liquidez tendo em conta os requisitos externos e internos;
- Gestão da concentração e perfil das maturidades da dívida, recorrendo ao Gap de liquidez.

A monitorização e relato assumem a forma de mensuração de fluxos de caixa e projecções para o dia, semana e mês seguinte, uma vez que estes são períodos importantes na gestão de liquidez. O ponto de partida para estas projecções é uma análise da maturidade contratual dos passivos financeiros e da data expectável dos fluxos de caixa dos activos. A tesouraria também monitoriza o grau de compromissos de concessão de crédito não utilizados, o uso de facilidades de descoberto e o impacto de passivos contingentes como cartas de crédito e garantias.

No que diz respeito à análise ao risco de liquidez, para além das obrigações a que está sujeito para com o Banco de Portugal, nos termos da instrução nº 19/2005, o Banco ainda recorre ao conceito de *Gap* de liquidez, ou seja, a partir do balanço do Banco, em 31.12.2007, tendo por base os vencimentos das operações activas e passivas, obtém-se um diferencial entre os vencimentos referidos (positivo ou negativo) segundo os prazos residuais de vencimento das operações que se denominam *GAP's* de Liquidez.

Os Quadros seguintes apresentam o balanço individual e consolidado, no final do mês de Dezembro de 2007, com as principais classes agrupadas por prazos de vencimento:

Gap de liquidez do Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2007					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa e saldos em bancos centrais	97 081	-	-	-	-
Disponibilidades em outras I.C.'s	108 727	-	-	-	-
Activos financeiros detidos p/ negociação	13 274	23 460	13 343	609	180
Outros activos fin.ao justo valor	-	1 020	306	5 301	8 677
Activos financeiros disponíveis para venda	274	-	970	39 701	362 253
Aplicações em I.C.'s	381 708	24 559	721	1 073	1 000
Crédito a clientes	1 820 726	454 777	1 033 054	2 012 513	1 814 873
Outros activos	2 342	1 625	4 073	-	-
Total do Activo	2 424 132	505 441	1 052 467	2 059 197	2 186 983
Passivos financeiros detidos p/ negociação	7 884	25 288	13 474	646	-
Outros passivos fin.ao justo valor	-	-	72 981	69 156	-
Recursos de outras I.C.'s	160 824	396 223	1 253 402	1 701 050	38 509
Recursos de clientes	1 160 131	1 128 307	630 497	48 186	25 282
Responsabilidades represent. por títulos	-	444	13 253	2 600	-
Passivos Subordinados	-	2 196	6 587	35 135	24 170
Outros passivos	5 243	2 328	17 412	-	4
Total do Passivo	1 334 082	1 554 786	2 007 606	1 856 773	87 965
Gap	1 090 050	-1 049 345	- 955 139	202 424	2 099 018
Gap Acumulado	1 090 050	40 705	- 914 434	- 712 010	1 387 008
Gap de liquidez a 31 de Dezembro de 2006					
Gap	-1 448 658	- 207 180	235 264	63 554	1 483 261
Gap Acumulado	-1 448 658	-1 655 838	-1 420 574	-1 357 020	126 241

Gap de liquidez do Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2007

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa e saldos em bancos centrais	97 081	-	-	-	-
Disponibilidades em outras I.C.'s	117 707	-	-	-	-
Activos financeiros detidos p/ negociação	52 896	23 575	14 348	5 390	7 263
Outros activos fin.ao justo valor	375 731	1 320	8 924	38 777	22 716
Activos financeiros disponíveis para venda	16 826	138	3 905	101 194	408 877
Aplicações em I.C.'s	261 101	28 089	721	1 048	1 000
Crédito a clientes	1 868 250	530 107	1 051 187	2 015 920	1 924 187
Outros activos	3 391	1 625	4 467	15	-
Total do Activo	2 792 983	584 854	1 083 552	2 162 344	2 364 043
Passivos financeiros detidos p/ negociação	7 884	25 288	13 474	646	-
Outros passivos fin.ao justo valor	-	-	72 981	69 156	-
Recursos de outras I.C.'s	161 395	407 487	1 253 402	1 701 050	38 509
Recursos de clientes	1 147 755	1 128 307	630 497	48 186	25 282
Responsabilidades represent. por títulos	-	444	13 253	2 600	-
Passivos subordinados	-	3 593	10 430	36 105	140 255
Outros passivos	9 399	5 134	21 989	-	4
Total do Passivo	1 326 433	1 570 253	2 016 026	1 857 743	204 050
Gap	1 466 550	- 985 399	- 932 474	304 601	2 159 993
Gap Acumulado	1 466 550	481 151	- 451 323	- 146 722	2 013 271
Gap de liquidez a 31 de Dezembro de 2006					
Gap	-1 408 516	- 147 385	262 901	216 351	1 601 516
Gap Acumulado	-1 408 516	-1 555 901	-1 293 000	-1 076 649	524 867

- Exposições fora de Balanço (Risco de liquidez)

Com referência a 31 de Dezembro de 2007, os prazos dos montantes contratuais dos instrumentos financeiros fora de Balanço do Grupo que o comprometem a estender o crédito a clientes e outras facilidades, analisam-se como segue:

Individual	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Passivos eventuais:					
Garantias e avales	2 531	6 468	36 135	16 396	-
Compromissos:					
Créditos revogáveis	319 182	30 474	887 375	425 662	12 166
Total	321 713	36 942	923 510	442 058	12 166
Consolidado					
Passivos eventuais:					
Garantias e avales	2 531	6 468	36 135	16 396	-
Compromissos:					
Créditos revogáveis	239 295	30 474	877 202	425 662	12 166
Total	241 826	36 942	913 337	442 058	12 166

3.9 Actividades fiduciárias

O Grupo fornece custódias, garantias, serviços de administração empresarial, gestão de investimentos e serviços de aconselhamento a terceiras partes. Estas actividades exigem a alocação de activos e transacções de compra e venda em relação a uma vasta gama de instrumentos financeiros. Esses activos, que são mantidos em capacidade fiduciária, não são incluídos nestas demonstrações financeiras. À data de 31 de Dezembro de 2007, o Grupo mantinha custódia de contas de investimento no montante de 4 289 849 milhares de euros (2006: 4 321 264 milhares de euros) e activos financeiros administrados, estimados em 450 750 milhares de euros (2006: 442 150 milhares de euros).

3.10 Divulgações de capital

O quadro seguinte explicita a composição do capital regulamentar e dos rácios do Banco para os períodos em questão no dia 31 de Dezembro. Durante estes dois períodos, as entidades individuais do grupo e o grupo cumpriram todos os requisitos de capital a que estão sujeitos.

	Individual		Consolidado	
	31-12-07	31-12-06	31-12-07	31-12-06
Tier 1 Capital				
Acções	176.000	176.000	176.000	176.000
Reservas bancárias gerais	161.490	122.577	205.454	154.242
Reserva legal	22.609	17.966	23.702	18.818
Resultado do exercício	50.072	46.429	57.416	55.916
Interesses minoritários	0	0	21.394	19.609
Menos : Reservas negativas	-521	-179	-521	-828
Menos: Intangíveis	-1.133	-2.412	-5.416	-2.428
Outros impactos e deduções	-14.509	-54.514	-55.104	-75.826
Tier 1 Capital total	394.008	305.867	422.925	345.503
Tier 2 Capital				
Ganhos não realizados de invest. disponíveis para venda	439	0	439	0
Provisões para riscos gerais	40.526	36.019	40.526	36.019
Passivos subordinados	170.000	130.000	170.000	130.000
Reservas de reavaliação de activos tangíveis	3.143	3.778	4.406	4.167
Impostos diferidos activos	0	4.525	0	9.107
Outros impactos e deduções	-8.750	-296	-8.750	-964
Tier 2 Capital total	205.358	174.026	206.621	178.329
Fundos próprios elegíveis	599.366	479.893	629.546	523.832
Activos ponderados pelo risco				
No Balanço	5.641.691	5.134.006	5.848.410	5.312.001
Fora do Balanço	688.845	673.414	688.924	673.494
Rácio de requisitos de fundos próprios (1)	9,5%	8,3%	9,6%	8,8%
Tier I	6,2%	5,3%	6,5%	5,8%
Tier II	3,2%	3,0%	3,2%	3,0%

(1) Calculado de acordo com as regras do Banco de Portugal, com excepção do resultado do próprio exercício que também foi incluído neste cálculo.

4. Estimativas e assumpções na aplicação de políticas contabilísticas

O Grupo efectua estimativas e assumpções que têm impacto nos valores reportados de activos e passivos durante o próximo exercício financeiro. Estas estimativas e julgamentos são avaliados continuamente e concebidos com base em dados históricos e outros factores, como expectativas de eventos futuros.

No cálculo das provisões técnicas do ramo segurador, são efectuadas avaliações técnicas complexas onde são utilizadas, por exemplo, tábuas de mortalidade, taxas de juro, despesas e impostos futuros. A utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das provisões técnicas reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

a) Perdas de imparidade em empréstimos

O Grupo analisa, numa base mensal, a sua carteira de crédito para avaliar eventuais perdas de imparidade. Na determinação do registo, ou não, de perdas de imparidade em resultados, o Grupo analisa dados observáveis que indiquem um decréscimo mensurável nos futuros cash flows estimados quer da carteira de empréstimos, quer individualmente para casos específicos dessa mesma carteira. A análise pode indicar, por exemplo, um evento adverso na capacidade do cliente cumprir o pagamento do empréstimo, ou deterioração das condições e indicadores macroeconómicos correlacionados. A gestão usa estimativas baseadas em dados históricos de activos com riscos de crédito semelhantes e possíveis perdas de imparidade, nesses mesmos activos. A metodologia e assumpções utilizadas nestas estimativas são revistas regularmente para se reduzir quaisquer diferenças entre perdas estimadas e perdas realizadas.

b) Justo valor de derivados e de activos financeiros não cotados

O justo valor dos derivados e activos financeiros não cotados foi determinado com base em métodos de avaliação e teorias financeiras, cujos resultados dependem dos pressupostos utilizados.

c) Imparidade de investimentos em capital na carteira de Activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade em investimentos em capital de activos financeiros disponíveis para venda, quando se tenha verificado um decréscimo significativo ou prolongado do justo valor, abaixo do seu custo. A quantificação necessária das expressões, significativa e prolongado, exigem juízo profissional. Na realização deste juízo, o Grupo avalia entre outros factores, a volatilidade normal no preço da acção. Em complemento, deve ser considerada imparidade quando se verificarem eventos que evidenciem a deterioração da viabilidade do investimento, a performance da indústria e do sector, alterações tecnológicas e cash flows operacionais e financeiros.

d) Titularizações de créditos e Entidades de finalidade especial

O Grupo patrocinou a formação de uma sociedade veículo com a intenção de permitir a manutenção dos investimentos de clientes, para a titularização de activos. O Grupo avalia a sua exposição ao risco e retorno, assim como à capacidade de exercer decisões operacionais na SPE em questão. Quando a conclusão acerca do controlo exercido sobre a SPE for de difícil obtenção, a SPE deve ser consolidada.

e) Pensões de reforma e sobrevivência

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas com base em tábuas actuariais e pressupostos de crescimento das pensões e dos salários. Estes pressupostos são

baseados nas expectativas do Banco para o período durante o qual irão ser liquidadas as responsabilidades.

f) Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos activos pressupõe a existência de resultados e matéria colectável futura. Os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal actualmente em vigor ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na interpretação da legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos reconhecidos.

5. Segmentos de negócio

Actualmente o Grupo apresenta a sua actividade através dos seguintes segmentos principais:

- Banca Comercial (Negócio de particulares e empresas)
- Área Institucional e de Mercado (Negócio com sectores institucionais, corretagem e tesouraria)
- Área de seguros (Negócio de seguros de vida)

A decomposição destes segmentos apresenta-se como segue:

	Individual - 2007			Individual - 2006		
	Banca Comercial	Área institucional e de mercado	Total	Banca Comercial	Área institucional e de mercado	Total
Juros e rendimentos similares	343 089	22 383	365 472	274 660	17 915	292 575
Juros e encargos similares	104 406	124 145	228 551	73 434	84 030	157 464
Rendimentos de serviços e comissões	43 840	14 968	58 808	45 376	8 055	53 431
Encargos com serviços e comissões	4 076	2 735	6 811	2 280	1 549	3 829
Resultados de Op.Financeiras (Líquido)	-	1 034	1 034	-	764	764
Outros Result. de Exploração (Líquido)	- 389	767	378	144	1 672	1 816
Provisões / Imparidade (Líquido)	37 071	-	37 071	41 882	-	41 882
Resultado Líquido do Exercício			50 072			46 429
Passivos totais	3 215 212	3 556 567	6 771 779	3 180 594	3 275 537	6 456 131
Activos totais	6 197 819	987 608	7 185 427	5 901 056	1 079 122	6 980 178

Consolidado - 2007				
	Banca Comercial	Área institucional e de mercado	Actividade de Seguros	Total
Juros e rendimentos similares	372 352	18 788	15 383	406 523
Juros e encargos similares	101 956	132 830	6	234 792
Rendimentos de serviços e comissões	32 375	16 118	1 570	50 063
Encargos com serviços e comissões	4 076	3 168	744	7 988
Resultados de Op.Financeiras (Líquido)	-	1 175	4 479	5 654
Outros Resultados de Exploração (Líquido)	- 868	- 218	142	- 944
Outros Result. da Act.Seguradora (Líquido)	-	-	- 6 747	- 6 747
Provisões / Imparidade (Líquido)	32 503	-	440	32 943
Resultado Líquido do Exercício				57 416
Passivos totais	3 170 819	3 685 068	619 103	7 474 990
Activos totais	6 520 232	810 775	635 845	7 966 852

Consolidado - 2006				
	Banca Comercial	Área institucional e de mercado	Actividade de Seguros	Total
Juros e rendimentos similares	292 081	17 915	11 386	321 382
Juros e encargos similares	72 816	88 190	11	161 017
Rendimentos de serviços e comissões	32 756	10 792	1 652	45 200
Encargos com serviços e comissões	2 280	1 593	942	4 815
Resultados de Op.Financeiras (Líquido)	-	987	8 433	9 420
Outros Resultados de Exploração (Líquido)	- 202	- 105	392	85
Outros Result. da Act.Seguradora (Líquido)	-	-	72 647	72 647
Provisões / Imparidade (Líquido)	36 019	-	79 686	115 705
Resultado Líquido do Exercício				55 916
Passivos totais	3 089 033	3 493 556	526 349	7 108 938
Activos totais	6 239 184	987 077	494 007	7 720 268

6. Margem Financeira

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-07	31-12-06	31-12-07	31-12-06
<i>Juros e rendimentos similares de :</i>				
Disponibilidades	3 910	2 047	3 985	2 223
Aplicações em IC'S	16 330	13 772	12 932	14 037
Crédito a clientes	339 570	274 624	368 826	291 955
Activos detidos para negociação	0	0	642	0
Outros activos fin. ao justo valor	1 326	1 321	10 415	9 601
Outros activos fin. disp.para venda	817	766	6 189	3 513
Outros	3 519	45	3 534	53
	<u>365 472</u>	<u>292 575</u>	<u>406 523</u>	<u>321 382</u>
<i>Juros e encargos similares de :</i>				
Recursos de OIC'S	116 927	79 068	119 243	79 080
Recursos de clientes	104 178	73 131	102 708	72 445
Responsabilidades representadas por títulos	662	395	662	395
Passivos subordinados	6 771	4 850	12 166	9 077
Outros	13	20	13	20
	<u>228 551</u>	<u>157 464</u>	<u>234 792</u>	<u>161 017</u>
Margem Financeira	<u>136 921</u>	<u>135 111</u>	<u>171 731</u>	<u>160 365</u>

7. Rendimento de instrumentos de capital

O saldo desta rubrica é composto como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-07	31-12-06	31-12-07	31-12-06
Activos financeiros disponíveis para venda	58	54	58	54
Investimentos em filiais	2 674	1 792	-	-
	<u>2 732</u>	<u>1 846</u>	<u>58</u>	<u>54</u>

8. Rendimentos e encargos com serviços e comissões

Estas rubricas decompõem-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-07	31-12-06	31-12-07	31-12-06
Rendimentos de serviços e Comissões				
Comissões e serviços relac. c/ crédito	19 326	19 119	7 822	7 806
Comissões de garantias e avales	5 205	4 585	5 205	4 585
Comissões de meios de cob. e pagamento	20 065	18 238	20 040	18 215
Comissões de gestão de activos	8 200	6 668	11 538	9 727
Comissões de angariação de seguros	1 540	1 272	84	216
Comissões de manutenção de contas	1 902	1 747	1 902	1 747
Comissões de processamento	1 024	957	1 024	957
Outros	1 546	845	2 448	1 947
	<u>58 808</u>	<u>53 431</u>	<u>50 063</u>	<u>45 200</u>
Encargos com serviços e Comissões				
Comissões de meios de cob. e pagamento	2 368	1 948	2 635	1 948
Comissões de gestão de activos	3 026	374	3 146	418
Outros	1 417	1 507	2 207	2 449
	<u>6 811</u>	<u>3 829</u>	<u>7 988</u>	<u>4 815</u>

9. Resultados de activos e passivos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Individual			
	31-12-2007		31-12-2006	
	Ganhos	Perdas	Ganhos	Perdas
Activos e passivos financeiros detidos para negociação				
Títulos de rendimento variável	1 747	1 435	1 654	1 431
Instrumentos financeiros derivados	3 767	6 121	4 174	2 647
	5 514	7 556	5 828	4 078
Activos e passivos financ. ao justo valor através de resultados				
Títulos de rendimento fixo	803	1 830	971	2 635
	803	1 830	971	2 635
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados				
Depósitos a prazo	4 962	2 755	1 995	2 440
Obrigações	737	620	374	705
	5 699	3 375	2 369	3 145
Resultados de activos e passivos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados	12 016	12 761	9 168	9 858

	Consolidado			
	31-12-2007		31-12-2006	
	Ganhos	Perdas	Ganhos	Perdas
Activos e passivos financeiros detidos para negociação				
Títulos de rendimento fixo	62	1 216	297	406
Títulos de rendimento variável	1 909	1 472	3 148	1 457
Instrumentos financeiros derivados	4 043	6 221	4 382	2 647
	6 014	8 909	7 827	4 510
Activos e passivos financ. ao justo valor através de resultados				
Títulos de rendimento fixo	1 247	8 554	1 561	8 369
Títulos de rendimento variável	19 254	8 172	11 629	685
	20 501	16 726	13 190	9 054
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados				
Depósitos a prazo	4 962	2 755	1 995	2 440
Obrigações	737	620	374	705
Produtos de seguros	0	43	1 188	0
	5 699	3 418	3 557	3 145
Resultados de activos e passivos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados	32 214	29 053	24 574	16 709

Ao nível consolidado o montante de dividendos recebido de activos financeiros detidos para negociação e de activos financeiros designados ao justo valor através de resultados foi de 118 milhares de euros (2006: 0 milhares de euros), e de 259 milhares de euros (2006: 27 milhares de euros), respectivamente.

Ao nível individual não se registaram quaisquer dividendos nestes activos.

10. Resultados de reavaliação cambial

Estas rubricas decompõem-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-07	31-12-06	31-12-07	31-12-06
Ganhos em diferenças cambiais				
Na posição à vista	6 464	6 695	6 984	6 767
Na posição a prazo	15 581	17 617	15 581	17 617
Lucros em oper. s/ disponibilidade	3	4	3	4
	<u>22 048</u>	<u>24 316</u>	<u>22 568</u>	<u>24 388</u>
Perdas em diferenças cambiais				
Na posição à vista	1 371	2 060	1 819	2 160
Na posição a prazo	18 898	20 802	18 898	20 802
	<u>20 269</u>	<u>22 862</u>	<u>20 717</u>	<u>22 962</u>
Resultados de reavaliação cambial (liq.)	<u>1 779</u>	<u>1 454</u>	<u>1 851</u>	<u>1 426</u>

11. Prémios líquidos de resseguro

Esta rubrica é analisada como segue:

	Consolidado	
	31-12-07	31-12-06
Seguros Não Vida		
Prémios brutos emitidos	701	36
Prémios de resseguro cedidos	- 431	- 29
	<u>270</u>	<u>7</u>
Seguros Vida		
Prémios brutos emitidos	177 739	125 799
Prémios de resseguro cedidos	- 1 826	- 1 670
	<u>175 913</u>	<u>124 129</u>
Prémios líquidos de resseguro	<u>176 183</u>	<u>124 136</u>

12. Custos com sinistros líquidos de resseguro

Esta rubrica é analisada como segue:

	Consolidado	
	31-12-07	31-12-06
Seguros Vida		
Prémios brutos emitidos	93 987	52 517
Prémios de resseguro cedidos	- 863	- 1 028
Total	<u>93 124</u>	<u>51 489</u>

13. Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro

Esta rubrica é analisada como segue:

	Consolidado	
	31-12-07	31-12-06
Seguros Não Vida		
Montantes brutos	264	31
Parte dos resseguradores	- 89	- 8
	<u>175</u>	<u>23</u>
Seguros Vida		
Montantes brutos	89 950	79 475
Parte dos resseguradores	- 319	107
	<u>89 631</u>	<u>79 582</u>
Total	<u>89 806</u>	<u>79 605</u>

14. Custos com pessoal e gastos gerais administrativos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-07	31-12-06	31-12-07	31-12-06
CUSTOS COM PESSOAL				
Remunerações	36 397	33 215	39 968	35 512
Encargos sociais obrigatórios:				
- Encargos relativos a remunerações	5 253	4 874	6 028	5 337
- Fundo de Pensões	6 942	6 435	6 964	6 435
- Outros encargos sociais obrigatórios	983	714	1 016	714
Outros custos	509	804	830	865
	<u>50 084</u>	<u>46 042</u>	<u>54 806</u>	<u>48 863</u>

	Individual		Consolidado	
	31-12-07	31-12-06	31-12-07	31-12-06
GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS				
<i>Com fornecimentos</i>				
Água energia e combustíveis	1 502	1 322	1 564	1 350
Material de consumo corrente	919	1 234	985	1 297
Outros fornecimentos	622	586	647	622
	<u>3 043</u>	<u>3 142</u>	<u>3 196</u>	<u>3 269</u>
<i>Com serviços</i>				
Rendas e alugueres	3 623	3 631	3 818	4 024
Comunicações	3 435	3 355	3 668	3 485
Deslocações, estadas e representação	1 343	1 592	1 632	1 842
Publicidade e edição de publicações	1 494	1 464	1 623	1 639
Conservação e reparação	3 129	3 342	3 755	3 772
Transportes	1 622	1 871	1 622	1 871
Formação de Pessoal	432	462	470	503
Seguros	501	406	521	426
Serviços especializados	13 568	9 264	14 318	9 789
Outros serviços	261	665	462	803
	<u>29 408</u>	<u>26 052</u>	<u>31 889</u>	<u>28 154</u>
	<u>32 451</u>	<u>29 194</u>	<u>35 085</u>	<u>31 423</u>

15. Impostos

O cálculo do IRC dos exercícios de 2007 e 2006 foi apurado com base numa taxa nominal de imposto de 25% calculada sobre a matéria colectável, a que acresce a taxa da derrama de 1,5%, que incide sobre o lucro tributável.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o custo com impostos sobre os lucros reconhecidos em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos e o lucro do exercício antes daquela dotação, podem ser resumidos como segue:

	Individual		Consolidado	
	21-12-07	31-12-06	31-12-07	31-12-06
Impostos correntes sobre os lucros				
Do exercício	29 841	15 757	34 085	18 006
Correcção de exercícios anteriores	- 838	446	- 815	446
	<u>29 003</u>	<u>16 203</u>	<u>33 270</u>	<u>18 452</u>
Impostos diferidos				
Registo e reversão de diferenças temporárias	- 15 288	- 507	- 14 637	1 786
Total do imposto registado em resultados	<u>13 715</u>	<u>15 696</u>	<u>18 633</u>	<u>20 238</u>
Resultado antes de impostos	<u>63 787</u>	<u>62 125</u>	<u>77 886</u>	<u>76 154</u>
Carga fiscal sem impostos diferidos	<u>45,5%</u>	<u>26,1%</u>	<u>42,7%</u>	<u>24,2%</u>
Carga fiscal com impostos diferidos	<u>21,5%</u>	<u>25,3%</u>	<u>23,9%</u>	<u>26,6%</u>

A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a carga fiscal registada nos exercícios de 2007 e 2006, bem como a reconciliação entre o custo / proveito de imposto e o produto do lucro contabilístico pela taxa nominal de imposto analisam-se como segue:

	Individual			
	31-12-07		31-12-06	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultado antes de impostos		63 787		62 125
Imposto calculado à taxa nominal	25,0%	15 947	25,0%	15 531
Derrama	2,7%	1 709	2,3%	1 423
Benefícios Fiscais	-0,8%	- 485	-0,7%	- 434
Contribuições para o Fundo de Pensões	-1,2%	- 781	-1,3%	- 829
Dividendos	-1,1%	- 676	-1,1%	- 684
Efeito das provisões não aceites como custo	24,1%	15 401	2,6%	1 641
Lucros isentos de imposto (SFE)	-0,7%	- 429	-0,5%	- 331
Outros proveitos não sujeitos a imposto	-2,0%	- 1 291	-3,5%	- 2 187
Outras despesas não dedutíveis a imposto	0,6%	362	2,4%	1 517
Tributações autónomas	0,1%	84	0,2%	109
Impostos de exercícios anteriores	-1,3%	- 838	0,7%	447
	<u>45,5%</u>	<u>29 003</u>	<u>26,1%</u>	<u>16 203</u>

O forte impacto das provisões não aceites como custo sobre o IRC (+24,1%), ficou a dever-se à entrada em vigor do regime previsto no artigo 35.º-A, do CIRC, e do artigo 57.º, do Orçamento do Estado para 2007, que excluiu, das provisões aceites, ao abrigo do Aviso 3/95 do Banco de Portugal, as que incidem sobre os créditos cobertos por direitos reais sobre bens imóveis.

Informação adicional sobre impostos diferidos activos e passivos é apresentada na nota 27.

16. Activos e passivos financeiros classificados de acordo com as categorias da IAS 39

Em 31 de Dezembro de 2007, a classificação dos activos e passivos financeiros de acordo com as categorias da IAS 39 apresenta a seguinte estrutura:

Individual	Registados a justo valor		Créditos/contas a receber	Act. Financ. dispon. p/ venda	Activos não financeiros	Total
	Negociação	Opção justo valor				
Activos						
Caixa e disponi. em bancos centrais			97 081			97 081
Disponib. em outras inst. de crédito			108 727			108 727
Activos financ. detidos p/ negociação	7 498					7 498
Out. act. fin. justo valor atr. result.		30 851				30 851
Activos financ. Disponíveis p/ venda				152 800		152 800
Aplicações em instit. de crédito			528 653			528 653
Crédito a clientes			5 919 819			5 919 819
Outros activos			42 067		108.962	151 029
	7 498	30 851	6 696 347	152 800	108 962	6 996 458

Individual	Registados a justo valor		Out. Passivos Financeiros	Passivos não financeiros	Total
	Negociação	Opção justo valor			
Passivos					
Recursos de outras inst. crédito			3 313 474		3 313 474
Passivos financ. det. p/ negociação	3 426				3 426
Out. passivos fin. justo valor atr. result.		138 778			138 778
Recursos de clientes			3 007 904		3 007 904
Responsabilidades repres. por títulos			16 281		16 281
Outros passivos subordinados			170 286		170 286
Outros passivos			28 260	18 490	46 750
	3 426	138 778	6 536 205	18 490	6 696 899

Consolidado	Registados a justo valor		Créditos/contas a receber	Activos Financ. dispon. p/ venda	Activos não financeiros	Total
	Negociação	Opção justo valor				
Activos						
Caixa e disponi. em bancos centrais			97 081			97 081
Disponib. em outras inst. de crédito			117 707			117 707
Activos financ. detidos p/ negociação	60 124					60 124
Out. act. fin. justo valor através result.		463 013				463 013
Activos financ. disponíveis p/ venda				280 542		280 542
Aplicações em instit. de crédito			411 577			411 577
Crédito a clientes			6 169 834			6 169 834
Outros activos			46 956		156.781	203 737
	60 124	463 013	6 843 155	280 542	156 781	7 803 615

Consolidado	Registados a justo valor		Out. Passivos Financeiros	Passivos não financeiros	Total
	Negociação	Opção justo valor			
Passivos					
Recursos de outras inst. crédito			3 325 311		3 325 311
Passivos financ. det. p/ negociação	3 426				3 426
Out. passivos fin. justo valor atr. result.		138 778			138 778
Recursos de clientes			2 995 529		2 995 529
Responsabilidades repres. por títulos			16 281		16 281
Outros passivos subordinados			286 950		286 950
Outros passivos			41 600	33 916	75 516
	3 426	138 778	6 665 671	33 916	6 841 791

17. Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais

O saldo desta rubrica analisa-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-07	31-12-06	31-12-07	31-12-06
Caixa	43 989	29 953	43 989	29 956
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	53 092	64 058	53 092	64 058
	97 081	94 011	97 081	94 014

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal, de carácter obrigatório, têm por objectivo satisfazer os requisitos legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa.

18. Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito

O saldo desta rubrica é composto como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-07	31-12-06	31-12-07	31-12-06
Disponib. sobre instit. de crédito no país				
Depósitos à ordem	924	207	7 624	7 880
Cheques a cobrar	38 178	56 921	38 178	56 921
Outras disponibilidades	1 156	671	1 157	671
	40 258	57 799	46 959	65 472
Disponib. sobre instit. de crédito no estrang.				
Depósitos à ordem	68 469	70 509	70 748	72 696
Cheques a cobrar	-	2 179	-	2 179
Juros a receber	-	-	-	-
	68 469	72 688	70 748	74 875
	108 727	130 487	117 707	140 347

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no País e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes às datas em referência.

19. Activos e passivos financeiros detidos para negociação

O Banco utiliza, essencialmente, os seguintes instrumentos derivados:

Forward cambial ou câmbio a prazo representa um contrato realizado entre duas partes para a compra ou venda de uma moeda contra outra, a uma determinada taxa de câmbio estabelecida no momento de realização do contrato (preço *forward*) para uma data futura determinada. A sua finalidade é a de cobertura/gestão do risco cambial, através da eliminação da incerteza quanto ao valor futuro de determinada taxa de câmbio, que através do *forward* é imediatamente fixada.

Swap de taxa de juro em termos conceptuais pode ser perspectivado como um acordo pelo qual duas partes se obrigam a trocar um diferencial de taxas de juro, sobre um montante nocional, durante um determinado período de tempo. Envolve uma única moeda e consiste na troca de *cash flows* fixos por *cash flows* variáveis ou vice-versa. A sua finalidade é a de cobertura/gestão do risco de taxa de juro, relativamente ao rendimento de uma aplicação financeira ou ao custo de um financiamento que uma determinada entidade pretenda realizar num determinado momento futuro.

O justo valor de instrumentos derivados detidos são discriminados no seguinte quadro:

Em 31 de Dezembro de 2007:

	Individual			Consolidado		
	Valor contrato	Justo Valor		Valor contrato	Justo valor	
	(Valor nocional)	Activos	Passivos	(Valor nocional)	Activos	Passivos
Derivados de negociação						
a) Derivados de moedas estrangeiras						
Forwards cambiais	43 320	90	2 420	43 320	90	2 420
b) Derivados de taxas de juro						
Swaps de taxa de juro	313 266	1 255	1 006	428 379	4 256	1 006
Swaps cotações	-	-	-	6 750	23 570	-
Opções	93 280	472	-	94 780	472	-
Total derivados negociação (activos/passivos)		<u>1 817</u>	<u>3 426</u>		<u>28 388</u>	<u>3 426</u>

Em 31 de Dezembro de 2006:

	Individual			Consolidado		
	Valor contrato	Justo Valor		Valor contrato	Justo valor	
	(Valor nocional)	Activos	Passivos	(Valor nocional)	Activos	Passivos
Derivados de negociação						
a) Derivados de moedas estrangeiras						
Forwards cambiais	42 306	316	1 116	42 306	316	1 116
b) Derivados de taxas de juro						
Swaps de taxa de juro	217401	358	681	354 935	401	681
Swaps cotações	-	-	-	15 104	17 827	-
Opções	9 003	173	-	9 003	172	-
Total derivados negociação (activos/passivos)		<u>847</u>	<u>1 797</u>		<u>18 716</u>	<u>1 797</u>

Em 31 de Dezembro de 2007, o justo valor dos outros activos e passivos financeiros detidos para negociação são apresentados como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-07	31-12-06	31-12-07	31-12-06
Outros activos financeiros				
Títulos de rendimento fixo				
Títulos de dívida pública portuguesa	-	-	203	202
Outros títulos de dívida nacionais	-	-	1 162	1 926
Títulos de dívida pública estrangeira	-	-	585	-
Outros títulos de dívida estrangeiros	-	-	13 626	3 966
	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>15 576</u>	<u>6 094</u>
Títulos de rendimento variável				
Unidades de participação	5 681	10 133	10 060	10 471
Outros títulos	-	-	6 100	2 847
	<u>5 681</u>	<u>10 133</u>	<u>16 160</u>	<u>13 318</u>
Total	<u>5 681</u>	<u>10 133</u>	<u>31 736</u>	<u>19 412</u>
Total activos financeiros para negociação	7 498	10 980	60 124	38 128
Total passivos financeiros para negociação	3 426	1 797	3 426	1 797

20. Activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados

Estas rubricas têm a seguinte composição:

Activos	Individual		Consolidado	
	31-12-07	31-12-06	31-12-07	31-12-06
Títulos de rendimento fixo				
Títulos de dívida pública portuguesa	6 696	7 326	6 773	10 240
Outros títulos de dívida nacionais	-	-	28 663	31 474
Títulos de dívida pública estrangeira	-	-	16 606	20 384
Outros títulos de dívida estrangeiros	24 155	25 038	133 039	162 980
	<u>30 851</u>	<u>32 364</u>	<u>185 081</u>	<u>225 078</u>
Títulos de rendimento variável				
Unidades de participação	-	-	248 499	110 810
Outros títulos	-	-	29 433	12 115
	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>277 932</u>	<u>122 925</u>
Total	<u>30 851</u>	<u>32 364</u>	<u>463 013</u>	<u>348 003</u>
Passivos				
Depósitos estruturados	112.001	42.088	112.001	42.088
Títulos de dívida emitidos	26.777	13.393	26.777	13.393
Total	<u>138.778</u>	<u>55.481</u>	<u>138.778</u>	<u>55.481</u>

A rubrica de outros títulos de dívida estrangeiros nas contas individuais refere-se a cédulas hipotecárias emitidas pelo Banco Popular Español.

A rubrica de outros títulos de dívida estrangeiros nas contas consolidadas inclui ainda obrigações diversas da carteira da Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, SA .

O montante a pagar aos detentores dos depósitos estruturados na maturidade é de 116 586 milhares de euros (2006: 56 575 milhares de euros).

Não houve ganhos ou perdas significativas atribuídas a alterações no risco de crédito referentes a passivos financeiros designados a justo valor em 2007 e 2006.

O método utilizado pelo Banco para determinar as variações de justo valor dos passivos financeiros que são atribuíveis a alterações de crédito é baseado nas alterações dos prémios de risco dos ratings dos emitentes, sendo estes últimos divulgados publicamente ou determinados de forma implícita. Os prémios de risco são calculados tendo por base as curvas de taxa de juro existentes no mercado.

Os títulos de dívida pública bem como as cédulas hipotecárias são geridos e a sua performance é avaliada tendo em consideração o seu justo valor em conformidade com as estratégias de políticas de risco e, a informação sobre os referidos activos é reportada à Administração nessas bases.

Os depósitos a prazo e as obrigações de caixa têm o seu rendimento indexado a índices ou cabazes de acções, que representam riscos dissimilares entre o contrato hospedeiro (instrumento de dívida) e os derivados embutidos. Desta forma o Grupo designou estes contratos com derivados embutidos bifurcáveis como instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados.

21. Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital não cotados cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, e que como tal estão reconhecidos ao custo no montante de 2 922 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2007 (2006: 2 377 milhares de euros). À data de preparação das demonstrações financeiras o Grupo não pretende alienar qualquer dos referidos investimentos. Não existindo preços de mercado disponíveis para os investimentos mencionados, e não sendo possível determinar o justo valor no período recorrendo a transacções

comparáveis, o Grupo não mensurou os instrumentos através de fluxos de caixa esperados descontados uma vez que estes não podem ser determinados com fiabilidade.

O saldo desta rubrica analisa-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-07	31-12-06	31-12-07	31-12-06
Títulos emitidos por residentes				
Títulos de dívida pública - ao justo valor	-	-	5 277	5 387
Títulos de dívida de outras entidades - ao justo valor	9 726	11 795	29 857	18 301
Títulos de capital - ao justo valor	2 572	3 374	9 114	15 316
Títulos de capital - ao custo histórico	-	-	2 922	2 377
	<u>12 298</u>	<u>15 169</u>	<u>47 170</u>	<u>41 381</u>
Títulos emitidos por não residentes				
Títulos de dívida pública - ao justo valor	-	-	16 045	15 980
Títulos de dívida de outras entidades - ao justo valor	140 502	-	212 246	76 361
Títulos de capital - ao justo valor	-	-	5 081	8 534
	<u>140 502</u>	<u>0</u>	<u>233 372</u>	<u>100 875</u>
Total	<u>152 800</u>	<u>15 169</u>	<u>280 542</u>	<u>142 256</u>

22. Aplicações em instituições de crédito

Quanto à sua natureza, os créditos sobre instituições de crédito analisam-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-07	31-12-06	31-12-07	31-12-06
Aplicações em instit. de crédito no país				
Depósitos a prazo	-	-	3 530	3 823
Empréstimos	10 000	15 000	10 000	15 000
Outras aplicações	120 113	67 786	0	67 786
Juros a receber	540	255	46	255
	<u>130 653</u>	<u>83 041</u>	<u>13 576</u>	<u>86 864</u>
Aplicações em instit. de crédito no estrang.				
Aplicações a muito curto prazo	348 678	383 034	348 678	383 034
Depósitos a prazo	48 708	253 999	48 708	253 999
Juros a receber	614	1 060	615	1 060
	<u>398 000</u>	<u>638 093</u>	<u>398 001</u>	<u>638 093</u>
	<u>528 653</u>	<u>721 134</u>	<u>411 577</u>	<u>724 957</u>

O escalonamento destes créditos por prazos de vencimento é o seguinte:

	Individual		Consolidado	
	31-12-07	31-12-06	31-12-07	31-12-06
Até 3 meses	524 803	716 101	408 220	719 924
De 3 meses a 1 ano	696	2 718	696	2 718
De 1 a 5 anos	1 000	0	1 000	0
Mais de 5 anos	1 000	1 000	1 000	1 000
Juros a receber	1 154	1 315	661	1 315
	<u>528 653</u>	<u>721 134</u>	<u>411 577</u>	<u>724 957</u>

23. Crédito a clientes

O crédito é concedido mediante contratos de empréstimo, incluindo descobertos em depósitos à ordem, e através do desconto de efeitos. O total em balanço é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-07	31-12-06	31-12-07	31-12-06
Crédito interno				
Empresas e administrações públicas	4 237 932	3 931 666	4 361 075	4 035 855
Particulares	1 163 547	1 092 319	1 280 397	1 232 893
Habitação	757 509	703 784	873 955	844 060
Consumo	146 863	149 931	146 886	149 999
Outras finalidades	259 175	238 604	259 556	238 834
	5 401 479	5 023 985	5 641 472	5 268 748
Crédito ao exterior				
Empresas e administrações públicas	319 633	348 769	320 806	349 674
Particulares	13 072	7 920	13 072	7 920
Consumo	872	423	872	423
Outras finalidades	12 200	7 497	12 200	7 497
	332 705	356 689	333 878	357 594
Outros créditos (Titulados)	140 200	89 250	140 200	89 250
Juros e comissões a receber	25 654	23 225	23 618	21 261
Crédito e juros vencidos				
Até 90 dias	7 950	4 166	26 179	15 871
Mais de 90 dias	91 545	78 549	96 940	89 204
	99 495	82 715	123 119	105 075
Total Bruto	5 999 533	5 575 864	6 262 287	5 841 928
Menos:				
Provisão para créditos de cob. Duvidosa	14 738	7 357	-	-
Provisão para crédito e juros vencidos	61 646	55 026	-	-
Provisão para risco país	9	54	-	-
Provisão para crédito titularizado	3 321	3 302	-	-
Imparidade sobre crédito a clientes	-	-	92 453	79 480
	79 714	65 739	92 453	79 480
Total Líquido	5 919 819	5 510 125	6 169 834	5 762 448

O escalonamento dos créditos sobre clientes por prazos de vencimento é o seguinte:

	Individual		Consolidado	
	31-12-07	31-12-06	31-12-07	31-12-06
Até 3 meses	1 999 491	964 337	2 119 448	1 066 181
De 3 meses a 1 ano	543 071	1 212 460	551 560	1 219 495
De 1 a 5 anos	1 516 949	1 681 785	1 520 355	1 685 357
Mais de 5 anos	1 814 873	1 611 342	1 924 187	1 744 559
Duração indeterminada (vencidos)	99 495	82 715	123 119	105 075
Juros e comissões a receber	25 654	23 225	23 618	21 261
	5 999 533	5 575 864	6 262 287	5 841 928

Provisões para perdas de crédito a clientes

Os saldos e movimentos das contas de provisões para riscos específicos de crédito, decompõem-se como segue:

	Individual	
	2007	2006
Saldo em 1 de Janeiro	65 739	58 286
Dotações	61 054	35 927
Transferências	0	82
Utilizações	17 213	23 012
Anulações	29 866	5 544
Saldo em 31 de Dezembro	<u>79 714</u>	<u>65 739</u>
Dotações para provisões	61 054	35 927
Reposição e anulações	- 29 867	- 5 544
Recuperações de crédito	- 5 542	- 2 711
Provisões líquidas de anulações e recuperações	<u>25 645</u>	<u>27 672</u>

Os saldos e movimentos das contas de imparidade para perdas de crédito, decompõem-se como segue:

	Consolidado	
	2007	2006
Saldo em 1 de Janeiro	79 480	71 505
Dotações	35 100	30 987
Anulações	4 418	
Utilizações	17 709	23 012
Saldo em 31 de Dezembro	<u>92 453</u>	<u>79 480</u>
Dotações para imparidade	35 100	28 315
Reversões e recuperação de créditos	- 9 970	- 1 827
Imparidade de crédito líquida	<u>25 130</u>	<u>26 488</u>

Durante o exercício de 2007, o Banco procedeu ao write-off de créditos totalmente provisionados no montante de 17 213 milhares de euros (2006: 23 012 milhares de euros), através da utilização de provisões.

Qualidade do crédito não vencido e sem imparidade

O quadro abaixo foi elaborado com base nos seguintes pressupostos:

- Considerou-se como sinal de incumprimento o facto do cliente apresentar “sinais de imparidade”;
- O apuramento da imparidade é efectuado numa base mensal, pelo que foram tidas em consideração 12 observações relativamente ao ano de 2007 (últimos 12 meses);
- No caso da inexistência de incumprimento no passado, considerou-se um conjunto de 25 observações, correspondentes ao período temporal desde Dezembro de 2007, tendo o critério sido igualmente a existência, ou não, de “sinais de imparidade”.

31 de Dezembro de 2007			
	Clientes sem incumprimento		Clientes com incumprimento
	no passado	últimos 12 meses	nos últimos 12 meses
Particulares			
Habituação	797 011	804 604	83 777
Consumo	201 955	203 755	25 774
Outros	44 293	44 885	6 342
Empresas			
Empréstimos	1 888 215	1 918 412	367 284
Conta corrente	1 273 184	1 281 001	93 094
Outros	1 044 056	1 050 409	114 535
	5 248 714	5 303 066	690 806

31 de Dezembro de 2006			
	Clientes sem incumprimento		Clientes com incumprimento
	no passado	últimos 12 meses	nos últimos 12 meses
Particulares			
Habituação	797 066	797 472	61 515
Consumo	195 771	195 825	15 998
Outros	35 040	35 114	4 994
Empresas			
Empréstimos	1 894 723	1 894 723	341 484
Conta corrente	1 201 417	1 201 554	89 480
Outros	985 586	985 760	69 051
	5 109 603	5 110 448	582 522

Créditos vencidos mas não em imparidade

Na elaboração deste quadro considerou-se o saldo vencido e vincendo das operações que registam incumprimento nos prazos indicados.

31 de Dezembro de 2007					
	Em Mora				Justo Valor dos Colaterais
	até 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 90 dias	Total	
Particulares					
Habituação	40 545	9 000	6 131	55 676	80 661
Consumo	10 687	817	444	11 948	20 475
Outros	1 850	2 540	226	4 616	7 530
	53 082	12 357	6 801	72 240	108 666
Empresas					
Empréstimos	64 437	21 016	6 128	91 581	109 048
Conta corrente	0	78	0	78	27
Outros	3 599	2 050	697	6 346	3 954
	68 036	23 144	6 825	98 005	113 029
Total	121 118	35 501	13 626	170 245	221 695

31 de Dezembro de 2006					
	Em Mora			Total	Justo Valor dos Colaterais
	até 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 90 dias		
Particulares					
Habituação	28 334	8 329	3 580	40 243	55 448
Consumo	5 563	1 721	699	7 983	20 016
Outros	2 035	332	243	2 610	2 751
	35 932	10 382	4 522	50 836	78 215
Empresas					
Empréstimos	21 985	20 925	6 577	49 487	85 858
Conta corrente	0	0	20	20	0
Outros	16 446	6 453	824	23 723	8 739
	38 431	27 378	7 421	73 230	94 597
Total	74 363	37 760	11 943	124 066	172 812

Créditos individualmente considerados em imparidade

O montante total dos créditos a clientes individualmente considerados em imparidade, sem ter em consideração os fluxos de caixa detidos como garantia é de 382 280 milhares de euros (2006: 255 200 milhares de euros. A divisão do montante bruto de créditos a clientes individualmente considerados em imparidade, assim como o justo valor dos respectivos colaterais detidos como garantia, é o seguinte:

31 de Dezembro de 2007		
	Empréstimos individualmente considerados em imparidade	Justo Valor dos Colaterais
Particulares		
Habituação	5 728	6 604
Consumo	2 255	4 589
Outros	577	88
	8 560	11 281
Empresas		
Empréstimos	261 447	434 220
Conta corrente	49 163	74 992
Outros	63 110	15 835
	373 720	525 047
Total	382 280	536 328

31 de Dezembro de 2006		
	Empréstimos individualmente considerados em imparidade	Justo Valor dos Colaterais
Particulares		
Habituação	4 882	6 447
Consumo	2 123	4 606
Outros	1 200	186
	8 205	11 239
Empresas		
Empréstimos	183 136	278 518
Conta corrente	42 476	58 010
Outros	21 383	6 192
	246 995	342 720
Total	255 200	353 959

24. Outros activos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Individual - 2007				
	Imóveis	Equipam.	Património artístico	Imobiliz. em curso	Total
Saldo em 01 de Janeiro 2007					
Custo de aquisição	125 251	34 252	149	4 227	163 879
Amortizações acumuladas	- 25 170	- 27 004			- 52 174
Imparidade acumulada	- 6 595	-			- 6 595
Aquisições	156	4 227		8 662	13 045
Transferências e outros					
Custo de aquisição	5 303	300		- 5 603	0
Alienações / Abates					
Custo de aquisição		- 1 137			- 1 137
Amortizações acumuladas		929			929
Amortizações do exercício	- 3 858	- 3 820			- 7 678
Saldo em 31 de Dezembro 2007					
Custo de aquisição	130 710	37 642	149	7 286	175 787
Amortizações acumuladas	- 29 028	- 29 895			- 58 923
Imparidade acumulada	- 6 595				- 6 595
Valor líquido	95 087	7 747	149	7 286	110 269

	Consolidado - 2007				
	Imóveis	Equipam.	Património artístico	Imobiliz. em curso	Total
Saldo em 01 de Janeiro 2007					
Custo de aquisição	128 247	36 402	152	4 227	169 028
Reserva de reavaliação (1)	9 791				9 791
Amortizações acumuladas	- 25 857	- 28 353			- 54 210
Imparidade acumulada	- 6 595				- 6 595
Aquisições	157	4 327		8 662	13 146
Transferências e outros					
Custo de aquisição	5 303	300		- 5 603	0
Amortizações acumuladas					0
Alienações / Abates					
Custo de aquisição	- 20	- 1 570			- 1 590
Amortizações acumuladas	20	1 302			1 322
Amortizações do exercício	- 3 904	- 4 034			- 7 938
Saldo em 31 de Dezembro 2007					
Custo de aquisição	133 687	39 459	152	7 286	180 584
Reserva de reavaliação (1)	9 791				9 791
Amortizações acumuladas	- 29 741	- 31 085			- 60 826
Imparidade acumulada	- 6 595				- 6 595
Valor líquido	107 142	8 374	152	7 286	122 954

(1) Reserva de reavaliação resultante da valorização ao justo valor do terreno da Rua Ramalho Ortigão

Individual - 2006					
	<u>Imóveis</u>	<u>Equipam.</u>	<u>Património artístico</u>	<u>Imobiliz. em curso</u>	<u>Total</u>
Saldo em 01 de Janeiro 2006					
Custo de aquisição	116 887	31 595	149	6 024	154 655
Amortizações acumuladas	- 21 589	- 23 643			- 45 232
Imparidade acumulada	- 6 595				- 6 595
 Aquisições	43	3 053		7 373	10 469
Transferências e outros					
Custo de aquisição	8 409			- 8 848	- 439
Alienações / Abates					
Custo de aquisição	- 88	- 396		- 322	- 806
Amortizações acumuladas	115	195			310
Amortizações do exercício	- 3 696	- 3 556			- 7 252
 Saldo em 31 de Dezembro 2006					
Custo de aquisição	125 251	34 252	149	4 227	163 879
Amortizações acumuladas	- 25 170	- 27 004			- 52 174
Imparidade acumulada	- 6 595				- 6 595
Valor líquido	<u>93 486</u>	<u>7 248</u>	<u>149</u>	<u>4 227</u>	<u>105 110</u>

Consolidado - 2006					
	<u>Imóveis</u>	<u>Equipam.</u>	<u>Património artístico</u>	<u>Imobiliz. em curso</u>	<u>Total</u>
Saldo em 01 de Janeiro 2006					
Custo de aquisição	117 190	32 671	149	6 024	156 034
Reserva de reavaliação (1)	9 791				9 791
Amortizações acumuladas	- 21 875	- 24 054			- 45 929
Imparidade acumulada	- 6 595				- 6 595
 Aquisições	3 020	4 184	3	7 373	14 580
Transferências e outros					
Custo de aquisição	8 408			- 8 848	- 440
Amortizações acumuladas	- 665	- 851			- 1 516
Alienações / Abates					
Custo de aquisição	- 371	- 453		- 322	- 1 146
Amortizações acumuladas	390	242			632
Amortizações do exercício	- 3 707	- 3 690			- 7 397
 Saldo em 31 de Dezembro 2006					
Custo de aquisição	128 247	36 402	152	4 227	169 028
Reserva de reavaliação (1)	9 791				9 791
Amortizações acumuladas	- 25 857	- 28 353			- 54 210
Imparidade acumulada	- 6 595				- 6 595
Valor líquido	<u>105 586</u>	<u>8 049</u>	<u>152</u>	<u>4 227</u>	<u>118 014</u>

(1) Reserva de reavaliação resultante da valorização ao justo valor do terreno da Rua Ramalho Ortigão

25. Activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

Individual - 2007			
	Software	Diversos	Total
Saldo em 01 de Janeiro 2007			
Custo de aquisição	16 100	3 489	19 589
Amortizações acumuladas	- 14 176	- 3 001	- 17 177
Aquisições	8	655	663
Abates			
Custo de aquisição	- 1	- 1 402	- 1 403
Amortizações acumuladas	1	1 402	1 403
Amortizações do exercício	- 1 764	- 177	- 1 941
Saldo em 31 de Dezembro 2007			
Custo de aquisição	16 107	2 742	18 849
Amortizações acumuladas	- 15 939	- 1 776	- 17 715
Valor líquido	168	966	1 134

Consolidado - 2007					
	Software	Embedded Value	Goodwill	Diversos	Total
Saldo em 01 de Janeiro 2007					
Custo de aquisição	17 333	6 100	4 860	4 096	32 389
Amortizações acumuladas	- 15 256	- 710	0	- 3 294	- 19 260
Aquisições	132			668	800
Abates					
Custo de aquisição	- 1			- 1 517	- 1 518
Amortizações acumuladas	1			1 473	1 474
Amortizações do exercício	- 1 902	- 1 119		- 271	- 3 292
Saldo em 31 de Dezembro 2007					
Custo de aquisição	17 464	6 100	4 860	3 247	31 671
Amortizações acumuladas	- 17 157	- 1 829	0	- 2 092	- 21 078
Valor líquido	307	4 271	4 860	1 155	10 593

Individual - 2006			
	Software	Diversos	Total
Saldo em 01/Janeiro/2006			
Custo de aquisição	15 614	3 479	19 093
Amortizações acumuladas	- 11 601	- 2 792	- 14 393
Aquisições	486	10	496
Amortizações do exercício	- 2 575	- 209	- 2 784
Saldo em 31/Dezembro/2006			
Custo de aquisição	16 100	3 489	19 589
Amortizações acumuladas	- 14 176	- 3 001	- 17 177
Valor líquido	1 924	488	2 412

Consolidado - 2006					
	Software	Embedded Value	Goodwill	Diversos	Total
Saldo em 01 de Janeiro 2006					
Custo de aquisição	16 281	6 100	252	4 714	27 347
Amortizações acumuladas	- 12 040	- 142		- 4 008	- 16 190
Aquisições	1 084		4 608	588	6 280
Alienações / Abates					
Custo de aquisição	- 32			- 1 206	- 1 238
Amortizações acumuladas	30			1 206	1 236
Amortizações do exercício	- 3 246	- 568		- 492	- 4 306
Saldo em 31 de Dezembro 2006					
Custo de aquisição	17 333	6 100	4 860	4 096	32 389
Amortizações acumuladas	- 15 256	- 710	0	- 3 294	- 19 260
Valor líquido	2 077	5 390	4 860	802	13 129

No exercício de 2005, e em resultado da aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade, foi apurado um Goodwill relativo à participação na Consulteam no montante de 252 milhares de euros.

No exercício de 2006, foi apurado um Goodwill, no montante de 4 608 milhares de euros, na aquisição de 48,55% do capital social da Heller Factoring Portuguesa.

De acordo com as NIC o Goodwill não é amortizado.

O Embedded value, no montante de 6 100 milhares de euros, foi gerado no exercício de 2005 com a aquisição de 50% da seguradora Eurovida. Está a ser amortizado de acordo com a periodicidade remanescente dos contratos que o geraram (cerca de 7 anos).

26. Investimentos em filiais e associadas

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Individual		Consolidado	
	31-12-07	31-12-06	31-12-07	31-12-06
Investimento em Filiais				
Consulteam, SA	623	623	-	-
Eurovida-Comp. Seguros de Vida, SA	13 500	13 500	-	-
Gerefundos - SGFI, SA	300	300	-	-
Heller Factoring Portuguesa, SA	23 865	23 720	-	-
Navigator Mortgage Finance (SPE)	4 380	4 380	-	-
Populargest-Gestão de Imóveis, Lda	13 194	13 194	-	-
Predifundos - SGFII, SA	375	375	-	-
Investimento em Associadas				
Refundos - SGFII, SA	-	-	288	-
	<u>56 237</u>	<u>56 093</u>	<u>288</u>	<u>0</u>
Provisões para imparidade acumulada	899	899	-	-
	<u>55 338</u>	<u>55 194</u>	<u>288</u>	<u>0</u>

Em 9 de Julho de 2007, o Banco adquiriu 7.600 acções ordinárias da categoria A da empresa Heller Factoring Portuguesa, SA, o que elevou a sua participação para 48,84% do capital social e para 50,06% dos direitos de voto. O Banco mantém o acordo assinado em 2006 para a aquisição de 62.497 acções preferenciais sem direito a voto.

Existe ainda um acordo parassocial, assinado entre o Banco e o outro accionista maioritário, em que o primeiro fica com o controlo da Heller. Desta forma o Banco reconheceu nas suas contas

consolidadas do exercício de 2007, a exemplo do que fez em 2006, esta participação pelo método de consolidação integral.

27. Impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados sobre todas as diferenças temporais usando uma taxa efectiva de 26,5% (2006: 26,5%).

Os saldos destas rubricas decompõem-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Títulos disponíveis para venda	138	259	725	259
Activos/Passivos financ. negociação	-	-	300	-
Activos tangíveis	1 556	-	1 556	2 595
Provisões - Artº 35º IRC	6 500	-	6 500	-
Provisões - Artº 57º OE/2007	8 352	-	8 352	-
Comissões	1 765	-	2 194	-
Pensões de reforma	-	3 602	3 163	3 602
Campanhas de Publicidade	26	-	26	-
Provisões RGC	2 857	-	2	-
Reavaliação de imóveis	-	216	-	216
Outros activos/passivos	1 034	-	1 460	214
Saldo a 31-12-2007	22 228	4 077	24 278	6 886

	Individual		Consolidado	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Títulos disponíveis para venda	48	471	48	718
Activos/Passivos financ. negociação	158	-	194	326
Activos tangíveis	1 556	-	1 556	2 693
Activos intangíveis	17	-	17	-
Comissões	2 458	-	2 862	-
Pensões de reforma	-	3 662	3 163	3 662
Campanhas de Publicidade	60	-	60	-
Provisões RGC	1 674	-	2	-
Reavaliação de imóveis	-	223	-	223
Outros activos/passivos	945	-	1 240	-
Saldo a 31-12-2006	6 916	4 356	9 142	7 622

28. Outros activos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Individual		Consolidado	
	31-12-07	31-12-06	31-12-07	31-12-06
Bonificações a receber do Estado	967	934	967	934
Impostos a recuperar	3 106	8 800	3 111	8 808
Outros devedores diversos	23 782	11 251	25 735	12 648
Outros rendimentos a receber	454	463	1 695	1 215
Despesas com encargo diferido	6 949	9 301	1 238	757
Devedores por seguro directo e resseguro		-	1 689	1 819
Operações activas a regularizar	14 636	228	10 288	228
Operações de bolsa a regularizar	2 131	-	2 131	-
Activos tangíveis detidos para venda	102 827	78 128	163 304	89 872
Responsabilidades c/ pensões	10 664	7 539	10 651	7 548
Operações cambiais a liquidar	2 371	835	2 371	835
Outras operações a regularizar	2 131	35 016	2 130	39 706
	170 018	152 495	225 310	164 370
Imparidade - Activos tangíveis para venda	- 17 893	- 14 175	- 18 860	- 14 879
Provisões para outros activos	- 1 096	-	- 2 713	- 1 194
	151 029	138 320	203 737	148 297

Provisões para outros activos	Individual		Consolidado	
	31-12-07	31-12-06	31-12-07	31-12-06
Saldo em 1 de Janeiro	0	-	1 194	949
Dotações	1 096	-	1 519	183
Transferências	-	-	-	62
Saldo em 31 de Dezembro	1 096	0	2 713	1 194

O movimento ocorrido nos activos tangíveis para venda (activos recebidos por recuperação de crédito) durante os anos de 2007 e 2006 foi o seguinte:

	Individual - 2007			
	Imóveis	Equipam.	Outros	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2007				
Valor bruto	77 685	340	103	78 128
Imparidade acumulada	- 14 084	0	- 91	- 14 175
Valor líquido	63 601	340	12	63 953
Adições				
Aquisições	32 961	-		32 961
Outras	4 015	-	-	4 015
Alienações				
Valor bruto	- 10 792		-	- 10 792
Transferências	- 1 485			- 1 485
Perdas de imparidade	- 6 559	-		- 6 559
Utilizações	2 151		-	2 151
Reversões	690		-	690
Saldo em 31 de Dezembro de 2007				
Valor bruto	102 384	340	103	102 827
Imparidade acumulada	- 17 802	0	- 91	- 17 893
Valor líquido	84 582	340	12	84 934

Consolidado - 2007				
	Imóveis	Equipam.	Outros	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2007				
Valor bruto	89 428	340	103	89 871
Imparidade acumulada	- 14 788	0	- 91	- 14 879
Valor líquido	74 640	340	12	74 992
Adições				
Aquisições	81 944	-		81 944
Outras	4 504	-	-	4 504
Alienações				
Valor bruto	- 11 531		-	- 11 531
Transferências	- 1 484			- 1 484
Perdas de imparidade	- 6 984	-		- 6 984
Utilizações	2 303		-	2 303
Reversões	700		-	700
Saldo em 31 de Dezembro de 2007				
Valor bruto	162 861	340	103	163 304
Imparidade acumulada	- 18 769	0	- 91	- 18 860
Valor líquido	<u>144 092</u>	<u>340</u>	<u>12</u>	<u>144 444</u>

Individual - 2006				
	Imóveis	Equipam.	Outros	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2006				
Valor bruto	61 155	437	-	61 592
Imparidade acumulada	- 7 163	- 93	-	- 7 256
Valor líquido	53 992	344	-	54 336
Adições				
Aquisições	16 333	-	103	16 436
Outras	2 559	-	-	2 559
Alienações				
Valor bruto	- 2 362	- 97	-	- 2 459
Perdas de imparidade	- 7 552	-	- 91	- 7 643
Utilizações	0	91	-	91
Reversões	631	2	-	633
Saldo em 31 de Dezembro de 2006				
Valor bruto	77 685	340	103	78 128
Imparidade acumulada	- 14 084	0	- 91	- 14 175
Valor líquido	<u>63 601</u>	<u>340</u>	<u>12</u>	<u>63 953</u>

Consolidado - 2006				
	Imóveis	Equipam.	Outros	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2006				
Valor bruto	64 214	437	-	64 651
Imparidade acumulada	- 7 525	- 92	-	- 7 617
Valor líquido	56 689	345	-	57 034
Adições				
Aquisições	25 126	-	103	25 229
Outras	2 667	-	-	2 667
Alienações				
Valor bruto	- 2 579	- 97	-	- 2 676
Perdas de imparidade	- 7 907	-	- 91	- 7 998
Utilizações	13	91	-	104
Reversões	631	1	-	632
Saldo em 31 de Dezembro de 2006				
Valor bruto	89 428	340	103	89 871
Imparidade acumulada	- 14 788	0	- 91	- 14 879
Valor líquido	<u>74 640</u>	<u>340</u>	<u>12</u>	<u>74 992</u>

29. Recursos de outras instituições de crédito

O saldo desta rubrica, à vista e a prazo, é composto quanto à natureza, como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-07	31-12-06	31-12-07	31-12-06
Recursos de instituições de crédito no país				
Depósitos	12 068	35 110	12 068	35 110
Empréstimos	-	-	11 717	-
Juros a pagar	28	237	148	237
	<u>12 096</u>	<u>35 347</u>	<u>23 933</u>	<u>35 347</u>
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro				
Empréstimos	30 000	10 000	30 000	30 000
Depósitos	3 237 102	3 007 401	3 237 102	3 007 401
Outros recursos	395	2	395	57 881
Juros a pagar	33 881	29 849	33 881	30 044
	<u>3 301 378</u>	<u>3 047 252</u>	<u>3 301 378</u>	<u>3 125 326</u>
	<u>3 313 474</u>	<u>3 082 599</u>	<u>3 325 311</u>	<u>3 160 673</u>

A rubrica de Instituições de crédito no estrangeiro – Depósitos inclui essencialmente aplicações efectuadas pelo accionista BPE.

Quanto à sua duração residual estes recursos decompõem-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-07	31-12-06	31-12-07	31-12-06
Exigível à vista	16 523	13 062	16 523	13 062
Exigível a prazo				
Até 3 meses	504 445	852 337	516 161	930 216
De 3 meses a 1 ano	1 152 597	607 114	1 152 597	607 114
De 1 a 5 anos	1 546 000	1 540 000	1 546 000	1 540 000
Mais de 5 anos	60 000	40 000	60 000	40 000
Juros a pagar	33 909	30 086	34 030	30 281
	<u>3 296 951</u>	<u>3 069 537</u>	<u>3 308 788</u>	<u>3 147 611</u>
	<u>3 313 474</u>	<u>3 082 599</u>	<u>3 325 311</u>	<u>3 160 673</u>

30. Recursos de clientes

O saldo desta rubrica é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-07	31-12-06	31-12-07	31-12-06
Recursos de residentes				
Depósitos à ordem	623 732	759 301	611 396	749 852
Depósitos a prazo	2 183 677	2 067 766	2 183 652	2 015 765
Depósitos de poupança	79 414	96 629	79 414	96 629
Cheques e ordens a pagar	12 252	55 352	12 253	55 352
Outros recursos	2	55	2	55
	<u>2 899 077</u>	<u>2 979 103</u>	<u>2 886 717</u>	<u>2 917 653</u>
Recursos de não residentes				
Depósitos à ordem	22 753	29 044	22 753	29 044
Depósitos a prazo	68 124	42 557	68 124	42 557
Cheques e ordens a pagar	1 637	3 505	1 637	3 505
	<u>92 514</u>	<u>75 106</u>	<u>92 514</u>	<u>75 106</u>
Juros a pagar	16 313	12 007	16 298	11 996
	<u>3 007 904</u>	<u>3 066 216</u>	<u>2 995 529</u>	<u>3 004 755</u>

Quanto à sua duração residual estes recursos decompõem-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-07	31-12-06	31-12-07	31-12-06
Exigível à vista	646 485	788 345	634 149	778 896
Exigível a prazo				
Até 3 meses	1 941 626	1 864 780	1 941 623	1 813 780
De 3 meses a 1 ano	378 107	371 780	378 107	370 779
De 1 a 5 anos	25 373	28 969	25 352	28 969
Mais de 5 anos	0	335	0	335
Juros a pagar	16 313	12 007	16 298	11 996
	<u>2 361 419</u>	<u>2 277 871</u>	<u>2 361 380</u>	<u>2 225 859</u>
	<u>3 007 904</u>	<u>3 066 216</u>	<u>2 995 529</u>	<u>3 004 755</u>

31. Responsabilidades representadas por títulos

O saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-07	31-12-06	31-12-07	31-12-06
Certificados de depósito	425	8 382	425	8 382
Obrigações	15 625	13 025	15 625	13 025
Juros a pagar	231	137	231	137
	<u>16 281</u>	<u>21 544</u>	<u>16 281</u>	<u>21 544</u>

Em 2 de Outubro de 2006, o Banco efectuou 5 emissões de Obrigações de caixa, no montante de 13 025 milhares de euros, representadas por 260 500 títulos com o valor nominal de 50 euros cada.

Os juros destas obrigações vencem-se a 2 de Abril e 2 de Outubro de 2007, e a 17 de Abril de 2008. A taxa de juro nominal (TNB) é de 2%, 3% e 5%, para o 1º, 2º e 3º cupão respectivamente.

O reembolso destes empréstimos será efectuado pela totalidade, ao par, na data de 17 de Abril de 2008, e não está previsto o reembolso antecipado das obrigações.

Em 28 de Dezembro de 2007, o Banco efectuou 5 emissões de Obrigações de caixa, no montante de 2 600 milhares de euros, representadas por 52 000 títulos com o valor nominal de 50 euros cada.

O reembolso destes empréstimos será efectuado em 31 de Dezembro de 2011, no caso de não se verificar o reembolso antecipado. A data de reembolso antecipado é em 31 de Dezembro de 2009.

A taxa de juro nominal (TNB) é de 1,55%, paga anualmente no dia 31 de Dezembro, com início em 2008 e fim em 2011. Adicionalmente, e caso não haja lugar a reembolso antecipado, verificar-se-á também o pagamento, na data de reembolso (31 de Dezembro de 2008), de uma remuneração variável correspondente ao Valor Nominal x 75% x Variação do Preço do Ouro, sendo esta variação medida, tendo por base a média de preços de 8 observações semestrais, com início em 28 de Junho de 2008.

Caso haja lugar a reembolso antecipado, verificar-se-á também um pagamento adicional, na data de reembolso antecipado (31 de Dezembro de 2009), de uma remuneração variável correspondente ao Valor Nominal x 14%, no caso do preço do ouro entre a data de emissão e 28 de Dezembro de 2009, subir pelo menos 14%.

32. Outras Provisões e Provisões técnicas

Os saldos e movimentos das contas de provisões, decompõem-se como segue:

Outras Provisões (Passivo) - Movimentos	Individual		Consolidado	
	31-12-07	31-12-06	31-12-07	31-12-06
Saldo em 1 de Janeiro	49 254	45 767	2 343	2 915
Dotações	4 463	6 489	381	2 328
Transferências	-	- 2 747	-	- 2 746
Utilizações	251	-	-	47
Anulações	2	255	367	107
Saldo em 31 de Dezembro	53 464	49 254	2 357	2 343

Outras Provisões (Passivo) - Saldos	Individual		Consolidado	
	31-12-07	31-12-06	31-12-07	31-12-06
Outras provisões	79	80	198	177
Provisões para riscos gerais de crédito	53 385	49 174	-	-
Provisões para garantias e compromissos	-	-	2 159	2 166
	53 464	49 254	2 357	2 343

As provisões técnicas (actividade seguradora) ilustram-se como segue:

Provisões técnicas	31-12-07	31-12-06
Provisão Matemática	597 907	510 519
Provisão para Sinistros	4 788	2 209
Provisão para Participação nos Resultados	621	1 358
Provisão para Prémios não adquiridos	227	27
Saldo em 31 de Dezembro	603 543	514 113

33. Outros passivos subordinados

O saldo desta rubrica é composto como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-07	31-12-06	31-12-07	31-12-06
Obrgs de caixa subordinadas - BNC 2001	0	10 000	0	10 000
Obrgs de caixa subordinadas - BNC 2004	55 000	55 000	55 000	55 000
Obrgs de caixa subordinadas - Popular 2005	65 000	65 000	65 000	65 000
Obrgs de caixa subordinadas - Popular 2007	50 000	-	50 000	-
Unidades de titularização - SPE	-	-	116 086	138 929
	<u>170 000</u>	<u>130 000</u>	<u>286 086</u>	<u>268 929</u>
Juros a pagar	285	950	864	1 385
	<u>170 285</u>	<u>130 950</u>	<u>286 950</u>	<u>270 314</u>

- Obrigações

Obrigações de Caixa Subordinadas – BNC 2001

No dia 17 de Janeiro de 2007, O Banco procedeu ao pagamento de juros do cupão nº 10 e ao reembolso antecipado (*Call Option*), do total desta emissão.

Obrigações de Caixa Subordinadas – BNC 2004

Em 30 de Setembro de 2004, o Banco procedeu à emissão de obrigações de caixa subordinadas, no montante de 55 000 milhares de euros, representada por 1 100 000 títulos com o valor nominal de 50 euros cada.

Os juros destas obrigações vencem-se trimestralmente em 30 de Março, 30 de Junho, 30 de Setembro e 30 de Dezembro de cada ano. A taxa de juro nominal aplicável a cada um dos períodos de contagem de juros é variável, e igual à taxa Euribor a 3 meses, do segundo “dia útil TARGET” anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 0,435%.

O reembolso deste empréstimo obrigacionista será efectuado pela totalidade, ao par, na data de 30 de Setembro de 2014, podendo, contudo, mediante autorização prévia do Banco de Portugal, ser reembolsado antecipadamente por opção do Banco (*call option*), total ou parcialmente, neste último caso por redução do valor nominal, na data de vencimento do 20º período de contagem de juros e, posteriormente, nas datas dos 24º, 28º, 32º e 36º cupões, sem qualquer penalização.

Obrigações de Caixa Subordinadas – Popular 2005

Em 30 de Novembro de 2005, o Banco procedeu à emissão de obrigações de caixa subordinadas, no montante de 65 000 milhares de euros, representada por 1 300 000 títulos com o valor nominal de 50 euros cada.

Os juros destas obrigações vencem-se trimestralmente em 28 de Fevereiro, 31 de Maio, 31 de Agosto e 30 de Novembro de cada ano. A taxa de juro nominal aplicável a cada um dos períodos de contagem de juros é variável, e igual à taxa Euribor a 3 meses, do segundo “dia útil TARGET” anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 0,325%.

O reembolso deste empréstimo obrigacionista será efectuado pela totalidade, ao par, na data de 30 de Novembro de 2015, podendo, contudo, mediante autorização prévia do Banco de Portugal, ser reembolsado antecipadamente por opção do Banco (*call option*), total ou parcialmente, neste último caso por redução do valor nominal, nas datas de vencimento do 20º, 24º, 28º, 32º e 36º cupões, sem qualquer penalização.

Obrigações de Caixa Subordinadas – Popular 2007

Em 29 de Junho de 2007, o Banco procedeu à emissão de obrigações de caixa subordinadas, no montante de 50 000 milhares de euros, representada por 1 000 000 títulos com o valor nominal de 50 euros cada.

Os juros destas obrigações vencem-se trimestralmente a 31 de Março, 29 de Junho, 30 de Setembro e 31 de Dezembro de cada ano. A taxa de juro nominal aplicável a cada um dos períodos de contagem de juros é variável, e igual à taxa Euribor a 3 meses, do segundo “dia útil TARGET” anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 0,35%.

O reembolso deste empréstimo obrigacionista será efectuado pela totalidade, ao par, na data de 29 de Junho de 2017, podendo, contudo, mediante autorização prévia do Banco de Portugal, ser reembolsado antecipadamente por opção do Banco (*call option*), total ou parcialmente, neste último caso por redução do valor nominal, nas datas de vencimento do 20º, 24º, 28º, 32º e 36º cupões, sem qualquer penalização.

- Titularização de créditos

Em Junho de 2002, o Banco realizou uma operação de titularização de crédito à habitação, no valor de 250 milhões de euros, denominada Navigator Mortgage Finance Number 1.

Os activos foram adquiridos por um fundo de titularização de créditos, denominado Navigator Mortgage Finance nº 1 Fundo, que, em simultâneo, emitiu unidades de titularização totalmente subscritas pelo Navigator Mortgage Finance Nº 1 Plc, o qual, também emitiu obrigações, cujas características são as seguintes:

	Valor nominal	Rating		Taxa de juro
	mil euros	Standard & Poors	Moddy's	(até Maio de 2035)
Class A Notes (Senior)	230 000	AAA	Aaa	Euribor 3 meses+0,21%
Class B Notes (Senior)	10 000	AA	Aa2	Euribor 3 meses+0,38%
Class C Notes (Senior)	10 000	A	A2	Euribor 3 meses+0,55%
Class D notes (Subordinada)	4 630	n.a.	n.a.	n.a.

O Banco, nos termos dos contratos assinados, não assumiu qualquer compromisso respeitante a disponibilidades de caixa do emitente, assim como linhas de liquidez, financiamentos, garantias, direitos e proveitos residuais ou quaisquer outros riscos, para além das obrigações subordinadas (Class D Notes) identificadas no quadro acima que integram o saldo da rubrica de títulos de investimento de rendimento variável.

Em 31 de Dezembro de 2007, o valor contabilístico, nas contas individuais, das Class D Notes ascende a 4 380 milhares de euros.

Em 31 de Dezembro de 2007, em termos de contas individuais, encontram-se constituídas provisões no montante de 3 321 milhares de euros, (2006: 3 302 milhares de euros), de acordo com o estabelecido na Instrução nº 27/2000 do Banco de Portugal. Esta instrução foi entretanto revogada pela instrução nº 2/2008, publicada em 17 de Março de 2008.

Entidades intervenientes:

- Navigator Mortgage Finance Nº 1 Fundo, fundo de titularização de créditos português que adquiriu os créditos;

- Navigator, SGFTC, sociedade gestora de fundos de titularização de créditos que gere o fundo;
- Navigator Mortgage Finance N° 1 Plc, sociedade que adquiriu as unidades de titularização e que emitiu as obrigações (Notes).

34. Outros passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Individual		Consolidado	
	31-12-07	31-12-06	31-12-07	31-12-06
Credores por fornecimento de bens	2 086	1 314	2 305	1 654
Retenção de impostos na fonte	4 703	4 874	5 002	5 087
Encargos a pagar com o pessoal	10 296	9 797	10 660	10 140
Outros encargos a pagar	1 676	1 039	3 817	3 887
Credores por contratos de factoring	-	-	6 718	6 292
Credores por seguro directo e resseguro	-	-	1 094	749
Operações cambiais	2 495	-	2 495	-
Operações de bolsa a regularizar	-	2 899	3 087	3 393
Instruções de débito cobradas	10 460	3 524	10 460	3 524
Operações passivas a regularizar	10 046	1 283	18 761	1 283
Outras contas de regularização	4 988	9 073	11 117	22 135
	<u>46 750</u>	<u>33 803</u>	<u>75 516</u>	<u>58 144</u>

35. Pensões de reforma

O Plano de Pensões do Banco Popular Portugal é um plano de benefício definido que contempla os benefícios previstos no ACT que regulamenta a actividade bancária em Portugal.

O fundo assume as responsabilidades com serviços passados dos ex-colaboradores, na proporção do tempo em que tenham estado ao serviço do Banco Popular Portugal. Em contrapartida, é abatido, ao valor das responsabilidades, o valor das responsabilidades com serviços passados dos actuais colaboradores, respeitante ao tempo de serviço prestado noutras instituições do sector bancário.

Constitui objectivo do Plano de Pensões dos Membros Executivos do Conselho de Administração assegurar o pagamento de pensões de velhice, invalidez e sobrevivência para os membros Executivos do Conselho de Administração do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2007, o número de participantes no fundo era de 1 234 (2006: 1 179). A esta data existiam 12 reformados e 10 pensionistas.

As responsabilidades assumidas por pensões de reforma e de sobrevivência apresentam-se como segue:

Serviços Passados	31-12-07	31-12-06
Responsabilidades no início do exercício	85 251	76 282
Custo do serviço corrente:		
Banco	5 720	5 515
Trabalhadores	622	573
Custo dos juros	4 111	3 699
Pensões pagas	- 674	- 458
Desvios actuariais	- 4 289	- 360
Responsabilidades no final do exercício	90 741	85 251
Valor actual das responsabilidades	31-12-07	31-12-06
Serviços Passados		
- Velhice	78 826	73 269
- Invalidez	515	309
- Pensões em pagamento	11 400	7 283
- Ex-participantes	0	4 390
	90 741	85 251
Serviços Futuros		
- Velhice	165 668	168 298
- Invalidez	256	237
- Sobrevivência	519	471
	166 443	169 006

As responsabilidades por serviços passados foram determinadas para os activos na cobertura de velhice pelo método “Projected Unit Credit”.

As responsabilidades de sobrevivência e invalidez, previstas no ACT e seguráveis, estão cobertas através da subscrição de um seguro de vida “Multiprotecção” para o universo populacional, à excepção daqueles cuja premência de invalidez ou sobrevivência seja considerada imprópria para segurar.

Trata-se de um contrato temporário anual renovável em que a Seguradora garante ao Fundo de Pensões do Banco Popular Portugal, SA, em caso de morte ou invalidez de grau igual ou superior a 66%, de acordo com a Tabela Nacional de Incapacidade, verificadas em qualquer das pessoas aderentes constantes do grupo seguro, o pagamento dos capitais contratados.

O contrato de seguro foi celebrado com a seguradora Eurovida – Companhia de Seguros de Vida S.A., que se encontra em relação de grupo com o Banco Popular Portugal, SA.

Os movimentos ocorridos no valor patrimonial do fundo de pensões foram os seguintes:

Valor Patrimonial do Fundo	31-12-07	31-12-06
Valor no início do exercício	77 712	64 215
Contribuições entregues:		
Entidade Patronal	10 067	9 752
Trabalhadores	622	573
Rendimento do Fundo	3 172	3 623
Pensões pagas	- 674	- 458
Outras variações líquidas	- 657	7
Valor no final do exercício	90 242	77 712
Responsabilidades por serviços passados	90 741	85 251
Valor por amortizar até 31 de Dezembro de 2009	6 033	9 050
Responsabilidades por serviços passados actuais	84 708	76 201
Nível de Cobertura	106,5%	102,0%

Em 31 de Dezembro de 2007, o Fundo possuía 146 mil unidades de participação do fundo de investimento “Popular Global 75”, no montante de 627 mil euros.

Em 31 de Dezembro de 2007, o montante dos ganhos e perdas actuariais não reconhecidas decompõe-se como segue:

Ganhos e Perdas Actuariais	31-12-07	31-12-06
Perdas actuais não reconhecidas a 1 de Janeiro	- 15 078	- 16 289
Limite do corredor a 1 de Janeiro	- 8 525	- 7 628
Excesso	- 6 553	- 8 661
Número médio de anos esperado remanescente dos activos	29	30
Perdas actuais não reconhecidas a 1 de Janeiro	- 15 078	- 16 289
Ganhos actuariais do ano - responsabilidades	4 289	361
Ganhos / Perdas actuariais do ano - Fundo	- 599	561
Perdas actuarias reconhecidas no ano	225	289
Perdas actuais não reconhecidas a 31 de Dezembro	- 11 163	- 15 078

Os montantes reconhecidos como custos do exercício decompõem-se como segue:

Custos do exercício	31-12-07	31-12-06
Custo do serviço corrente	6 342	5 515
Custo dos juros	4 111	3 699
Rendimento esperado do Fundo	- 3 772	- 3 061
Amortização de perdas actuariais	226	289
Outros	35	- 7
Total	6 942	6 435

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados, bem como os valores efectivamente verificados no exercício apresentam-se como segue:

	31-12-07		31-12-06	
	Pressup.	Real	Pressup.	Real
Taxa de desconto	4,75%		4,5%	
Taxa de rendimento esperado dos activos do Fundo	4,75%	3,4%	4,5%	5,2%
Taxa de crescimento dos salários e outros benefícios	3,0%	2,7%	3,0%	3,3%
Taxa de crescimento das pensões	2,0%	2,7%	2,0%	2,4%
Tábua de mortalidade	TV 88/90		TV 88/90	
Tábua de invalidez	ERC Francona		ERC Francona	
Turnover	0,0%	0,0%	0,0%	6,0%

36. Passivos e compromissos contingentes

O quadro seguinte indica o montante contratual dos instrumentos financeiros extrapatrimoniais do Grupo, que obriga à concessão de crédito a clientes.

	Individual		Consolidado	
	31-12-07	31-12-06	31-12-07	31-12-06
Passivos eventuais				
Garantias e avales prestados	366 750	332 214	366 746	332 214
Créditos documentários	32 044	19 541	32 044	19 541
Compromissos				
Créditos irrevogáveis	11 614	10 912	11 614	10 912
Créditos revogáveis	1 753 090	1 726 916	1 951 706	1 988 435
	<u>2 163 498</u>	<u>2 089 583</u>	<u>2 362 110</u>	<u>2 351 102</u>

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica de Créditos irrevogáveis inclui o montante de 5 163 milhares de euros (2006: 4.854 milhares de euros), referente a responsabilidades a prazo para com o Fundo de Garantia de Depósitos em relação à parte das contribuições anuais que, de acordo com as deliberações do Fundo, não foram pagas em numerário.

O montante da rubrica de Activos dados em garantia é integralmente constituído por títulos da carteira própria do Banco destinados, na quase totalidade a colateralizar uma linha de crédito irrevogável junto do Banco de Portugal, no âmbito do Sistema de Pagamentos de Grandes Transacções (SPGT), a qual não está a ser utilizada.

	Individual		Consolidado	
	31-12-07	31-12-06	31-12-07	31-12-06
Activos dados em garantia	<u>17 614</u>	<u>18 014</u>	<u>17 614</u>	<u>18 014</u>

No decurso da sua actividade, o Banco realiza operações com instrumentos financeiros com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a exposição às flutuações das taxas de juro e de câmbio. Em 31 de Dezembro de 2007, as principais rubricas extra patrimoniais relacionadas com este tipo de operações, analisam-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-07	31-12-06	31-12-07	31-12-06
Operações cambiais a prazo				
Compras	59 731	39 432	40 173	39 432
Vendas	4 040	2 875	2 744	2 875
Operações de swap de taxa de juro	313 266	217 401	313 266	354 935
Opções	93 280	9 003	93 280	9 003
	<u>470 317</u>	<u>268 711</u>	<u>449 463</u>	<u>406 245</u>

Para além dos passivos eventuais, existiam em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 os seguintes saldos relativos a contas extra patrimoniais:

	Individual		Consolidado	
	31-12-07	31-12-06	31-12-07	31-12-06
Depósito e guarda de valores	4 289 849	4 321 264	4 289 849	4 321 264
Valores recebidos para cobrança	159 916	112 380	185 440	145 013
	<u>4 449 765</u>	<u>4 433 644</u>	<u>4 475 289</u>	<u>4 466 277</u>

37. Capital social e Prémios de emissão

O capital do Banco, em 31 de Dezembro de 2007, era representado por 176 000 milhares de acções com o valor nominal de 1 euro cada, integralmente detidas pelo Banco Popular Español, SA, estando totalmente subscrito e realizado.

O montante registado na rubrica Prémios de emissão tem origem nos prémios pagos pelos accionistas nos aumentos de capital social efectuados nos exercícios de 2000, 2003 e 2005.

38. Reservas de reavaliação

Os movimentos ocorridos na rubrica de reservas de reavaliação foram os seguintes:

	Individual		Consolidado	
	31-12-07	31-12-06	31-12-07	31-12-06
Reservas de reavaliação e Justo Valor				
Investimentos disponíveis p/ venda				
Saldo líq. em 1 de Janeiro	1 174	966	1 052	1 690
Reaval. ao justo valor	- 1 143	265	- 4 292	- 915
Impostos diferidos	303	- 57	1 137	277
Transf. p/ lucro líq. em alienações	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	<u>334</u>	<u>1 174</u>	<u>- 2 103</u>	<u>1 052</u>
Activos tangíveis de uso próprio ao justo valor	-	-	9 791	9 791
Impostos diferidos	-	-	- 2 594	- 2 692
	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>7 197</u>	<u>7 099</u>
Reservas de reavaliação (Diplomas legais)	3 143	3 143	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	<u>3 477</u>	<u>4 317</u>	<u>5 094</u>	<u>8 151</u>

A reserva de reavaliação relativa aos títulos disponíveis para venda resulta da adequação ao justo valor dos títulos em carteira. Estes saldos serão movimentados por contrapartida de resultados no momento da alienação dos títulos que lhes deram origem ou caso se verifique imparidade.

A reserva de reavaliação referente à adequação ao justo valor de activos tangíveis de uso próprio está relacionada com o imóvel da Rua Ramalho Ortigão (Nota 24).

A reserva de reavaliação do imobilizado corpóreo apurada de acordo com o Decreto-Lei nº 31/98, apenas poderá ser movimentada quando se considerar realizada, total ou parcialmente, e de acordo com a seguinte ordem de prioridades:

- (i) Para corrigir qualquer excedente que se verifique, à data da reavaliação, entre o valor líquido contabilístico dos elementos reavaliados e o seu valor real actual;
- (ii) Para cobrir prejuízos acumulados até à data a que se reporta a reavaliação, inclusive;
- (iii) Para incorporação no capital social, na parte remanescente.

Pela aplicação dos IFRS, nas demonstrações financeiras consolidadas esta reserva foi transferida para resultados transitados.

39. Outras reservas e resultados transitados

Os saldos das contas de reservas e resultados transitados, decompõem-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-07	31-12-06	31-12-07	31-12-06
Reserva legal	22 609	17 966	24 032	18 818
Outras reservas	174 766	132 981	176 712	134 926
Resultados transitados	- 23 385	- 20 514	21 105	12 183
	<u>173 990</u>	<u>130 433</u>	<u>221 849</u>	<u>165 927</u>

Os movimentos ocorridos nas rubricas de reservas e resultados transitados foram os seguintes:

	Individual		Consolidado	
	31-12-07	31-12-06	31-12-07	31-12-06
Reserva legal				
Saldo em 1 de Janeiro	17 966	13 570	18 818	15 659
Transf. Resultados Transitados	4 643	2 730	5 214	3 119
Transf. Incorporação de Filial	0	1 666	0	40
Saldo em 31 de Dezembro	<u>22 609</u>	<u>17 966</u>	<u>24 032</u>	<u>18 818</u>
Outras reservas				
Saldo em 1 de Janeiro	132 981	105 406	134 926	108 469
Transf. Resultados Transitados	41 785	24 564	41 785	24 564
Transf. Incorporação de Filial	0	3 011	0	1 893
Saldo em 31 de Dezembro	<u>174 766</u>	<u>132 981</u>	<u>176 711</u>	<u>134 926</u>
Resultados transitados				
Saldo em 1 de Janeiro	- 20 513	- 17 642	12 183	2 425
Resultado líquido ano anterior	46 429	27 294	55 917	42 940
Dif. result. alt. critério contab.(IFRS)	- 2 872	- 2 872	5	- 3 565
Transf. p/ reserva legal	- 4 643	- 2 730	- 5 214	- 3 160
Transf. p/ outras reservas	- 41 786	- 24 564	- 41 785	- 26 457
	<u>- 23 385</u>	<u>- 20 514</u>	<u>21 106</u>	<u>12 183</u>
	<u>173 990</u>	<u>130 433</u>	<u>221 849</u>	<u>165 927</u>

- Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97.º do Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de

Dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

40. Pessoal

O número de colaboradores ao serviço do Banco, distribuído por grandes categorias profissionais, analisa-se como segue:

	31-12-07	31-12-06
Funções directivas	60	55
Funções de enquadramento	460	426
Funções técnicas e específicas	320	303
Funções administrativas e auxiliares	401	401
	<u>1 241</u>	<u>1 185</u>

Em 31 de Dezembro de 2007, as remunerações e outros encargos atribuídos aos membros dos órgãos de administração ascenderam a 1 866 milhares de euros (2006: 1 457 milhares de euros).

Um membro do Conselho de Administração é mutuário de empréstimo para aquisição de habitação própria no valor de 142 milhares de euros.

41. Relações com entidades relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o montante dos créditos e débitos e dos resultados do Banco relativos a entidades relacionadas é o seguinte:

	Créditos		Débitos		Proveitos		Custos	
	31-12-07	31-12-06	31-12-07	31-12-06	31-12-07	31-12-06	31-12-07	31-12-06
Consulteam, SA	-	-	19	31	-	-	-	1
Eurovida, SA	4 030	4 024	7 439	49 987	1 778	1 248	1 198	562
Gerfundos - SGFI, SA	-	-	2 092	2 898	2 259	914	85	39
Heller Factoring Portuguesa, SA	124 986	67 947	-	-	3 932	-	-	-
Imopopular Fundo Especial I.I.	-	2	43	-	1	-	1	-
Populargest-Gestão Imóveis, Lda	50 176	-	145	6	849	41	-	-
Popular Seguros, SA	-	-	1 139	6 889	46	4	169	56
Predifundos - SGFII, SA	-	-	1 498	1 651	560	267	45	28
SPE-Special Purpose Entities	4 149	4 403	-	-	1 113	1 902	-	-
	<u>183 341</u>	<u>76 376</u>	<u>12 375</u>	<u>61 462</u>	<u>10 538</u>	<u>4 376</u>	<u>1 498</u>	<u>686</u>
Banco Popular Español, SA	<u>576 403</u>	<u>680 130</u>	<u>3 404 831</u>	<u>3 109 623</u>	<u>18 278</u>	<u>15 601</u>	<u>128 117</u>	<u>83 877</u>

Em 31 de Dezembro de 2007, as Garantias Prestadas pelo Banco a entidades relacionadas ascendia ao montante de 6 012 milhares de euros (2006: 15 220 milhares de euros).

As operações com entidades relacionadas são efectuadas a condições normais de mercado.

42. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos de demonstrações de fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa compreendem os seguintes saldos com menos de 90 dias de maturidade:

	Individual		Consolidado	
	31-12-07	31-12-06	31-12-07	31-12-06
Caixa (Nota 17)	43 988	29 953	43 989	29 955
Disponib. à vista em outros bancos (Nota 18)	108 727	130 487	117 707	140 347
Aplicações em I.C.'s com prazo inferior a 3 meses	524 803	716 101	408 220	719 924
	<u>677 518</u>	<u>876 541</u>	<u>569 916</u>	<u>890 226</u>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Accionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração do Banco Popular Portugal, SA relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

2 No decurso do exercício e desde a data da nossa nomeação acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade do Banco. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiamos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Acompanhamos igualmente os trabalhos desenvolvidos pela PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda e apreciamos a Certificação Legal das Contas emitida por esta Sociedade, em anexo, com a qual concordamos. Tomámos também conhecimento do teor do Relatório sobre a Fiscalização endereçado por aquela Sociedade ao Conselho de Administração.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço e as Demonstrações de resultados, de alterações no capital próprio, dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo, complementados com o teor da Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Banco, das alterações no capital próprio, dos seus resultados e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
- iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação do Banco evidenciando os aspectos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados se encontra devidamente fundamentada.

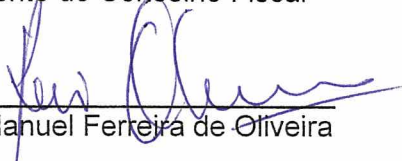
Banco Popular Portugal, SA

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços do Banco e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de Gestão;
- ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Lisboa, 16 de Abril de 2008

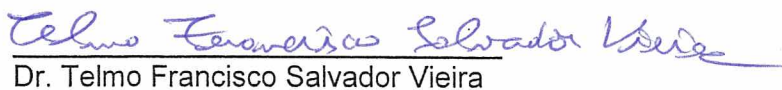
O Presidente do Conselho Fiscal


Dr. Rui Manuel Ferreira de Oliveira

O Vogal


Dr. António José Marques Centúrio Monzelo

O Vogal


Dr. Telmo Francisco Salvador Vieira



Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
(contas consolidadas)

Srs. Accionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração do Banco Popular Portugal, SA relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

2 No decurso do exercício e desde a data da nossa nomeação acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade do Banco e das subsidiárias mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiamos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Acompanhamos igualmente os trabalhos desenvolvidos pela PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, e apreciamos a Certificação Legal das Contas, em anexo, com a qual concordamos. Tomámos também conhecimento do teor do Relatório sobre a Fiscalização endereçado por aquela Sociedade ao Conselho de Administração, nos termos do artº 451º do Código das Sociedades Comerciais.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- ° o Balanço consolidado, as Demonstrações consolidadas de resultados, de alterações do capital próprio e dos fluxos de Caixa e as correspondentes notas explicativas permitem uma adequada compreensão da situação financeira consolidada do Banco, das alterações no capital próprio consolidado, dos seus resultados e dos fluxos de caixa;
- ° as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
- ° o Relatório do Conselho de Administração é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação do Banco e das suas subsidiárias, evidenciando os aspectos mais significativos.

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e dos Serviços do Banco e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

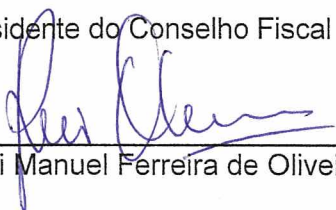
- ° seja aprovado o Relatório do Conselho de Administração;

Banco Popular Portugal, SA

- ° sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Lisboa, 16 de Abril de 2008

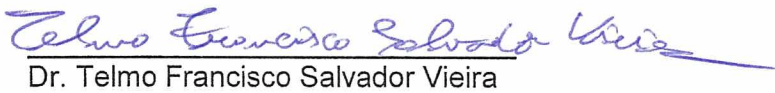
O Presidente do Conselho Fiscal


Dr. Rui Manuel Ferreira de Oliveira

O Vogal


Dr. António José Marques Centúrio Monzelo

O Vogal


Dr. Telmo Francisco Salvador Vieira

Certificação Legal das Contas Individuais

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras do Banco Popular Portugal, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2007 (que evidencia um total de 7.185.427 milhares de euros e um total de capital próprio de 413.648 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 50.072 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados, de alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e as correspondentes Notas explicativas. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal), as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") em vigor tal como adoptadas, em cada momento, pela União Europeia com as excepções referidas nos Avisos nº 1/2005 e nº 4/2005 do Banco de Portugal.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, as alterações no capital próprio, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

Banco Popular Portugal S.A.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

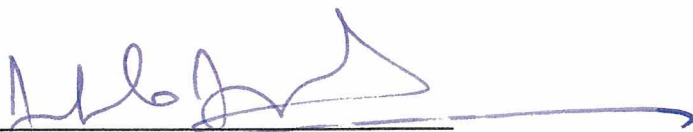
6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Popular Portugal, SA em 31 de Dezembro de 2007, as alterações no capital próprio, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Lisboa, 16 de Abril de 2008

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por



António Alberto Henriques Assis, R.O.C.

Certificação Legal das Contas Consolidadas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Popular Portugal SA, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2007 (que evidencia um total de 7.966.852 milhares de euros e um total de capital próprio de 491.862 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 57.416 milhares de euros, as Demonstrações consolidadas dos resultados, de alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") em vigor, tal como adoptadas, em cada momento, pela União Europeia.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, as alterações no capital próprio consolidado, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (v) a apreciação sobre se

Banco Popular Portugal S.A.

é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

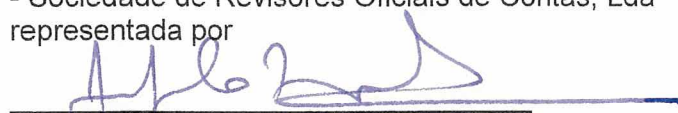
6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Popular Portugal, SA em 31 de Dezembro de 2007, as alterações no capital próprio consolidado, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adoptadas na União Europeia.

Lisboa, 16 de Abril de 2008

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por



António Alberto Henriques Assis, R.O.C.